



# CATÁLOGO DE CAPACITAÇÕES

IVISA-RIO • 2023/2024



Secretaria Municipal de Saúde – SMS-Rio

Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária – IVISA-Rio

Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisas e Educação Sanitária – CGIPE

**4Coordenação Geral:**

Patrícia Maria de Sousa Rocca

Vitória Velozzo



CATÁLOGO DE  
**CAPACITAÇÕES**  
IVISA-RIO • 2023/2024

# EXPEDIENTE

---

**Prefeito**

Eduardo da Costa Paes

**Secretário Municipal de Saúde**

Rodrigo de Sousa Prado

**Subsecretária Executiva**

Vitória Régia Osório Vellozo

**Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária**

Aline Pinheiro Borges

**Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisas e Educação Sanitária**

Patrícia Maria de Sousa Rocca

**Coordenadoria Geral Executiva**

Claudia Beatriz Freitas de Mattos Serodio

**Coordenadoria Técnica de Avaliação de Tecnologia em Saúde e Insumos Estratégicos**

Maria Luisa Azevedo Toscano Cunha

**Coordenação de Administração**

Fernando Machado da Nova

**Coordenação de Engenharia Sanitária**

Marcelo de Almeida Salek

**Coordenação de Fiscalização em Vigilância Sanitária**

Simone Machado de Siqueira

**Coordenação de Inspeção Agropecuária**

Ana Luísa Poerner

**Coordenação de Vigilância de Alimentos**

Volerita Fernandes Tavares de Oliveira

**Coordenação de Vigilância de Zoonoses**

Kemle Rocha de Miranda

**Coordenação de Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos de Interesse à Saúde**

Karla Teles Reis

**Laboratório Municipal de Saúde Pública**

Roberta de Oliveira Resende Ribeiro

**Centro de Estudos**

Rosália Guimarães Cova Meneses Ribeiro

**Revisão Técnica (CGIPE)**

Ana Lúcia de Moraes Barros

Andréa Mendonça Dantas de Matos

Maurício Sangama Paranhos

Patrícia Maria de Sousa Rocca

Vitória Régia Osório Vellozo

**Revisão Conteúdo (ARI)**

Gabriel Chagas Costa

**Projeto Gráfico e Diagramação (ARI)**

Eduardo Silva de Andrade Oliveira

# FACILITADORES

---

## **Gabinete**

Vagner de Araújo Monteiro

## **Coordenadoria Geral Executiva**

Ana Luísa Quadros dos Santos Mauro  
Claudia Beatriz Freitas de Mattos Serodio  
Eduardo Cezimbra Laviola  
Fátima de Jesus Esteves Dias  
Mônica Freire Vallim de Mello

## **Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisas e Educação Sanitária**

Ana Lúcia de Moraes Barros  
Andréa Mendonça Dantas de Matos  
Carla Oliveira de Castro  
Fabrício Marini Fusco  
Juliana Loureiro  
Patrícia Maria de Sousa Rocca  
Roberta Vianna

## **Coordenação de Administração**

Ana Patricia Albuquerque da Conceição

## **Laboratório Municipal de Saúde Pública**

Elid Fernandes da Costa Lima Chaves  
Kátia Dantas Figueiredo Mendes  
Kátia de Paula Alves  
Sergio Madeira da Costa

## **Coordenação de Fiscalização em Vigilância Sanitária**

Jonathan Almeida  
Líliã Gama  
Lilian Kao Yien  
Marcelo Gonçalves Pereira de Mello

## **Coordenação de Vigilância de Alimentos**

Carla Corte Real do Nascimento Magarão  
Cláudia Machado Queiroz  
Cristiane Jordão  
Geila Cerqueira Felipe  
Márcia Cristina Marques  
Márcia Regina Cardoso Coelho  
Mônica Teixeira Ferreira  
Patrícia Afonso Maia  
Rosa Maria Pinto de Novaes  
Sônia Maria Ramos

## **Coordenação de Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos de Interesse à Saúde**

Angelo Saboia Borsatto  
Diane Yuki Murayama  
Eliane Brito Guimarães  
Joyce Vasconcellos  
Leonardo Curvello de Castro  
Márcia Melo  
Maria Cláudia Angelo de Souza Castelo  
Maria Emília Canciano Gombarovitz

Maristela de Souza Araújo da Cunha  
Natalia Ferreira Barros  
Rebecca Gabriel  
Wilenes das G. S e Souza

## **Coordenação de Engenharia Sanitária**

Leonardo Nascimento Cerqueira  
Marcelo de Almeida Salek  
Raimundo Glauco Amorim Celestino Teixeira Jr.

## **Coordenação de Vigilância de Zoonoses**

Anderson Lima Borges  
Bárbara Padão Montes do Amaral  
Douglas Marques de Macedo  
Jane Marques de Carvalho  
Juliana Macedo Raimundo  
Juliana Roberts Oaskis  
Marco Antonio Senise  
Silvio Pimentel Lopes

## **Coordenação de Inspeção Agropecuária**

Ana Luísa Poerner  
Ana Paula Alexandre Freixo  
Alana Gonçalves Galhardo  
Fábio Gregório  
Juliana de Castro Beltrão da Costa  
Letícia dos Santos Cavalcanti  
Renata Barbosa da Fonseca Albuquerque  
Renata Cristina Scarlato  
Volerita Fernandes Tavares de Oliveira

## **Coordenadoria Técnica de Avaliação de Tecnologia em Saúde e Insumos Estratégicos**

Ana Paula Monteiro Baptista de Andrade Araújo  
Aline de Souza Ribeiro  
Carla Patricia Figueiredo Antunes de Souza  
Giselle Mendes Bezerra  
Madalena Martins Sant'Ana Barroso  
Shirlei Jesus Coelho da Silva Caldas  
Sônia Silva Ramirez  
Giselle Mendes Bezerra

## **Centro de Estudos**

Rosália Guimarães Cova Meneses Ribeiro

## **Convidados**

André Felipe Pedrazzi Chacon  
Andreia de Luca Sacramento  
Cristiane Gimenes  
Elaine Gomes Begni  
Ethel Cristina Souza Santos  
Karen Signori Pereira  
Maria Cecília Quiben Furtado  
Mônica Armada  
Micheli da Silva Ferreira  
Priscila Rodrigues de Jesus

# SUMÁRIO

---

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>   | <b>9</b>  |
| <b>2. CURSOS .....</b>   | <b>11</b> |
| <b>2.1 CURSOS EXTERNOS .....</b>   | <b>11</b> |
| 2.1.1 Alimentação e Nutrição com Foco na Gestante de Risco .....   | 11        |
| 2.1.2 Alimentação de Crianças Menores de Dois Anos: Perspectivas e Desafios .....  | 13        |
| 2.1.3 Atualização em Eventos 2023.....   | 14        |
| 2.1.4 Atualização em Terapia Nutricional.....  | 15        |
| 2.1.5 Boas Práticas Sanitárias de Higiene e Limpeza de Estabelecimentos.....   | 17        |
| 2.1.6 Boas Práticas Sanitárias em Comunidade Terapêutica .....   | 18        |
| 2.1.7 Boas Práticas Sanitárias em Serviços de Corte de Pelos e Embelezamento de Animais (Banho e Tosa).....                                  | 19        |
| 2.1.8 Boas Práticas Sanitárias em Serviços de Diálise com Ênfase na Coleta e Transporte de Material Biológico Humano.....                    | 20        |
| 2.1.9 Boas Práticas Sanitárias em Serviços Veterinários no Município do Rio de Janeiro..   | 22        |
| 2.1.10 Boas Práticas Sanitárias no Processo de Esterilização em Clínicas e Consultórios ...  | 23        |
| 2.1.11 Boas Práticas Sanitárias para Serviços de Embelezamento.....  | 25        |
| 2.1.12 Campanha Antirrábica – Vacinadores.....   | 27        |
| 2.1.13 Critérios Mínimos a Serem Avaliados em Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI .....                                     | 29        |
| 2.1.14 Cuidados Radiológicos na Pediatria e Neonatologia .....   | 30        |
| 2.1.15 Curso Básico sobre Planilha Eletrônica .....  | 31        |
| 2.1.16 Curso de Atualização de Serviços Farmacêuticos na Atenção Primária em Saúde...  | 32        |
| 2.1.17 Higiene e Sanitização nos Ambientes de Fabricação e Manipulação de Produtos de Origem Animal.....                                     | 35        |
| 2.1.18 Higienização de Ambientes Hospitalares.....   | 36        |
| 2.1.19 Implantação dos Programas de Autocontrole (PAC's) em Estabelecimentos com Autosserviço e Indústrias de Produtos de Origem Animal..... | 38        |
| 2.1.20 Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde: Abordagem aos Critérios Diagnósticos e Procedimentos para a Notificação .....           | 39        |

|   |    |
|---|----|
| 2.1.21 Laboratórios de Anatomia Patológica e a Importância do seu Diagnóstico.....  | 41 |
| 2.1.22 Legislação e Inspeção Sanitária em Unidades de Alimentação e Nutrição Hospitalares .....   | 42 |
| 2.1.23 Materiais Educativos: Apoio às Atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) .....  | 44 |
| 2.1.24 Noções Básicas de Higiene e Boas Práticas de Manipulação de Alimentos em Indústrias de Alimentos .....   | 45 |
| 2.1.25 Noções Básicas de Higiene e Boas Práticas de Manipulação de Alimentos em Serviços de Alimentação – Hotéis, Restaurantes, Bares, Lanchonetes e Afins..... | 47 |
| 2.1.26 Nutrição e Obesidade Infantil .....  | 50 |
| 2.1.27 Nutrição e Transtornos Alimentares.....  | 51 |
| 2.1.28 Nutrição, Intolerância e Alergias Alimentares.....   | 52 |
| 2.1.29 Nutrição, Obesidade Grave e Cirurgia Bariátrica .....  | 54 |
| 2.1.30 Orientações sobre Manipulação de Alimentos em Mercados e Supermercados...  | 56 |
| 2.1.31 Orientações Técnicas e Boas Práticas em Imunização.....  | 58 |
| 2.1.32 Orientações Técnicas em Serviços de Ambulância e Eventos .....   | 59 |
| 2.1.33 Orientações Técnicas em Serviços de Estética .....   | 60 |
| 2.1.34 Orientações Técnicas em Serviços de Tatuagem e Piercing .....  | 62 |
| 2.1.35 Processo de Trabalho dos Nutricionistas do NASF do Município do Rio de Janeiro..   | 63 |
| 2.1.36 Proteção Radiológica nos Serviços Veterinários .....   | 64 |
| 2.1.37 Proteção Radiológica para Pacientes – Módulo I .....   | 66 |
| 2.1.38 Proteção Radiológica para Pacientes – Módulo II .....  | 67 |
| 2.1.39 Riscos Sanitários em Serviços de Imagem – Módulo I .....   | 69 |
| 2.1.40 Riscos Sanitários em Serviços de Imagem – Módulo II .....  | 70 |
| 2.1.41 Riscos Sanitários em Serviços de Odontologia.....  | 72 |
| 2.1.42 Riscos Sanitários em Serviços de Imagens Veterinários .....  | 73 |
| 2.1.43 Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados .....   | 75 |
| 2.1.44 Segurança do Paciente na Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) .....   | 76 |
| 2.1.45 Serviços de Alimentação em Creches e Escolas: O Que o Gestor Escolar Precisa Saber .....   | 78 |

|            |   |           |
|------------|---|-----------|
| 2.1.46     | Supervisão de Manipulação de Alimentos em Serviços de Alimentação .....   | 80        |
| 2.1.47     | Termo de Referência – Noções Elementares para Área da Saúde .....   | 81        |
| <b>2.2</b> | <b>CURSOS INTERNOS .....</b>  | <b>84</b> |
| 2.2.1      | A Arte de se Comunicar Bem – Dicas Poderosas .....  | 84        |
| 2.2.2      | Atualização das Metodologias do Ensaio da Pesquisa de <i>Listeria monocytogenes</i> .....                             | 87        |
| 2.2.3      | Atualização das Metodologias do Ensaio da Pesquisa de <i>Salmonella spp</i> .....                                     | 88        |
| 2.2.4      | Campanha Antirrábica – Atualização para Coordenadores e Supervisores .....  | 90        |
| 2.2.5      | Como Verificar a Regularidade de Produtos Durante a Inspeção .....  | 91        |
| 2.2.6      | Curso Introdutório de Investigação de Surtos nas Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) .....                       | 92        |
| 2.2.7      | Curso Introdutório de Preceptoría em Residência Multiprofissional.....  | 94        |
| 2.2.8      | Ferramentas Essenciais ao Processo Educativo: Criatividade, Planejamento e Execução.....                              | 96        |
| 2.2.9      | Formação de Facilitadores para o Curso de Noções Básicas de Higiene e Boas Práticas de Manipulação de Alimentos ..... | 97        |
| 2.2.10     | Fundamentos de Geoprocessamento: Aplicações em Vigilância Sanitária .....   | 98        |
| 2.2.11     | Gestão Urbana e Geoinformação em Vigilância Sanitária .....   | 99        |
| 2.2.12     | Inspeção Sanitária no Controle de Produtos Derivados do Tabaco em Grandes Eventos.....                                | 101       |
| 2.2.13     | Inspeção Sanitária nos Segmentos de Embelezamento/Tatuagem/Piercing em Grandes Eventos .....                          | 102       |
| 2.2.14     | Introdução ao Manejo dos Resíduos Sólidos e dos Resíduos de Serviço de Saúde .....                                    | 103       |
| 2.2.15     | Vigilância Sanitária na Comercialização de Alimentos para Lactantes e Crianças de Primeira Infância .....             | 105       |
| 2.2.16     | Noções Básicas de Epidemiologia.....  | 106       |
| 2.2.17     | Noções de Prevenção e Combate a Princípios de Incêndio .....  | 107       |
| 2.2.18     | Microscopia de Alimentos.....   | 109       |
| 2.2.19     | Orientações Técnicas e Boas Práticas em Imunização.....   | 110       |
| 2.2.20     | Orientações Técnicas e Boas Práticas em Serviços de Endoscopia .....  | 111       |



|  |            |
|--|------------|
| 2.2.21 Orientações Técnicas em Serviços de Ambulância e Eventos.....   | 113        |
| 2.2.22 Práticas Integrativas e Complementares para Serviços de Saúde – Aprendendo em Ação.....   | 114        |
| 2.2.23 Vigilância Epidemiológica da Leishmaniose Visceral Canina – LVC: Atualizações e Perspectivas.....                                 | 115        |
| 2.2.24 Zoonoses de Importância no Município do Rio de Janeiro.....   | 116        |
| <b>3. PALESTRAS.....</b>   | <b>118</b> |
| <b>3.1 PALESTRAS EXTERNAS .....</b>  | <b>118</b> |
| 3.1.1 A Importância da Cosmetovigilância.....  | 118        |
| 3.1.2 Animais de Companhia Suspeitos de Raiva – Orientações aos Médicos Veterinários .....   | 119        |
| 3.1.3 Aspectos Terapêuticos da Esporotricose Felina.....   | 121        |
| 3.1.4 Boas Práticas Sanitárias em Serviços de Atividades Relacionadas.....   | 122        |
| 3.1.5 Como Segregar Corretamente os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) .....  | 124        |
| 3.1.6 Controle de Vetores e Pragas Urbanas: Funcionamento e Documentação.....  | 125        |
| 3.1.7 Entendendo o Resultado dos Laudos Insatisfatórios.....   | 126        |
| 3.1.8 Esporotricose no Município do Rio de Janeiro – Conhecer para Controlar.....  | 128        |
| 3.1.9 Higienização de Ambientes em Serviços de Diálise.....  | 129        |
| 3.1.10 Laboratório de Análises Clínicas com Ênfase em Testes Laboratoriais Remotos (TLR) .....   | 130        |
| 3.1.11 Leishmaniose Visceral Canina – LVC: Orientações aos Médicos Veterinários no Rio de Janeiro .....                                  | 132        |
| 3.1.12 Licença Sanitária de Atividade Transitória – Evento Legal para Todos.....   | 133        |
| 3.1.13 Manejo de Morcegos Caídos – Orientações para a População .....  | 134        |
| 3.1.14 Manipulação de Preparações Magistrais e Oficinas para Uso Humano em Farmácias .....   | 136        |
| 3.1.15 Medicamentos de Alta Vigilância em Serviços de Diálise.....   | 137        |
| 3.1.16 Orientações para Solicitação do Registro de Estabelecimentos de Produção de Origem Animal (REPA) para Adesão ao SIM-RIO/POA ..... | 139        |
| 3.1.17 Orientações para Solicitação do Registro e Comunicado de Início de Fracionamento de Produtos no SIM-RIO/POA.....                  | 140        |

|  |            |
|--|------------|
| 3.1.18 Regulamento Técnico para o Funcionamento de Bancos de Leite Humano....  | 142        |
| 3.1.19 Segurança do Paciente – Conhecendo a Legislação Sanitária .....   | 143        |
| 3.1.20 Transporte Seguro de Alimentos em Mercados e Supermercados .....  | 145        |
| 3.1.21 Uso Racional de Antimicrobianos em Serviços de Diálise .....  | 146        |
| <b>3.2 PALESTRAS INTERNAS .....</b>  | <b>148</b> |
| 3.2.1 Biossegurança e Boas Práticas Laboratoriais .....  | 148        |
| 3.2.2 Biossegurança em Laboratório Clínico .....   | 149        |
| 3.2.3 Capacitação Sobre a Raiva para os Servidores do Setor de Avaliação de Cães e Gatos com Suspeita de Raiva – Protocolo de Ação ..... | 151        |
| 3.2.4 Controle de Vetores e Pragas Urbanas: Funcionamento e Documentos .....   | 152        |
| 3.2.5 Desmistificando o SISVISA.....   | 154        |
| 3.2.6 Dicas para uma Comunicação Eficaz .....  | 155        |
| 3.2.7 Laboratório de Análises Clínicas com Ênfase em Testes Laboratoriais Remotos (TLR) .....  | 156        |
| 3.2.8 O papel do Educador Sanitário na Consolidação dos Princípios do Sistema Único de Saúde – SUS.....                                  | 157        |
| 3.2.9 Treinamentos de Acidentes com Produtos Químicos.....   | 159        |
| 3.2.10 Vigilância Epidemiológica da Esporotricose – Atualizações e Perspectivas...   | 160        |
| <b>4. CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO .....</b>   | <b>162</b> |
| 4.1 Programa de Residência Multiprofissional em Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde – S/IVISA-RIO .....                | 162        |
| 4.2 Programa de Residência Profissional em Medicina Veterinária da Secretaria Municipal de Saúde – S/IVISA-RIO .....                     | 170        |

# 1. APRESENTAÇÃO

---

Foto: Nelson Duarte/IVISA-Rio



Abraçar a formação de profissionais de saúde para atuar no Sistema Único de Saúde – SUS, historicamente, tem sido um desafio que impõe a articulação de um conjunto amplo e complexo de saberes técnicos, com as adversidades das práticas cotidianas dos profissionais de saúde, usuários e gestores. Superar este desafio é fundamental para a resolução dos problemas encontrados e para a qualificação da resposta pública às necessidades de saúde da população.

É importante destacar que o SUS, de acordo com o Art. 200 da Constituição Federal, é o ordenador da formação de recursos humanos em saúde. Isto significa dizer que a formação dos profissionais de saúde é atividade fundamental para consolidação dos princípios do SUS e que a responsabilidade pelas ações de educação é parte de sua agenda de gestão.

O conjunto de capacitações apresentadas no Catálogo de Capacitações IVISA-Rio, para o biênio 2023/2024, está ancorado em três grandes dimensões da formação em saúde:

- a troca de saberes, de experiências e de práticas;
- a preocupação em contribuir para a melhoria dos processos de trabalho; e
- o fortalecimento das estratégias de educação continuada e permanente.

Entendemos que a educação é uma atividade inerente à prática dos profissionais de saúde. Por isso, nosso compromisso é contribuir para o aprimoramento dos trabalhadores que atuam na área de saúde, de forma direta ou indireta, de maneira crítica, reflexiva e atenta às necessidades da população.

Sendo assim, este catálogo apresenta cursos introdutórios e de atualização orientados diretamente para aqueles que atuam no setor regulado e na vigilância sanitária, um conjunto de palestras orientadas para a socialização e difusão de conhecimentos, além de cursos de especialização profissional *latu sensu*.

O aprendizado proporcionado pela implantação, gestão e monitoramento das capacitações ofertadas em 2022 permitiu o aprimoramento da oferta e a ampliação do escopo de capacitações a fim de oferecer uma resposta cada vez mais atenta às necessidades de gestores e profissionais que atuam no campo da vigilância sanitária, assim como à socialização de conhecimentos com a população em geral.

Seguindo esta trilha, destacamos, nesta edição, o incremento da oferta de capacitações internas de modo estruturado e integrado à agenda de educação permanente no âmbito

do SUS, com temas voltados ao aperfeiçoamento dos profissionais do IVISA-Rio. Também sinalizamos a ampliação e diversificação temática das capacitações externas para os trabalhadores, profissionais da saúde e gestores atuantes no setor regulado.

Nosso objetivo é colocar conhecimentos que consideramos importantes à disposição de todos os profissionais da saúde e da população em geral, para que ela compreenda as estratégias adotadas e colabore para a eliminação, a mitigação e a prevenção de riscos à saúde individual e coletiva.

O catálogo de capacitações para o biênio 2023/2024 pretende consolidar o projeto institucional que objetiva tornar o IVISA-Rio uma referência na produção e difusão do conhecimento em saúde.

## 2. CURSOS

---

### ■ 2.1 CURSOS EXTERNOS

Os cursos externos são uma estratégia de socialização e atualização de conteúdos fundamentais para aqueles que desenvolvem atividades relacionadas, direta ou indiretamente, à vigilância sanitária.

Neste sentido, durante os anos de 2023 e 2024, serão oferecidos cursos externos, sendo 26 na modalidade on-line e 20 na modalidade presencial, com duração mínima de 4 horas, facilitados por técnicos do próprio IVISA-Rio e também por convidados com larga experiência no setor, detalhados a seguir:

#### ■ 2.1.1 Alimentação e Nutrição com Foco na Gestante de Risco

**Modalidade:** Presencial.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Público-Alvo:** Nutricionistas atuantes na rede municipal de saúde de atenção primária e secundária.

**Carga horária:** 5 horas, sendo 4 horas de aula expositiva e 1 hora de leitura prévia de texto e avaliação.

**Facilitadora:** Ethel Cristina Souza Santos – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0608767294827756> e convidados

**Organização:** Coordenadoria Técnica de Avaliação de Tecnologia em Saúde e Insumos Estratégicos – CTATS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

#### **Objetivos:**

- Identificar a gestante de risco.
- Orientar nutricionalmente a gestante de risco, contribuindo para prevenção de complicações e do melhor resultado obstétrico para o binômio mãe e filho.
- Identificar o fluxo de encaminhamento.

#### **Resultados esperados:**

Participantes aptos a identificar a gestante de risco e oferecer as respectivas orientações nutricionais.

#### **Conteúdo programático:**

- Identificação dos fatores de risco na gestação.

- Conhecer os critérios de classificação de gestante de risco: do rastreamento ao fluxo de acompanhamento.
- Exames, anamnese, avaliação nutricional, identificação de transtornos alimentares, avaliação física, avaliação funcional e sociodemográfica.
- Recomendações nutricionais, conduta e orientação nutricional.
- Protocolo do uso do guia alimentar para orientação a gestantes.
- Discussão de casos clínicos.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Gestação de alto risco: manual técnico. Brasília, DF: Editora MS, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Universidade de São Paulo. Protocolos de uso do Guia Alimentar para a população brasileira na orientação alimentar de gestantes. Brasília: Editora MS, 2021.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Human energy requirements: Report of a Joint FAO/WHO/UNU Expert Consultation. Rome: 17-24 oct., 2001.

INSTITUTE OF MEDICINE. Dietary R2.1.1 reference Intakes for Energy, Carbohydrate, Fiber, Fat, Fatty Acids, Cholesterol, Protein, and Amino Acids. Washington, DC: The National Academies Press, 2002.

INSTITUTE OF MEDICINE. Dietary reference intakes for calcium, phosphorus, magnesium, vitamin D and fluoride. Washington, D.C.: National Academy Press, 1997.

INSTITUTE OF MEDICINE. Dietary references intakes for vitamin A, vitamin K, arsenic, boron, chromium, copper, iodine, iron, manganese, molybdenum, nickel, silicon, vanadium and zinc. Washington, D.C.: National Academy Press, 2001.

RIO DE JANEIRO. Maternidade-Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Protocolos Assistenciais. Rio de Janeiro: Portal Maternidade Escola UFRJ, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gestação de alto risco: manual técnico. 5. ed. Brasília, DF: Editora MS, 2012.

PADILHA, P.C. et al. The performance of various anthropometric assessment methods for predicting low birth weight in pregnant women. Recife: Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, 2009.

PADILHA, P.C. Contribuições teórico-práticas para a assistência nutricional pré-natal. Rio de Janeiro: Instituto de Nutrição Josué de Castro; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, A.P.F.R. et al. Prevalência de excesso de peso entre gestantes brasileiras e as repercussões clínicas e nutricionais para o binômio mãe-filho: uma revisão de literatura. [S.L.]: Research, Society and Development, 2022.

SAUNDERS C., CHAGAS CB. Síndromes Hipertensivas da Gravidez. Nutrição em Obstetrícia e Pediatria. Rio de Janeiro: Editora Cultura Médica; Guanabara Koogan, 2012.

SAUNDERS, C.; PADILHA, P.C. Diabetes mellito na gestação. Rio de Janeiro: Editora Cultura Médica; Guanabara Koogan, 2012.

**Certificação de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.2 Alimentação de Crianças Menores de Dois Anos: Perspectivas e Desafios**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Nutricionistas atuantes na rede municipal de saúde de atenção primária e secundária.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 5 horas, sendo 1 hora de leitura prévia de texto e avaliação e 4 horas de aula.

**Facilitadora:** Maria Cecília Quiben Furtado – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2805915747573711>.

**Organização:** Coordenadoria Técnica de Avaliação de Tecnologia em Saúde e Insumos Estratégicos – CTATS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projeto, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Qualificar as orientações nutricionais e o atendimento ao usuário.
- Identificar o fluxo de atendimento.

**Resultados esperados:**

Participante qualificado a oferecer orientações nutricionais quanto ao aleitamento materno não exclusivo.

**Conteúdo programático:**

- Definição e contexto social.
- Atualidades sobre Aleitamento Materno (AM).
- Perfil do uso de fórmulas lácteas.

- Experiência na orientação de crianças amamentadas parcialmente e totalmente desmamadas.
- Fluxo municipal de atendimento.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília, DF: Editora MS, 2015.

ACCIOLY, E. et al. Nutrição em Obstetrícia e Pediatria. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan; Editora Cultura Médica, 2012.

**Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação ao final do curso.

## ■ 2.1.3 Atualização em Eventos 2023

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Organizadores, colaboradores e fornecedores envolvidos em eventos.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 3 horas.

**Facilitadora:** Fátima de Jesus Esteves Dias – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2402141176459440>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Interesse à Saúde – CVS, Coordenadoria Geral Executiva – CGEX.

**Objetivos:**

- Conhecer as legislações específicas.
- Compreender a importância da aplicação das mesmas na atividade realizada.
- Qualificar as atividades em função das normas sanitárias específicas por segmento.

**Resultados esperados:**

Participantes aptos a realizar adequação das atividades às normas sanitárias específicas e a reduzir as inadequações encontradas nas inspeções em Eventos, com entendimento da importância de cada segmento na Saúde Pública.



**Conteúdo programático:**

- Apresentação das principais legislações na área.
- Ênfase na importância da prestação de serviços e produtos como prevenção para problemas sanitários (Doenças Transmitidas por Alimentos, surtos, atendimento precário ou insuficiente em unidades de Saúde).
- Capacitação na prevenção de riscos através da aplicação das medidas sanitárias determinadas pelas legislações pertinentes.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 656, de 24 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 218, de 29 de julho de 2005.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Portaria 002 IVISA-Rio, de 11 de novembro de 2020.

\_\_\_\_\_. IVISA-Rio. Decreto nº 45.585, de 27 de dezembro de 2018.

**Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso os alunos que assinarem a lista de presença por meio do link fornecido durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação ao final do curso.

## ■ 2.1.4 Atualização em Terapia Nutricional

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Nutricionistas atuantes na rede municipal de saúde de atenção terciária.

**Número de vagas:** 40 vagas.

**Carga horária:** 5 horas, sendo 4 horas de aula expositiva e 01 hora de leitura de texto e avaliação.

**Facilitadora:** Maria Cecília Furtado – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2805915747573711>.

**Organização:** Coordenadoria Técnica de Avaliação de Tecnologia em Saúde e Insumos Estratégicos – CTATS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projeto, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

Qualificar a abordagem profissional em Terapia Nutricional.

**Resultados esperados:**

Participante apto a qualificar a abordagem quanto a Terapia Nutricional.

**Conteúdo programático:**

- Avaliação do risco e diagnóstico nutricional.
- Nutrição enteral no adulto.
- Recomendações das necessidades nutricionais.
- História clínica e exame físico.
- Terapia de nutrição enteral em pediatria.
- Exames diagnósticos indicados.
- Tratamento indicado e plano terapêutico.
- Vias de acesso.
- Complicações da Terapia Nutricional Enteral (TNE).
- Prevenção das complicações da TNE.
- Tipos de nutrição enteral padronizadas e recomendações diárias internacionais
- Critérios de internação.
- Critérios de mudança terapêutica.
- Critérios de alta ou transferência.
- Normas e rotinas.
- Prescrição da nutrição enteral.
- Administração da nutrição enteral.
- Cuidados necessários com a TNE para prevenção de eventos.
- Cuidados gerais de pacientes em TNE.
- Sinais de intolerância à nutrição enteral.
- Descarte dos resíduos gerados na administração da nutrição enteral.
- Notificações de incidentes relacionados a TNE.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN nº 277/2003, de 16 de junho de 2003.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Nutrição. Resolução nº 600/2018, de 25 de fevereiro de 2018.

CAMPOS, A.L. et al. Diretrizes Brasileira de Terapia Nutricional. [S.L.]: BRASPEN Journal, 2018.

CARVALHO, A.P. Protocolo de Atendimento Nutricional do Paciente Hospitalizado: Adulto/Idoso, v.2. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

**Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## 2.1.5 Boas Práticas Sanitárias de Higiene e Limpeza de Estabelecimentos

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Gestores, supervisores de empresas de higienização de superfícies e auxiliares de serviços gerais de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadora:** Andréa Mendonça Dantas de Matos – Currículo Lattes disponível em <http://lattes.cnpq.br/4958321762945863>

**Organização:** Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

Conhecer boas práticas para as ações de limpeza e desinfecção de superfícies.

**Resultados esperados:**

Participantes aptos a realizar a limpeza e desinfecção de superfícies, seguindo as boas práticas, minimizando os riscos e possíveis danos à saúde dos profissionais e clientes

**Conteúdo programático:**

- Conceitos de limpeza, desinfecção e higienização.
- Métodos e equipamentos de limpeza de superfícies.
- Protocolo de higienização das mãos.
- Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e Equipamentos de Proteção Individual – EPI.
- Protocolo de procedimento correto das etapas de higienização.
- Produtos de limpeza e desinfecção e os riscos oferecidos.
- Especificidades de limpeza de depósitos de produtos e materiais.
- Protocolo de coleta de resíduos.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Protocolo para a prática de higiene das mãos em serviços de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual de Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC No 63, de 25 de novembro de 2011. Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria No 2.914, de 12 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.

### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos que preencherem a lista de presença por meio do link fornecido durante a realização da capacitação e obtiverem aproveitamento igual ou superior a 60% no processo avaliativo.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.6 Boas Práticas Sanitárias em Comunidade Terapêutica**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Gestores e profissionais que atuam no segmento da Comunidade Terapêutica.

**Número de vagas:** 40 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadora:** Maria Cláudia Angelo de Souza Castelo – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3249718596374815>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

Fornecer orientações sobre os requisitos mínimos para o funcionamento das Comunidades Terapêuticas, quanto ao processo de trabalho e legislações que englobam o segmento.

**Resultados esperados:**

Profissionais aptos a desenvolver atividades nas comunidades terapêuticas baseada em conhecimentos técnicos.

**Conteúdo programático:**

- Legislações pertinentes.
- Plano terapêutico.
- Plano de Trabalho.
- Rede RAPS.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 29, de 30 de junho de 2011.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011.

**Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.7 Boas Práticas Sanitárias em Serviços de Corte de Pelos e Embelezamento de Animais (Banho e Tosa)**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Médicos veterinários, responsáveis técnicos, tosadores, banhistas, alunos de cursos de formação (banho/tosa).

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitador:** Anderson Lima Borges – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9405904169334027>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância de Zoonoses – CVZ e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Orientar quanto à estrutura física dos locais e suas peculiaridades.
- Conhecer as boas práticas na execução das tarefas nos estabelecimentos envolvidos.
- Identificar como devem ser mantidos os equipamentos e sua manutenção.
- Identificar os principais riscos de ordem sanitária e de acidentes.

**Resultados esperados:**

Participantes com uma nova visão do assunto em tela mudando sua perspectiva de trabalho e identificando com mais clareza os riscos do seu trabalho, tanto para saúde dos animais, quanto dos profissionais envolvidos.

**Conteúdo programático:**

- Legislação.
- Documentação obrigatória.
- Estrutura física e equipamentos.
- Boas práticas e riscos sanitários.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Conselho Federal de Medicina Veterinária. Resolução CFMV nº 1275 de 25 de junho de 2019.

RIO DE JANEIRO. Lei Municipal nº 5997 de 21 de outubro de 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei Estadual nº 8531 de 17 de setembro de 2019.

RIO DE JANEIRO. Portaria IVISA-Rio nº 1-N, de 11 de novembro de 2020.

**Declaração de participação:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.8 Boas Práticas Sanitárias em Serviços de Diálise com Ênfase na Coleta e Transporte de Material Biológico Humano**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Responsáveis técnicos da enfermagem e medicina e administradores dos serviços de diálise.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas divididas em 2 aulas de 2 horas.

**Facilitadoras:** Maria Emília Canciano Gombarovits – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5748485560110457> e Joyce Vasconcellos – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0578728372479540>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

- Fornecer conhecimentos e práticas para a utilização de técnicas adequadas, normas e protocolos, que visam garantir a qualidade dos serviços de diálise nas atividades de posto de coleta e transporte de material biológico.
- Orientar a realização de procedimentos administrativos e operacionais na rotina de posto de coleta e transporte de material biológico nos serviços de diálise.

### **Resultados esperados:**

Participantes aptos a realizar procedimentos administrativos e operacionais na rotina de posto de coleta e transporte de material biológico nos serviços de diálise, mitigando riscos sanitários e diminuindo o quantitativo de não conformidades relacionadas às atividades.

### **Conteúdo programático:**

- Principais não conformidades relacionadas à atividade de coleta, armazenamento e transporte de material biológico, evidenciadas nas inspeções sanitárias realizadas em serviços de diálise.
- Importância das boas práticas de coleta, armazenamento e transporte de material biológico na assistência ao paciente em terapia renal substitutiva.
- Preparo de materiais, equipamentos e ambiente para processamento de amostras de material biológico de pacientes assistidos em serviços de diálise.
- Armazenamento de amostras biológicas nos serviços de diálise.
- Considerações em biossegurança durante a coleta e transporte interno de material biológico nos serviços de diálise.
- Transporte externo de amostras biológicas dos centros de diálise até os laboratórios terceirizados.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC nº 50 de 21 de fevereiro de 2002.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 302 de 13 de outubro de 2005.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 36, de 25 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 11, de 13 de março de 2014.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 20, de 10 de abril de 2014.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 509, de 27 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria nº 1675, de 7 de junho de 2018. Altera a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

#### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

#### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.9 Boas Práticas Sanitárias em Serviços Veterinários no Município do Rio de Janeiro**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Médicos veterinários.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitador:** Anderson Lima Borges – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9405904169334027>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância de Zoonoses – CVZ e Coordenadoria Geral de Inovação, Projeto, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE

#### **Objetivos:**

- Compreender a estrutura física adequada dos locais, suas peculiaridades e as boas práticas na execução das tarefas nos estabelecimentos envolvidos.



- Conhecer as formas de acondicionamento e manutenção dos equipamentos.
- Os principais riscos sanitários inerentes aos serviços veterinários.

**Resultados esperados:**

Participantes com uma nova visão do assunto em tela mudando sua perspectiva de trabalho e identificando com mais clareza os riscos do seu trabalho, tanto para saúde dos animais, quanto dos profissionais envolvidos.

**Conteúdo programático:**

- Legislação.
- Documentação obrigatória.
- Estrutura física e equipamentos.
- Boas práticas.
- Riscos sanitários.
- Tipos de estabelecimentos.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Conselho Federal de Medicina Veterinária. Resolução CFMV nº 1275 de 25 de junho de 2019.

RIO DE JANEIRO. Decreto Rio nº 45.585, de 27 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Portaria IVISA-Rio nº 1-N, de 11 de novembro de 2020.

**Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus a certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencheram a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.10 Boas Práticas Sanitárias no Processo de Esterilização em Clínicas e Consultórios**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Profissionais que realizam o processo de limpeza, desinfecção e esterilização de instrumentais críticos, semicríticos e não críticos em clínicas e consultórios.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadora:** Andréa Mendonça Dantas de Matos – Currículo Lattes disponível em <http://lattes.cnpq.br/4958321762945863>.

**Organização:** Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

Compreender como executar os procedimentos de segurança para preservar a saúde dos profissionais e dos clientes, identificando os possíveis riscos sanitários envolvidos nas ações de processamento de artigos.

**Resultados esperados:**

Participantes aptos a desenvolver os princípios de boas práticas, minimizando riscos e possíveis danos à saúde dos profissionais e clientes.

**Conteúdo programático:**

- Conceitos e Definições:
  - Serviços de interesse à saúde;
  - Serviços de saúde; e
  - Classificações de artigos (críticos, semicríticos, não críticos).
  
- Conceito de Biossegurança:
  - Veiculação microbiana;
  - Estrutura e Organização:
    - Área física; e
    - Barreira técnica.
  - Materiais e equipamentos.
  
- Etapas do processo de esterilização:
  - Método de limpeza;
  - Método de desinfecção; e
  - Método de esterilização.
  
- Teste de validação do processo de esterilização:
  - Indicadores/ Integradores químicos; e
  - Indicador biológico.
  - Registro.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. ABNT. NBR ISO 11140-1. Esterilização de produtos para saúde – Indicadores químicos. Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC No 15, de 15 de março de

2012. Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC No 02, de 25 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC No 55, de 14 de novembro de 2012. Dispõe sobre os detergentes enzimáticos de uso restrito em estabelecimentos de assistência à saúde com indicação para limpeza de dispositivos médicos e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC No 31, de 4 de julho de 2011.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RE N° 2.605, de 11 de agosto de 2006.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RE N° 2.606, de 11 de agosto de 2006.

GRAZIANO, K; U; PSALTIKIDIS, E; M. Enfermagem em Centro de Material e Esterilização, Barueri, SP: Ed. Manole, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Organização Pan-Americana da saúde. Descontaminação e reprocessamento de produtos para saúde em instituições de assistência à saúde. Organização Mundial da Saúde e Organização Pan-Americana da Saúde, 2016.

RIO DE JANEIRO. SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE. Resolução SES N° 1.219, de 31 de julho de 2015.

### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.11 Boas Práticas Sanitárias para Serviços de Embelezamento**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Manicure, pedicure, cabeleireiro, depilador, massagista, maquiador, esteticista, barbeiro, representante legal do salão de beleza.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitador:** Andréa Mendonça Dantas de Matos – Currículo Lattes disponível em <http://lattes.cnpq.br/4958321762945863>.

**Organização:** Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

Identificar os possíveis riscos sanitários envolvidos nas ações de embelezamento, executando os procedimentos com segurança de forma a preservar a saúde dos profissionais e dos clientes.

**Resultados esperados:**

Participantes com informações básicas e aptos para desenvolver atividades com segurança, minimizando riscos e possíveis danos à saúde dos profissionais e clientes.

**Conteúdo programático:**

- Conceito de biossegurança: prevenção de doenças infectocontagiosas – AIDS, Hepatites B e C, dermatoses e micoses.
- Estrutura e organização dos serviços que compõem o embelezamento.
- Higienização pessoal, uso do uniforme, redução de adornos, caderneta de vacinação conforme Programa Nacional de Imunização – PNI e uso de Equipamento de Proteção Individual – EPI.
- Higienização de ambientes: piso, paredes e portas, bancadas e mobiliário, salão de atendimento e cabine/box, sanitários e aparelho de ar-condicionado.
- Produtos e equipamentos utilizados para o embelezamento: classificação, informações obrigatórias do rótulo – modo de uso, especificidade, compatibilidade, validade, composição e registro ANVISA/MS.
- Definição de limpeza, desinfecção e esterilização de artigos e equipamentos utilizados nos procedimentos do embelezamento.
- Gerenciamento de resíduos sólidos: classificação dos resíduos; símbolos universais; tipos de lixeiras; Equipamento de Proteção Individual – EPI; e descarte, acondicionamento e recolhimento.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Lei n. 12.591, de 18 de janeiro de 2012.

GOMES TF, BATISTA BAM, VIEIRA PRN. Inconformidades de Biossegurança no segmento de embelezamento e estética: Uma Revisão Integrativa. Ceará: Cadernos ESP, 2019.

RIO DE JANEIRO. Lei Municipal Nº 5.599, de 25 de junho de 2013.

SÃO PAULO. Manual de Orientação para Instalação e Funcionamento de Institutos de Beleza. São Paulo, SP: Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo, 2012.

**Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos que preencherem a lista de presença por meio do link fornecido durante a realização da capacitação e obtiverem aproveitamento igual ou superior a 60% no processo avaliativo.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## ■ 2.1.12 Campanha Antirrábica – Vacinadores

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Vacinadores que se inscreverem para participar da Campanha de Vacinação Antirrábica Animal 2023 / 2024.

**Número de vagas:** 40 vagas.

**Carga horária:** 6 horas divididas em duas aulas de 3 horas.

**Facilitadores:** Residentes dos Programas de Residência Profissional em Medicina Veterinária e Multiprofissional em Vigilância Sanitária do IVISA-Rio.

**Organização:** Coordenação de Vigilância de Zoonoses – CVZ e Coordenadoria Geral de Inovação, Projeto, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE

**Objetivos:**

Compreender o funcionamento da Campanha de Vacinação Antirrábica Animal, orientações sobre as boas práticas de vacinação de animais e como proceder nas situações previstas para o dia da Campanha.

**Resultados esperados:**

Participantes aptos a atuar na Campanha de Vacinação Antirrábica Animal 2023, tanto na vacinação dos animais, quanto na organização dos postos.

**Conteúdo programático:**

- Introdução:
  - Informações sobre a doença: o que é raiva, distribuição mundial, transmissão, principais animais transmissores, período de incubação, sinais clínicos, ciclo e tratamento;
  - Histórico do controle da raiva e importância da vacinação na prevenção da doença;
  - Exemplos de casos de raiva humana e animal no Brasil.
- Campanha de vacinação:
  - Organização do local de trabalho e das filas;
  - Meta de animais a serem vacinados, números de Postos de Vacinação, distribuição regional de acordo com as etapas, horário de funcionamento.

- Sobre a vacina:
  - Vacina utilizada, dose, forma de conservação, cuidados com as caixas térmicas e termômetros, via de aplicação;
  - Boas práticas de vacinação animal.
- Biossegurança:
  - Montagem da caixa de descarte de resíduos perfurocortantes, utilização e descarte adequado de agulhas e seringas.
- Animal:
  - Idade mínima;
  - Animais aptos;
  - Protocolos a serem adotados em casos de acidentes (arranhaduras ou mordeduras);
  - Proibições e cuidados.
- Preenchimento da documentação:
  - Comprovante de vacinação, Formulário de Estatística e Comunicado de Acidentes;
  - Demonstração da técnica de vacinação animal;
  - Reações adversas e sintomas.
- Orientações gerais:
  - Horário de funcionamento dos postos, importância do supervisor, vestimenta (camisa), preenchimento da lista de presença.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 222, de 28 de março de 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de rede de frio do Programa Nacional de Imunizações. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

PIMENTEL, B. J.; SANTANA, C. S. T.; ARAÚJO, D. C. S.; SILVA, E. T.; BOMFIM, I. Q. M.; FAÉ, J.; TELES, J. A. A.; TORRES, M. C. A.; FREITAS, M. G.; FERREIRA, S. M. S. Manual de Biossegurança Medicina Veterinária. Maceió, AL: CESMAC, 2015.

SÃO PAULO. Manual Técnico do Instituto Pasteur. Vacinação contra raiva de cães e gatos. São Paulo, SP: Instituto Pasteur, 1999.

### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação ao final do curso.

### **2.1.13 Critérios Mínimos a Serem Avaliados em Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPI**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Gestores de ILPI, profissionais que atuam no segmento.

**Número de vagas:** 40 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadora:** Maria Cláudia Angelo de Souza Castelo – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3249718596374815>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

Fornecer orientações sobre os requisitos mínimos para o funcionamento das ILPI e legislações que englobam a atividade.

**Resultados esperados:**

Participantes com conhecimentos básicos necessários para as atividades desenvolvidas nas ILPI.

**Conteúdo programático:**

- Boas práticas sanitárias em ILPI.
- Normas sanitárias específicas para o segmento asilar.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 502, de 27 de maio de 2021.

RIO DE JANEIRO (Estado). Governo do Estado do Rio de Janeiro. Lei nº 8.049, de 17 de julho de 2018.

**Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

**2.1.14 Cuidados Radiológicos na Pediatria e Neonatologia**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Profissionais da SMS.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 3 horas e 30 minutos, divididas em 2 horas e 30 minutos de aula expositiva e 1 hora para debate e perguntas sobre o assunto exposto.

**Facilitadoras:** Leonardo Curvello de Castro – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7965233644474761>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Interesse à Saúde – CVS, Coordenadoria Geral Executiva – CGEX e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Conhecer conceitos e atitudes de Proteção Radiológica dando ênfase à redução do tamanho de campo das radiografias e proteção adequada mantendo a qualidade da imagem para Segurança do paciente neonato e pediátrico.
- Reconhecer as necessidades de se adotar protocolo radiológico próprio adequado ao paciente neonato e pediátrico.
- Compreender acerca do gerenciamento de riscos mantendo a formação continuada de forma sistêmica, assim como a contínua realização das manutenções (preventivas e corretivas) de equipamentos e acessórios.

**Resultados esperados:**

Profissionais aptos a adotarem medidas protetivas garantindo a redução de "dose" no paciente pediátrico e neonato. além de observar e fazer a leitura dos indicadores críticos relacionados à proteção radiológica do paciente neonato e pediátrico.

**Conteúdo programático:**

- Identificação dos riscos sanitários na radiologia pediátrica e neonatal.
- Análise dos riscos sanitários na radiologia pediátrica e neonatal.
- Ações necessárias de proteção radiológica na pediatria e neonatologia.



### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Comissão Nacional de Energia Nuclear. Norma CNEN-NN-3.01. Diretrizes Básicas de Proteção – Resolução 164/14;

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária Resolução RDC Nº 611, 9 de março de 2022.

INTERNATIONAL COMMISSION ON RADIOLOGICAL PROTECTION. Radiological protection in pediatric diagnostic and interventional radiology. Rockville Pike: National Library of Medicine, 2013.

INTERNATIONAL COMMISSION ON RADIOLOGICAL PROTECTION. Diagnostic reference levels in medical imaging. Rockville Pike: National Library of Medicine, 2017.

LACERDA, M A S. et al. Riscos dos exames radiográficos em recém-nascidos internados em um hospital público de Belo Horizonte, MG. Belo Horizonte: Scielo, 2008. Declaração de conclusão do curso: Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.15 Curso Básico sobre Planilha Eletrônica**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Colaboradores em geral da Prefeitura do Rio de Janeiro.

**Número de vagas:** 10 vagas.

**Carga horária:** 8 horas.

**Facilitadoras:** Shirlei Jesus Coelho da Silva Caldas – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5440531032887271> e Giselle Mendes Bezerra – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9616615425060232>.

**Organização:** Coordenadoria Técnica de Avaliação de Tecnologia em Saúde e Insumos Estratégicos – CTATS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

- Conhecer o ambiente da planilha eletrônica.
- Elaborar planilha.
- Manipular dados.

**Resultados esperados:**

Participantes com conhecimentos básicos de Microsoft Excel e/ou Google Sheets para construir e manipular dados utilizando planilhas eletrônicas.

**Conteúdo programático:**

- Criação e formatação pastas e células; inserir e formatar textos nas células.
- Trabalho com planilhas, utilizando os recursos básicos, tais como: inserir, excluir, renomear, mover, copiar, ocultar e inserir; imprimir e formatar células.
- Inserção e exclusão intervalos nomeados simples.
- Aplicação de filtro e modos de exibição.
- Manipulação de fórmulas utilizando os operadores e funções básicas.

**Bibliografia de apoio:**

BATTISTI, J. Aprenda com Júlio Battisti: Excel 2010 Básico – Através de Exemplos Práticos. Minas Gerais: Instituto Alpha, 2014.

LAGO, K.. Excel de A até XFD. São Paulo: DATAB, 2022.

**Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.16 Curso de Atualização de Serviços Farmacêuticos na Atenção Primária em Saúde**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Profissionais Farmacêuticos que atuam nas unidades de Atenção Primária em Saúde no município do Rio de Janeiro.

**Número de vagas:** 40 vagas.

**Carga horária:** 40 horas.

**Facilitadoras:** Carla Patricia Figueiredo Antunes de Souza – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5600265235191650> e Giselle Mendes Bezerra – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9616615425060232> e Sônia Silva Ramirez – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8000614715429887>.

**Organização:** Coordenadoria Técnica de Avaliação de Tecnologia em Saúde e Insumos Estratégicos – CTATS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projeto, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

Capacitar os profissionais farmacêuticos para a realização de serviços farmacêuticos voltados para o uso seguro dos medicamentos e maximização dos seus resultados positivos através de um atendimento humanizado no nível da atenção primária em saúde no Município do Rio de Janeiro.

**Resultados esperados:**

Participantes aptos a atuar na realidade de saúde da população do município do Rio de Janeiro e capazes de conhecer, refletir criticamente, tanto sobre os aspectos clínicos, como epidemiológicos, agindo como cidadãos e profissionais de saúde para mobilizar seu conhecimento específico, visando participar ativamente no conjunto das equipes de saúde da sua unidade.

**Conteúdo programático:**

- Política Nacional de Atenção Básica e Atenção Primária em Saúde.
- Planejamento e Gestão de Medicamentos.
- Gestão da Clínica e Ciclos de Vida.
- Segurança do Paciente.
- Apresentação dos trabalhos de conclusão do curso.

**Bibliografia de apoio:**

NETO, GV, Filho WR. Gestão de Recursos Materiais e de Medicamentos. Série Saúde & Cidadania. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998.

KERBER, MAF, Markus B. Método ZOPP: Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos. Florianópolis: Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Aquisição de Medicamentos para Assistência Farmacêutica no SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Assistência Farmacêutica na Atenção Básica: Instruções Técnicas Para Sua Organização Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Aquisição de Medicamentos para Assistência Farmacêutica no SUS: Orientações Básicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BUSS, PM, Filho AP. A Saúde e seus Determinantes Sociais. Rio de Janeiro: Physis: Revista de Saúde Coletiva, 2007.

CONILL, EM. Ensaio Histórico-conceitual sobre a Atenção Primária à Saúde: Desafios para a Organização de Serviços Básicos e da Estratégia Saúde da Família em Centros Urbanos no Brasil. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, 2008.

AQUINO DSd. Por que o Uso Racional de Medicamentos Deve ser uma Prioridade? Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva, 2008.

STORPITIS, S, Mori ALPM, Yochiy A. Ciências Farmacêuticas: Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. [S.L.]: Guanabara Koogan; 2008.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança do Paciente em Serviços de Saúde: Higienização das Mãos. Brasília: Anvisa, 2009.

WORLD ORGANIZATION HEALTH. The conceptual framework for the International Classification for Patient Safety. Geneva: World Health Organization, 2009.

BORGES CF, BAPTISTA, TWdF. A Política de Atenção Básica do Ministério da Saúde: Refletindo Sobre a Definição de Prioridades.

PINHEIRO, R.M. Serviços Farmacêuticos na Atenção Primária à Saúde. [S.L.]: Rev Tempus Actas Saúde Colet, 2010.

OLIVEIRA, L.C.F. et al. Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde: da Política Nacional de Medicamentos à Atenção Básica à Saúde. Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva, 2010.

WANNMACHER, L. Condutas Baseadas em Evidências sobre Medicamentos Utilizados em Atenção Primária à Saúde. Brasília: Editora Ministério da Saúde, 2010.

SAMICO, I, FELISBERTO, E, FIGUEIRÓ, A, FRIAS, P. Avaliação em Saúde: Bases Conceituais e Operacionais. Rio de Janeiro: MedBook, 2010.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Assistência Segura: uma reflexão teórica aplicada à prática. Brasília: Anvisa, 2013.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº36, de 25 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013.

SOUSA, P.; MENDES, W. Segurança do Paciente: conhecendo os riscos nas organizações de saúde. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2014.

OSORIO-DE-CASTRO, C.G.S. et al. Assistência farmacêutica: gestão e prática para profissionais da saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Serviços farmacêuticos na atenção básica à saúde – Caderno 1.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Documento de Referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Brasília: ANVISA, 2014.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. Guia curricular de segurança do paciente da Organização Mundial da Saúde: edição multiprofissional. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

VICENTI, C., AMALBERTI, R. Cuidado de Saúde mais Seguro: estratégias para o cotidiano do cuidado. Rio de Janeiro: Proqualis, ICICT/ Fiocruz, 2016.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Plano de Fortalecimento das Práticas de Segurança do Paciente na Atenção Primária à Saúde – 2019–2022. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Saúde, 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Plano Estadual de Segurança do Paciente – 2021–2025. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Saúde, 2021.

**Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão da capacitação todos os participantes que obtiverem pelo menos 75% de presença e apresentação do trabalho final do curso.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.17 Higiene e Sanitização nos Ambientes de Fabricação e Manipulação de Produtos de Origem Animal**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Responsáveis técnicos, gerentes e responsáveis pelos estabelecimentos com autosserviço ou agroindústrias de pequeno porte.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadoras:** Leticia dos Santos Cavalcanti – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8834991241740501> e Renata Barbosa da Fonseca e Albuquerque – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4691733115431400>.

**Organização:** Coordenação de Inspeção Agropecuária – CIA e da Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Conhecer os aspectos e as técnicas de higienização de ambientes, equipamentos e utensílios.
- Entender e implantar programas e procedimentos de higienização e verificar o monitoramento das ações implementadas que garantam a inocuidade do alimento a fim de que chegue ao consumidor com a qualidade e segurança requeridas.

**Resultados esperados:**

Participantes aptos a executar programas de higienização eficazes.

**Conteúdo programático:**

- Contaminações microbiológicas: perigos das Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs).
- Legislações e normatizações vigentes aplicáveis ao controle de contaminantes.
- Principais tipos de sujidades.
- Química dos detergentes e sanificantes e métodos de ação e eficácia sobre tipos de contaminantes.

- Limpeza das superfícies (higienização):
  - Etapas das operações de limpeza;
  - Função dos detergentes utilizados na remoção dos resíduos; e
  - Fatores que afetam o desempenho da solução de detergente aplicada na superfície.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 14, de 28 de fevereiro de 2007.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004.

RIO DE JANEIRO. Conselho Regional de Química. Cartilha sobre Higienização e Sanitização de Alimentos do Produtor ao Consumidor. Rio de Janeiro: CTAB, 2020.

### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.18 Higienização de Ambientes Hospitalares**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Profissionais de saúde de hospitais e clínicas com internação públicas e privadas; líderes, supervisores ou encarregados pelo serviço de limpeza de hospitais e clínicas com internação públicas e privadas.

**Número de vagas:** 80 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadora:** Joyce Vasconcellos – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0578728372479540>

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

- Conhecer a legislação vigente que regula a higienização dos ambientes hospitalares.

- Relacionar a higienização dos ambientes hospitalares com o controle de infecções relacionadas à assistência à saúde.
- Implementar normas e rotinas de higienização.
- Elaborar estratégias de avaliação e de controle sistemático do serviço de higienização.
- Definir as atribuições da equipe envolvida no processo de limpeza e desinfecção.
- Conhecer os saneantes utilizados em ambientes hospitalares.
- Conhecer as normas de biossegurança relacionadas à limpeza e desinfecção de superfícies em serviços de saúde.

### **Resultados esperados:**

Participantes aptos a desenvolver melhorias nas ações de higienização do ambiente hospitalar, em prol da qualidade e segurança da assistência à saúde.

### **Conteúdo programático:**

- Legislação sanitária.
- Ambiente e prevenção da transmissão de infecções relacionadas à assistência à saúde.
- Princípios básicos para a limpeza e desinfecção de superfícies em serviços de saúde.
- Processos de limpeza e desinfecção de superfícies.
- Recursos humanos e suas atribuições.
- Equipamentos, materiais e instalações.
- Produtos saneantes.
- Medidas de biossegurança.

### **Bibliografia de apoio:**

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE ESTUDOS E CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR. Limpeza, Desinfecção de Artigos e Áreas Hospitalares e Antissepsia. São Paulo: APECIH, 2004.

ASSAD, C.; COSTA, G. Manual Técnico de Limpeza e Desinfecção de Superfícies Hospitalares e Manejo de Resíduos. Rio de Janeiro: IBAM/COMLURB, 2010.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 50 de 21 de fevereiro de 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC Nº 35, de 16 de agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC Nº 63, de 25 de Novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária.. Resolução – RDC Nº 31, de 4 de julho de 2011.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies. Brasília: Anvisa, 2012.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC Nº 492, de 15 de abril de 2021.

#### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

#### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### **2.1.19 Implantação dos Programas de Autocontrole (PAC's) em Estabelecimentos com Autosserviço e Indústrias de Produtos de Origem Animal**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Responsáveis técnicos, gerentes, responsáveis pelos estabelecimentos com autosserviço ou agroindústrias de pequeno porte.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadoras:** Ana Paula Alexandre Freixo – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3402552861793867> e Leticia dos Santos Cavalcanti – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8834991241740501>.

**Organização:** Coordenação de Inspeção Agropecuária – CIA e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

#### **Objetivos:**

Conhecer, entender e implantar os elementos de autocontrole nos estabelecimentos de manipulação e fabricação de produtos de origem animal.

#### **Resultados esperados:**

Participantes aptos a implantar os elementos de autocontrole nos estabelecimentos.

#### **Conteúdo programático:**

- Histórico, conceito e legislação aplicada aos elementos de autocontrole.
- Requisitos técnicos aplicados aos elementos de autocontrole.



- PAC 1 a PAC 18.
- Pontos imprescindíveis dos elementos de autocontrole.
- Monitoramento, ação corretiva, verificação e registros dos elementos de autocontrole.
- Exemplos de estrutura procedimental de programas de autocontrole.

#### **Bibliografia de apoio:**

RIO DE JANEIRO. PORTARIA "N" S/SUBVISA Nº 555, de 08 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_. PORTARIA "N" S/SUBVISA Nº 556, de 08 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_. PORTARIA "N" S/SUBVISA Nº 557, de 08 de junho de 2020.

#### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

#### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.20 Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde: Abordagem aos Critérios Diagnósticos e Procedimentos para a Notificação**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Responsáveis técnicos de enfermagem e medicina, demais profissionais da equipe de saúde e gestores de hospitais, clínicas e serviços de diálise cadastrados no IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadora:** Joyce Vasconcellos – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0578728372479540>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

#### **Objetivos:**

- Compreender os conceitos de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde – IRAS, com abordagem às infecções associadas ao uso de dispositivos invasivos em hospitais e serviços de diálise.
- Identificar os critérios diagnósticos das IRAS e os procedimentos para notificação aplicados aos hospitais e serviços de diálise.

### **Resultados esperados:**

Participantes com compreensão dos conceitos das Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde e com conhecimentos sobre critérios diagnósticos e sobre procedimentos de notificação das IRAS.

### **Conteúdo programático:**

- Aspectos conceituais das IRAS associadas ao uso de dispositivos invasivos.
- Cenário epidemiológico das IRAS nos serviços hospitalares e clínicas de diálise.
- Apresentação das normativas que abordam a vigilância epidemiológica das IRAS.
- Orientações gerais para a determinação dos critérios diagnósticos das IRAS.
- Orientações gerais para os procedimentos para a notificação de IRAS nos hospitais e serviços de diálise.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 36, de 25 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 11, de 13 de março de 2014.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gerência de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde. Gerência Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde. Nota Técnica GVIMS/GGTES/DIRE3/ANVISA nº 01/2023. Orientações para vigilância das Infecções Relacionadas à assistência à Saúde (IRAS) e resistência microbiana (RM) em serviços de saúde. Brasília, DF: ANVISA, 2023.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gerência de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde. Gerência Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde. Nota Técnica GVIMS/GGTES/DIRE3/ANVISA nº 02/2023.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gerência de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde. Gerência Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde. Nota Técnica GVIMS/GGTES/DIRE3/ANVISA Nº 03 / 2023.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gerência de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde. Gerência Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde. Nota Técnica GVIMS/GGTES/DIRE3/ANVISA nº 04/2023.

### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## 2.1.21 Laboratórios de Anatomia Patológica e a Importância do seu Diagnóstico

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Responsáveis técnicos e profissionais de nível superior que exercem suas atividades em laboratórios; administradores e responsáveis legais dos serviços de laboratórios, postos de coleta e laboratórios de patologia (histopatologia e citopatologia) e técnicos de patologia.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 8 horas.

**Facilitadoras:** Maria Emilia Canciano Gombarovits – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5748485560110457> e Natalia Ferreira Barros – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5207578726242470> e Elaine Gomes Begni – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9727287226284022> e convidados.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Conhecer aspectos técnicos e práticos para o funcionamento dos serviços de laboratórios de citologia com ênfase no diagnóstico patológico e a sua importância.
- Apropriar-se de conhecimentos atualizados para diagnósticos citológicos no laboratório clínico, histopatológico e citopatológico.

**Resultados esperados:**

Participantes com conhecimento e compreensão das boas práticas em serviços de laboratórios de patologia e capazes de identificar os riscos sanitários na execução de exames e nos diagnósticos.

**Conteúdo programático:**

- Apresentação do laboratório de anatomia patológica e a distribuição das áreas de trabalho.
- Principais técnicas aplicadas nos serviços.
- Desenvolvimento do trabalho e as práticas envolvidas na atividade.
- Complexidade dos exames e diagnóstico.
- Avaliação de laudos de análises.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 24, de 14 de junho de 2010.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 20, de 10 de abril de 2014.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 30, de 24 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 36, de 25 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 3.388, de dezembro de 2013.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria Estadual de Saúde. Centro de Vigilância Sanitária. Portaria SES/CVS nº 743, de 28 de junho de 2006.

### **Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.22 Legislação e Inspeção Sanitária em Unidades de Alimentação e Nutrição Hospitalares**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Responsáveis Técnicos e Nutricionistas que atuam em Unidades de Alimentação e Nutrição de hospitais públicos e privados.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadora:** Maristela de Souza Araujo da Cunha – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3814135018362546>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Conhecer a legislação sanitária vigente, aplicada à rotina do serviço de alimentação, a fim de garantir a qualidade higiênico sanitária dos alimentos.
- Conhecer e entender o processo de Inspeção Sanitária em Unidades de Alimentação e Nutrição Hospitalares.

**Resultados esperados:**

Participantes aptos ao atendimento à legislação sanitária nos serviços de alimentação e nutrição, de modo a assegurar a qualidade higiênico sanitária e segurança dos alimentos, prevenindo assim a ocorrência de eventos adversos.

**Conteúdo programático:**

- Legislação vigente.
- Código Sanitário do Município do RJ.
- Documentação exigida.
- Etapas da Inspeção Sanitária.
- Roteiro de inspeção.
- Principais inadequações encontradas nas inspeções.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Nutricionistas, CFN. Resolução CFN nº 600 de 25 de fevereiro de 2018.

RIO DE JANEIRO. Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. Decreto Rio nº 45.585, de 27 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e Inspeção Agropecuária – IVISA-Rio. Portaria "N" S/IVISA-Rio nº 002, de 11 de novembro de 2020.

**Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## 2.1.23 Materiais Educativos: Apoio às Atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Nutricionistas atuantes na rede municipal de saúde de atenção primária e secundária.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 5 horas, sendo 4 horas de aula expositiva 1 hora de leitura de texto e avaliação.

**Facilitadora:** Maria Cecília Furtado – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2805915747573711>.

**Organização:** Coordenadoria Técnica de Avaliação de Tecnologia em Saúde e Insumos Estratégicos – CTATS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### Objetivos:

- Contribuir com a promoção da saúde.
- Qualificar o atendimento ao usuário da rede municipal de saúde.

### Resultados esperados:

Participantes aptos a qualificar a promoção das atividades de educação alimentar e nutricional.

### Conteúdo programático:

- Contextualização e cenário atual.
- A importância dos materiais educativos no apoio a EAN.
- Divulgação dos materiais educativos elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde.
- Onde acessar outros materiais.

### Bibliografia de apoio:

MERHY, E.E. & FRANCO, T.B. Por uma Composição Técnica do Trabalho em Saúde centrada no campo relacional e nas tecnologias leves. São Paulo: PUCSP, 2003.

REVISTA SCIELO BRASIL. Tecnologia das relações como dispositivo do atendimento humanizado na atenção básica à saúde na perspectiva do acesso, do acolhimento e do vínculo. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, DF: MDS, 2012.

MENEZES, M.F.G. MORGADO, C.M.C., MALDONADO, L.A. Diálogos e Práticas em Educação Alimentar e Nutricional. Rio de Janeiro: Rubio, 2019.

**Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.24 Noções Básicas de Higiene e Boas Práticas de Manipulação de Alimentos em Indústrias de Alimentos**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Responsáveis técnicos, gerentes e manipuladores de alimentos que exercem as atividades de manipulação de alimentos em indústrias de alimentos.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitador:** Antonio Carlos Teixeira Fernandes – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9546910402347620>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Alimentos – CVA e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

Conhecer como ocorrem as doenças transmitidas por alimentos, a contaminação dos alimentos, e as Boas Práticas de higiene e manipulação dos alimentos, dentro da rotina e realidade de cada estabelecimento.

**Resultados esperados:**

Participantes aptos a colocar em prática no processo de trabalho, as normas sanitárias e procedimentos operacionais padronizados de modo a preservar a segurança dos alimentos e a saúde do consumidor, e que tenham uma noção básica dos pontos críticos, conforme o tipo de indústria alimentícia.

**Conteúdo programático:**

- Doenças Transmitidas por Alimentos:
  - Conceito e sintomas;
  - Prevenção das DTAs; e
  - Surtos de DTA.

- Contaminação dos alimentos:
  - Contaminantes e formas de contaminação dos alimentos;
  - Contaminação cruzada;
  - Multiplicação dos microrganismos nos alimentos; e
  - Conservação dos alimentos perecíveis e não perecíveis.
  
- Boas práticas de manipulação dos alimentos:
  - Estrutura física (instalações, equipamentos e utensílios);
  - Higienização (conceito, métodos);
  - Controle integrado de pragas ;
  - Abastecimento de água;
  - Manejo de resíduos;
  - Manipuladores (higiene, hábitos e saúde);
  - Ingredientes e embalagens (aquisição, armazenamento, acondicionamento, rotulagem, transporte); e
  - Preparação do alimento.
  
- Procedimentos operacionais padronizados:
  - Higienização de instalações, equipamentos e utensílios;
  - Controle integrado de vetores e pragas urbanas;
  - Higienização do reservatório;
  - Higiene e saúde dos manipuladores;
  - Controle de potabilidade da água;
  - Manejo dos resíduos;
  - Manutenção preventiva e calibração de equipamentos; e
  - Seleção das matérias-primas, ingredientes e embalagens.
  
- Noções básicas dos pontos críticos, conforme o tipo de indústria alimentícia:
  - Indústrias de gelados comestíveis (pasteurização e controle de potabilidade da água);
  - Indústrias de amendoins processados e derivados (recepção, seleção e armazenamento do amendoim);
  - Indústrias de frutas/ hortaliças em conserva (higienização das frutas/ hortaliças, acidificação e tratamento térmico); e
  - Indústrias de Água Mineral Natural e Água Natural (recepção de embalagens e higienização de canalização/ reservatório/ embalagens.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC N° 275, de 21 de outubro de 2002.



\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 352, de 23 de dezembro de 2002.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 172, de 04 de julho de 2003.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 267, de 25 de setembro de 2003.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 216, de 15 de setembro de 2004.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 173, de 13 de setembro de 2006.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 182, de 13 de outubro de 2017.

RIO DE JANEIRO. Lei Complementar nº 197, de 27 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Decreto-RIO Nº 45.585, de 27 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Portaria "N" IVISA-Rio Nº 002, de 11 de novembro de 2020.

#### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

#### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.25 Noções Básicas de Higiene e Boas Práticas de Manipulação de Alimentos em Serviços de Alimentação – Hotéis, Restaurantes, Bares, Lanchonetes e Afins**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Responsáveis técnicos, gerentes e manipuladores de alimentos (cozinheiro, açougueiro, padeiro, barman, chefe de cozinha, cozinheiro, estoquista, garçom, padeiro, entre outros) que exercem as atividades de manipulação de alimentos em estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, lanchonetes, supermercados, casas noturnas, serviços de hotelaria e similares.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadores:** Andréa Mendonça Dantas de Matos – Currículo Lattes disponível em <http://lattes.cnpq.br/4958321762945863>.

Carla Oliveira de Castro, Médica veterinária – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7996996282131730>.

Elisabete Rocha de Melo – Currículo Lattes em: <http://lattes.cnpq.br/0779669421859159>.

Júlia Rodrigues de Souza – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2257726909460034>.

Juliana Loureiro da Silva de Queiroz Rodrigues – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5681731106037884>.

Marcelo Goncalves Pereira de Mello – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2150806727099055>.

Maristela de Souza Araujo da Cunha – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3814135018362546>.

Monica Teixeira Ferreira, Nutricionista – IVISA/RIO. Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3814135018362546>.

Patricia Afonso Maia – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0505768119264958>.

Patrícia Maria de Sousa Rocca – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0345539351722342>.

RenataCristina Scarlato – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5102861982116385>.

Roberta Vianna – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7197657499545945>.

**Organização:** Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

Entender como ocorrem as doenças transmitidas por alimentos – DTA, a contaminação dos alimentos, e as boas práticas de higiene e manipulação dos alimentos, dentro da rotina e realidade de cada serviço de alimentação.

### **Resultados esperados:**

Participantes aptos a colocar em prática no processo de trabalho as normas sanitárias e procedimentos operacionais padronizados de modo a preservar a segurança dos alimentos e a saúde do consumidor.

### **Conteúdo programático:**

- Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs):
  - Conceitos e sintomas; e
  - Surtos de DTA: conceito, prevenção e notificação.
- Contaminação dos alimentos:
  - Contaminantes e formas de contaminação;

- Contaminação cruzada;
  - Multiplicação dos microrganismos nos alimentos; e
  - Conservação dos alimentos perecíveis e não perecíveis.
- O Manipulador de Alimentos:
    - Conceito;
    - Condutas de higiene; e
    - Segurança no ambiente de trabalho.
- Boas Práticas de Manipulação para prevenção das DTAs:
    - Conceito;
    - Procedimento Operacional Padronizado (POP);
    - Cuidados com o ambiente de trabalho;
    - Higiene, manutenção e conservação;
    - Higiene das instalações;
    - Controle integrado de vetores e pragas urbanas;
    - Cuidados com a água;
    - Manejo de resíduos;
    - Ingredientes e embalagens;
    - Preparo do alimento;
    - Transporte de alimentos;
    - Estocagem de alimentos; e
    - Exposição e comercialização do alimento.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC N° 216, de 15 de setembro de 2004.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Lei Complementar no 197, de 27 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Decreto-Rio nº 45.585, de 27 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Portaria IVISA-Rio N° 2-N, de 11 de novembro de 2020.

### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos que preencherem a lista de presença por meio do link fornecido durante a realização da capacitação e obtiverem aproveitamento igual ou superior a 60% no processo avaliativo.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação ao final do curso.

## ■ 2.1.26 Nutrição e Obesidade Infantil

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Nutricionistas atuantes na rede municipal de saúde de atenção primária e secundária.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 5 horas, sendo, 4 horas de aula expositiva e 1 hora de leitura prévia de textos e avaliação.

**Facilitadora:** Maria Cecília Quiben Furtado – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2805915747573711>.

**Organização:** Coordenadoria Técnica de Avaliação de Tecnologia em Saúde e Insumos Estratégicos – CTATS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projeto, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Identificar o panorama nacional da obesidade infantil.
- Oferecer orientações nutricionais.
- Contribuir com o enfrentamento da obesidade infantil.

**Resultados esperados:**

Participantes aptos a contribuir com o enfrentamento da obesidade infantil.

**Conteúdo programático:**

- Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil.
- Programa Nacional de Alimentação Escolar.
- Programa Saúde na Escola e Programa Crescer Saudável.
- Orientações nutricionais.
- Fluxo de atendimento na rede municipal de saúde.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos. Brasília, DF : Ministério da Saúde, 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Guia de Bolso do Programa Saúde na Escola : alimentação saudável e prevenção da obesidade. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Instrutivo Programa Crescer Saudável 2021/2022. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020.

### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.27 Nutrição e Transtornos Alimentares**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Nutricionistas atuantes na rede municipal de saúde de atenção primária e secundária.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 5 horas, sendo 4 horas de aula expositiva e 1 hora de leitura prévia de texto e avaliação.

**Facilitadores:** Renata Silva Cabral de Souza – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2359737116392855> e Marcia Melo Ramos – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0480574507793595> e Antônio Carlos Teixeira Fernandes – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9546910402347620>.

**Organização:** Coordenadoria Técnica de Avaliação de Tecnologia em Saúde e Insumos Estratégicos – CTATS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projeto, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

- Discutir a problemática dos transtornos alimentares enquanto questão relevante para o campo da Saúde Coletiva.
- Refletir sobre o papel da atenção primária e secundária no cuidado à pessoa com transtorno alimentar.
- Qualificar a suspeição diagnóstica de quadros de transtornos alimentares.
- Atualizar a abordagem nutricional.

### **Resultados esperados:**

Participantes aptos a ampliar seu olhar sobre a relevância da temática dos transtornos alimentares, sobre seu papel no cuidado às pessoas com tais quadros e a qualificar a abordagem à(ao) usuária(o).

### **Conteúdo programático:**

- Definição e discussão sobre a estrutura diagnóstica.
- Transtornos alimentares e Saúde Coletiva.
- Contextualização e cenário atual.
- Possíveis interfaces entre obesidade e transtornos alimentares.
- Abordagem nutricional.
- Rede de atenção psicossocial.
- Fluxo de atendimento na rede municipal de saúde.

### **Bibliografia de apoio:**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Transtornos do comportamento alimentar: um problema de saúde coletiva. Rio de Janeiro: UFRJ, CCS, IESC, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica, n. 34. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos\\_atencao\\_basica\\_34\\_saude\\_mental.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf). Acesso em: 18 jan. 2023.

COSTA-VAL, A. et al. Sobre anorexias e bulimias: concepções e suposições etiológicas na perspectiva dos profissionais de Saúde. [SL.]: Interface Comunicação, Saúde, Educação, 2019.

### **Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.28 Nutrição, Intolerância e Alergias Alimentares**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Nutricionistas atuantes na rede municipal de saúde de atenção primária e secundária.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 5 horas, sendo 4 horas de aula expositiva e 1 hora de leitura prévia de texto e avaliação.

**Facilitadora:** Ethel Cristina Souza Santos – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0608767294827756>.

**Organização:** Coordenadoria Técnica de Avaliação de Tecnologia em Saúde e Insumos Estratégicos – CTATS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projeto, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE .

**Objetivos:**

- Identificar sinais e sintomas de intolerâncias/alergias.
- Qualificar a abordagem ao usuário.

**Resultados esperados:**

Participante apto a qualificar a abordagem ao usuário.

**Conteúdo programático:**

- Definição, causas e manifestações clínicas.
- Epidemiologia, prevenção, e perfil clínico e nutricional da criança com alergia e intolerância alimentar.
- Testes, dosagens, diagnóstico diferencial entre alergia e intolerância, identificação de riscos nutricionais e tratamento.
- Manejo e orientações nutricionais.
- Fluxo de atendimento da rede municipal de saúde.
- Discussão de casos clínicos.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos. Brasília, DF : Ministério da Saúde, 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. RDC nº 727, de 1º de julho de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Alimentação Infantil I: Prevalência de indicadores de alimentação de crianças menores de 5 anos. Rio de Janeiro: ENANI, 2019.

SOLÉ, D. et al. Consenso Brasileiro sobre Alergia Alimentar: 2018 – Parte 1 – Etiopatogenia, clínica e diagnóstico.

SOLÉ, D. et al. Consenso Brasileiro sobre Alergia Alimentar: 2018 – Parte 2 – Diagnóstico, tratamento e prevenção.

ENFERMERÍA GLOBAL. The early food introduction and the risk of allergies: A review of the literature. Múrcia, ES: Univesidad de Múrcia, 2019.

NUTROLOGIA PEDIÁTRICA: TEMAS DA ATUALIDADE EM NUTROLOGIA PEDIÁTRICA – 2021. Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento Científico de Nutrologia. São Paulo: SBP, 2021.

PINOTTI, R.; YONAMINE, GH. Alergia alimentar: Alimentação, Nutrição e Terapia Nutricional. São Paulo: Editora Manole, 2021.

REVISTA ENFERMAGEM ATUAL IN DERME. Restrição da ingestão de alimentos em pré-escolares com hipersensibilidade alimentar: impacto no crescimento e desenvolvimento. Rio de Janeiro: SOBENFeE., 2022.

CARREIRA, D. Alergia, hipersensibilidade e intolerância alimentar. São Paulo: Rettec, 2022.

#### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

#### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.29 Nutrição, Obesidade Grave e Cirurgia Bariátrica**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Nutricionistas atuantes na rede municipal de saúde de atenção primária e secundária, e ambulatorial especializada hospitalar.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 5 horas, sendo 4 horas de aula expositiva e 1 hora de leitura de texto e avaliação.

**Facilitadora:** Andreia de Luca Sacramento – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1564125076504334>

**Organização:** Coordenadoria Técnica de Avaliação de Tecnologia em Saúde e Insumos Estratégicos – CTATS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projeto, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

#### **Objetivos:**

- Identificar o cenário atual da obesidade.
- Discutir os aspectos clínicos, nutricionais e comportamentais envolvidos na gênese e no controle da obesidade.
- Ressaltar a importância da perda de peso com ênfase na abordagem multidisciplinar do paciente portador de obesidade grave.
- Destacar as indicações, técnicas e acompanhamento nutricional do paciente submetido à cirurgia bariátrica.
- Qualificar a abordagem profissional.



## **Resultados esperados:**

Participantes aptos a contribuir com o enfrentamento à obesidade grave, avaliar e propor ações terapêuticas às causas multifatoriais envolvidas na gênese da obesidade; a compreender a fisiopatologia; a desenvolver senso crítico para as diferentes estratégias propostas para o tratamento cirúrgico da obesidade.

## **Conteúdo programático:**

- Definições.
- Obesidade grave e Cirurgia Bariátrica no contexto atual.
- Alterações hormonais e metabólicas na obesidade grave.
- Indicação e Técnicas Cirúrgicas no tratamento da obesidade grave Avaliação Nutricional no pré e pós operatório.
- Conduta nutricional e monitoramento do paciente obeso grave e bariátrico.
- Fluxo de atendimento na rede municipal de saúde.

## **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Saúde Suplementar. Manual de Diretrizes para o Enfrentamento da Obesidade na saúde suplementar brasileira. Rio de Janeiro: ANS, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para DOENÇAS CRÔNICAS POR INQUÉRITO TELEFÔNICO. BRASÍLIA. DF: Ministério da Saúde, VIGITEL, 2022.

GARNEAU, P.; GLAZER, S; JACKSON T. et al. Guidelines for Canadian bariatric surgical and medical centres: a statement from the Canadian Association of Bariatric Physicians and Surgeons. Disponível em; <https://pubmed-ncbi-nlm-nih-gov.translate.goog/35264444/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

STENBERG, E.; FALCÃO, L.F., O'KANE, M. et al. Guidelines for Perioperative Care in Bariatric Surgery: Enhanced Recovery After Surgery (ERAS) Society Recommendations: A 2021 Update. [S.L.]: World Journal of Surgery, 2022.

PEREIRA, S.,; MAGRO, D.O.; ROSSONI, C. Guia Brasileiro de Nutrição na Cirurgia Bariátrica e Metabólica. São Paulo: Dialética, 2022.

## **Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.30 Orientações sobre Manipulação de Alimentos em Mercados e Supermercados**

**Modalidade:** Online.

**Público-alvo:** Responsáveis técnicos e gerentes que exercem suas atividades em Supermercados.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitador:** Fabio Gregorio da Silva – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5617275018344098>.

**Organização:** Coordenação de Inspeção Agropecuária – CIA e Coordenadoria Geral de Inovação, Projeto, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

Conhecer e entender como ocorrem as doenças transmitidas por alimentos, a contaminação dos alimentos, e as boas práticas de higiene e manipulação dos alimentos, dentro da rotina e realidade de cada mercado ou supermercado.

**Resultados esperados:**

Participantes aptos a colocar em prática, no processo de trabalho, as normas sanitárias e procedimentos operacionais padronizados de modo a preservar a segurança dos alimentos e a saúde do consumidor.

**Conteúdo programático:**

- Contaminação dos alimentos:
  - Contaminantes e formas de contaminação dos alimentos;
  - Contaminação cruzada;
  - Multiplicação dos microrganismos nos alimentos; e
  - Conservação dos alimentos perecíveis e não perecíveis.
- Doenças Transmitidas por Alimentos:
  - Conceito e sintomas;
  - Prevenção das DTAs; e
  - Surtos de DTA.

- Boas práticas gerais (conceito e itens de BP):
  - Estrutura Física (instalações, equipamentos e utensílios);
  - Higienização (conceito, métodos);
  - Controle integrado de pragas;
  - Abastecimento de água;
  - Manejo de resíduos; e
  - Manipuladores (hábitos, higiene e saúde).
  
- Boas práticas específicas (recepção; armazenamento; manipulação, exposição à venda):
  - Açougue;
  - Peixaria;
  - Laticínios;
  - Padarias;
  - Rotisseria;
  - FLV (Frutas, verduras e legumes);
  - PAS (produtos de autosserviço – congelados); e
  - PGC (produto geral de consumo – mercearia).
  
- Boas práticas para o fornecimento de refeições para consumo interno:
  - Matéria-prima, Ingredientes e embalagens (aquisição, acondicionamento, rotulagem);
  - Preparação do alimento;
  - Distribuição; e
  - Transporte.
  
- Procedimentos operacionais padronizados (POP's) – monitoramento, verificação e registro:
  - Higienização de instalações, equipamentos e móveis;
  - Controle integrado de vetores e pragas urbanas;
  - Higienização do reservatório; e
  - Higiene e saúde dos manipuladores.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. RDC Nº 216, de 15 de setembro de 2004.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Cartilha de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília, DF: Editora MS, 2004.

RIO DE JANEIRO. Portaria "N" S/SUBVISA 558, de 08 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_. Portaria "N" S/SUBVISA 568, de 08 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_. Portaria "N" S/IVISA-Rio Nº 081, de 07 de maio de 2021.

**Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

**2.1.31 Orientações Técnicas e Boas Práticas em Imunização**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Empresários, gestores, responsáveis técnicos e profissionais que atuam na atividade de vacinação e imunização humana.

**Número de vagas:** 30 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadores:** Marcia Melo – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0480574507793595>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Conhecer sobre as normas sanitárias e as boas práticas para funcionamento da sala de vacinação e imunização humana.
- Conhecer sobre as boas práticas no preparo e administração de vacinas.
- Conhecer sobre o gerenciamento de resíduos em vacinação.
- Conhecer as normas de Biossegurança para procedimentos de vacinação e imunização humana.

**Resultados esperados:**

Participantes aptos a aperfeiçoar os mecanismos de vigilância sanitária em relação ao cumprimento de orientações técnicas e boas práticas para as atividades de imunização e vacinação humana.

**Conteúdo programático:**

- Orientações sobre Licenciamento Sanitário.
- Medidas de proteção à Segurança e à Saúde do Trabalhador.

- Normas sanitárias e boas práticas em serviços de saúde, com abordagem sobre estrutura física, equipamentos, insumos, processamento de artigos e superfícies e Biossegurança.
- Gerenciamento de resíduos em vacinação.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 197, de 26 de dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Previdência. Norma Regulamentadora – NR 32. Dispõe sobre Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. Brasília, DF: MTP, 2005.

### **Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.32 Orientações Técnicas em Serviços de Ambulância e Eventos**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Empresários, gestores e profissionais de nível técnico e superior que atuam na atividade de serviços de ambulância.

**Número de vagas:** 30 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadora:** Marcia Melo Ramos – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0480574507793595>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

- Conhecer sobre os requisitos de funcionamento para os Serviços de remoção de pacientes em ambulância.

- Conhecer as normas sanitárias relacionadas aos Eventos.
- Conhecer sobre as Boas Práticas em Serviços de Saúde (Postos de atendimento médico).

### **Resultados esperados:**

Participantes aptos a aperfeiçoar mecanismos de vigilância sanitária em relação ao cumprimento de orientações técnicas e boas práticas para os serviços de ambulância.

### **Conteúdo programático:**

- Orientações sobre Licenciamento Sanitário e Legislações específicas e aplicadas ao serviço de ambulâncias e eventos.
- Medidas de proteção à Segurança e à Saúde do Trabalhador.
- Normas sanitárias e boas práticas em serviços de ambulância e eventos, com abordagem sobre estrutura física dos postos médicos, equipamentos, insumos, processamento de artigos e superfícies e biossegurança.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Assistência e Promoção à Saúde. Processamento de Artigos e Superfícies em Estabelecimentos de Saúde. 2ª ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1994.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 15, de 15 de março de 2012.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Defesa Civil. Resolução SEDEC nº 83, de 05 de janeiro de 2016.

### **Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.33 Orientações Técnicas em Serviços de Estética**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Empresários, gestores e profissionais de nível superior (não médicos) das atividades de Estética.

**Número de vagas:** 30 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadores:** Marcia Melo Ramos – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0480574507793595>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Conhecer as normas de Biossegurança para procedimentos de Estética.
- Conhecer as normas sanitárias relacionadas às atividades de Estética.
- Conhecer sobre as Boas Práticas em Serviços de Saúde e de Interesse à Saúde.

**Resultados esperados:**

Aperfeiçoamento dos mecanismos de vigilância sanitária em relação ao cumprimento de orientações técnicas e boas práticas para as atividades de estética.

**Conteúdo programático:**

- Orientações sobre Licenciamento Sanitário.
- Medidas de proteção à Segurança e à Saúde de Trabalhador.
- Normas sanitárias e boas práticas em serviços de Saúde, com abordagem sobre estrutura física, equipamentos, insumos, processamento de artigos e superfícies e Biossegurança.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Assistência e Promoção à Saúde. Processamento de Artigos e Superfícies em Estabelecimentos de Saúde. 2ª ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1994.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 15, de 15 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Previdência. Norma Regulamentadora – NR 32. Dispõe sobre Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.

**Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## ■ 2.1.34 Orientações Técnicas em Serviços de Tatuagem e Piercing

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Empresários, gestores e profissionais das atividades de Tatuagem/Piercing.

**Número de vagas:** 30 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadores:** Marcia Melo Ramos – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0480574507793595>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

- Conhecer as normas de Biossegurança para atividades de Tatuagem e Piercing.
- Conhecer as normas sanitárias relacionadas às atividades de Tatuagem e Piercing.
- Conhecer sobre as Boas Práticas em Serviços de Saúde e de Interesse à Saúde.

### **Resultados esperados:**

Participantes aptos a aperfeiçoar os mecanismos de vigilância sanitária em relação ao cumprimento de orientações técnicas e boas práticas para as atividades de Tatuagem e Piercing.

### **Conteúdo programático:**

- Orientações sobre Licenciamento Sanitário.
- Medidas de proteção à Segurança e à Saúde do Trabalhador.
- Normas sanitárias e boas práticas em serviços de Saúde, com abordagem sobre estrutura física, equipamentos, insumos, processamento de artigos e superfícies e Biossegurança.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Assistência e Promoção à Saúde. Processamento de Artigos e Superfícies em Estabelecimentos de Saúde. 2ª ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1994.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 15, de 15 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Previdência. Norma Regulamentadora – NR 32. Dispõe sobre Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.



**Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.35 Processo de Trabalho dos Nutricionistas do NASF do Município do Rio de Janeiro**

**Modalidade:** Presencial

**Público-alvo:** Nutricionistas atuantes na rede municipal de saúde de atenção primária e secundária.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 5 horas.

**Facilitadores:** Aline de Souza Ribeiro – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4824587254314058>.

**Organização:** Coordenadoria Técnica de Avaliação de Tecnologia em Saúde e Insumos Estratégicos – CTATS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projeto, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Ampliar o desenvolvimento das ações básicas de saúde.
- Identificar desafios e oportunidades no processo de trabalho dos nutricionistas do NASF.
- Apresentar o fluxo de atendimento da rede de saúde primária e secundária.

**Resultados esperados:**

Participantes qualificados para ampliar o desenvolvimento das ações básicas de saúde.

**Conteúdo programático:**

- Processo de trabalho dos nutricionistas do NASF do Município do RJ.
- Alinhamento da rede de apoio do Rio de Janeiro.
- Como está a rede de Nutrição.
- Fluxos no NASF.
- Estruturação da Rede do Cuidado Nutricional com a Atenção Secundária.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição – 1. ed., 1. reimpr. Brasília, DF : Ministério da Saúde, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Matriz para Organização dos Cuidados em Alimentação e Nutrição na Atenção Primária à Saúde. Brasília, DF : Ministério da Saúde, 2022.

### **Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.36 Proteção Radiológica nos Serviços Veterinários**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Público em geral e profissionais dos serviços de imagem.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadores:** Leonardo Curvello de Castro – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7965233644474761>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Interesse à Saúde – CVS, Coordenação de Vigilância de Zoonoses – CVZ, Coordenadoria Geral Executiva – CGEX e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

- Apresentar definições e conceitos da Proteção Radiológica.
- Tornar evidentes os indicadores que definem a qualidade da Proteção Radiológica nos Serviços Veterinários.
- Dar acesso à informação sobre as necessidades da adoção de um protocolo radiológico, próprio e adequado ao Serviço Veterinário.
- Promover a capacitação, as ações seguras para redução de dose nas exposições médicas e ocupacionais e o gerenciamento necessário para manter a boa qualidade do Serviço Veterinário.

### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos a reconhecer as principais noções de boas práticas e qualidade nos serviços de radiologia veterinária.

### **Conteúdo programático:**

- Origens e definições sobre a radiação ionizante.
- Aplicações da radiação ionizante nos Serviços Veterinários.
- Banalização, descuido, inadequações e consequências.
- Acidentes radiológicos em serviços veterinários.
- Normas, Resoluções e Legislações da Proteção Radiológica.
- Grandezas da Proteção Radiológica e suas Unidades.
- Conceitos e ações de Proteção Radiológica.
- Proteção radiológica nos Serviços Veterinários.

### **Bibliografia de apoio:**

ATTIX, F. H. Introduction to Radiological Physics and Radiation Dosimetry. Alemanha: Wiley-VCH, 1986.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Comissão Nacional de Energia Nuclear. Norma CNEN-NN-3.01. Resolução 164/14.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 611, de 9 de março de 2022.

OKUNO E.; YOSHIMURA, E. M. Física das radiações. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

PINTO, A. C. B. C. F. et al. Análise preliminar das doses para avaliação da qualidade da imagem em exames radiográficos na Radiologia Veterinária. [S.L.]: Revista Brasileira de Física Médica, 2010.

TAUHATA, L. et al. Radioproteção e Dosimetria: Fundamentos. 9ª revisão. Rio de Janeiro: IRD/CNEN, 2013.

### **Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## ■ 2.1.37 Proteção Radiológica para Pacientes – Módulo I

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Público em geral e profissionais da área de saúde.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitador:** Leonardo Curvello de Castro – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7965233644474761>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Interesse à Saúde – CVS, Coordenadoria Geral Executiva – CGEX e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

- Compreender a evolução tecnológica que levou à descoberta dos Raios X, assim como, a descoberta da emissão radioativa dos elementos químicos instáveis.
- Apresentar a informação sobre a natureza da radiação ionizante diferenciando-a da radiação não ionizante.
- Compreender o risco físico e o descuido com a segurança do paciente e suas possíveis consequências.
- Conhecer os conceitos e as ações de proteção radiológica com ênfase na segurança do paciente.
- Conhecer as principais legislações relativas à proteção radiológica.
- Cor as ações seguras para redução de dose nas exposições médicas e ocupacionais mantendo a boa qualidade do serviço de imagem.

### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos a reconhecer as principais noções de boas práticas e qualidade nos serviços de radiologia.

### **Conteúdo programático:**

- Contextualização sobre o uso das radiações ionizantes e a importância da radioproteção.
- Evolução tecnológica e os estudos iniciais das radiações ionizantes.
- A descoberta dos Raios X.
- Emissão radioativa dos elementos químicos (a radioatividade).
- As primeiras aplicações médicas e os primeiros acidentes com as radiações ionizantes.
- A banalização e o descuido com o risco físico e suas consequências.

### **Bibliografia de apoio:**

ATTIX, F. H. Introduction to Radiological Physics and Radiation Dosimetry. Alemanha: Wiley-VCH, 1986.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Comissão Nacional de Energia Nuclear. Norma CNEN-NN-3.01. Resolução 164/14.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 611, de 9 de março de 2022.

ICRP; KHONG, P-L et al. Radiological protection in pediatric diagnostic and interventional radiology. Ann. International Commission on Radiological Protection. USA: Publication 121, 2013.

OKUNO E.; YOSHIMURA, E. M. Física das radiações. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

TAUHATA, L. et al. Radioproteção e Dosimetria: Fundamentos. 9ª revisão. Rio de Janeiro: IRD/CNEN, 2013.

VAÑÓ, E. et al. Diagnostic reference levels in medical imaging. Ann. International Commission on Radiological Protection. USA: Publication 135, 1996.

### **Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.38 Proteção Radiológica para Pacientes – Módulo II**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Público em geral e profissionais dos serviços de imagem.

**Pré-requisito:** Participantes que realizaram sua inscrição e que participaram do curso Proteção radiológica para pacientes – Módulo I.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadores:** Leonardo Curvello de Castro – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7965233644474761>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Interesse à Saúde – CVS, Coordenadoria Geral Executiva – CGEX e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Apresentar indicadores que definem a qualidade do serviço radiológico, assim como, os conceitos e atitudes de Proteção Radiológica dando ênfase à Segurança dos Pacientes.
- Dar acesso à informação sobre as necessidades da adoção de um protocolo radiológico próprio adequado ao paciente.
- Promover a capacitação e adoção das ações seguras para redução de dose nas exposições médicas e ocupacionais mantendo a boa qualidade do Serviço de Imagem.

**Resultados esperados:**

Profissionais aptos a reconhecer as principais noções de boas práticas e qualidade nos serviços de radiologia.

**Conteúdo programático:**

- A banalização e o descuido com o risco físico e suas consequências.
- Normas, Resoluções e Legislações da Proteção Radiológica.
- Grandezas da Proteção Radiológica e suas Unidades.
- Conceitos e ações de Proteção Radiológica.
- Aplicações médicas da radiação ionizante.
- Composição dos EAS que empregam radiação ionizante.
- Acidentes radiológicos em serviços de Imagem.
- Proteção radiológica com ênfase na Segurança do Paciente.

**Bibliografia de apoio:**

ATTIX, F. H. Introduction to Radiological Physics and Radiation Dosimetry. Alemanha: Wiley-VCH, 1986.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Comissão Nacional de Energia Nuclear. Norma CNEN-NN-3.01. Resolução 164/14.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 611, de 9 de março de 2022.

ICRP; KHONG, P-L; RINGERTZ, H.; DONOGHUE, V.; FRUSH, D.; REHANI, M.; APPELGATE, K.; SANCHEZ, R. Radiological protection in pediatric diagnostic and interventional radiology. Ann. International Commission on Radiological Protection. USA: Publication 121, 2013.

OKUNO E.; YOSHIMURA, E. M. Física das radiações. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

TAUHATA, L.; SALATI, I.; DI PRINZIO, R.; DI PRINZIO, A. R. Radioproteção e Dosimetria: Fundamentos. 9ª revisão. Rio de Janeiro: IRD/CNEN, 2013.

VAÑÓ, E.; MILLER, D. L.; MARTIN, C. J.; REHANI, M. M.; KANG, K.; ROSENSTEIN, M.; ORTIZ-LÓPEZ, P.; MATTSSON, S.; PADOVANI, R.; ROGERS, A.; Authors on behalf of ICRP. Diagnostic reference levels in medical imaging. Ann. International Commission on Radiological Protection. USA: Publication 135, 1996.

**Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

**2.1.39 Riscos Sanitários em Serviços de Imagem – Módulo I**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Gerentes administrativos e profissionais dos serviços de Imagem.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadores:** Leonardo Curvello de Castro – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7965233644474761>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Interesse à Saúde – CVS, Coordenadoria Geral Executiva – CGEX e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Conceituar e identificar os riscos sanitários nos Serviços de Imagem.
- Difundir conceitos de riscos em Serviços de Imagem agregado aos potenciais de danos à saúde do trabalhador e do paciente, assim como aos potenciais danos à integridade da imagem dos profissionais e/ou da instituição.
- Dar acesso à informação sobre as necessidades da adoção do processo de gestão de risco nos serviços de imagem na forma sistêmica, contínua e adequada aos procedimentos de controle dos possíveis eventos adversos.
- Apresentar as etapas de tratamento dos riscos nos serviços de imagem incluindo no processo de gestão de risco as contínuas necessidades de capacitação da equipe e realização das manutenções (preventivas e corretivas) dos equipamentos.

**Resultados esperados:**

Profissionais aptos a reconhecer as principais noções de boas práticas e qualidade nos serviços de radiologia.

**Conteúdo programático:**

- A composição dos serviços de imagem e vulnerabilidades.

- Conceitos sobre Riscos Sanitários nos serviços de imagem.
- Etapas do tratamento do Risco Sanitário:
  - Identificação dos Riscos;
  - Análise (Avaliação dos Riscos);
  - Mitigação dos Riscos;
  - Monitoração dos Riscos;
  - Comunicação dos Riscos; e
  - Registro em Sistemas de controle e acompanhamento.

### **Bibliografia de apoio:**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 31000, de 28 de março de 2018. Gestão de Riscos – Diretrizes. Rio de Janeiro: 2018.

\_\_\_\_\_. ABNT NBR ISO/IEC 31010, de 04 de abril de 2012. Gestão de riscos – Técnicas para o processo de avaliação de riscos. Rio de Janeiro: [s.n.], 2012.

BARBOSA, P. F. T. et al. Unidade 03 – Risco Sanitário: Percepção, Avaliação, Gerenciamento e Comunicação. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2015.

MARINHOS, A. M. C. P. et al. Módulo 3 – Risco sanitário, controle e monitoramento em vigilância sanitária. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública, 2017.

NAVARRO, M. V. T. Risco, radiodiagnóstico e vigilância sanitária. Salvador: EDUFBA, 2009.

### **Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.40 Riscos Sanitários em Serviços de Imagem – Módulo II**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Gerentes administrativos e profissionais dos serviços de imagem.

**Pré-requisito:** Participantes que realizaram sua inscrição e que participaram do curso Riscos Sanitários em Serviços de Imagem – Módulo I.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.



**Facilitadores:** Leonardo Curvello de Castro – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7965233644474761>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Interesse à Saúde – CVS, Coordenadoria Geral Executiva – CGEX e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

- Conceituar e identificar os riscos devido aos agentes físicos presentes nos Serviços de Imagem.
- Difundir conceitos de riscos em Serviços de Imagem dando ênfase aos riscos físicos agregados aos potenciais danos à saúde do trabalhador e do paciente, assim como aos potenciais danos à integridade da imagem dos profissionais e/ou da instituição.
- Dar acesso à informação sobre as necessidades da adoção do processo de gestão dos riscos físicos nos serviços de imagem na forma sistêmica, contínua e adequada aos procedimentos de controle dos possíveis eventos adversos.
- Apresentar as etapas de tratamento dos riscos devido aos agentes físicos nos serviços de imagem incluindo no processo de gestão de risco as contínuas necessidades de capacitação da equipe e realização das manutenções (preventivas e corretivas) dos equipamentos.

### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos a reconhecer as principais noções de boas práticas e qualidade nos serviços de radiologia.

### **Conteúdo programático:**

- A composição dos serviços de imagem e as vulnerabilidades devido aos riscos associados aos agentes físicos.
- Conceitos sobre Riscos Sanitários nos serviços de imagem.
- Etapas do tratamento do Risco Sanitário:
  - Identificação dos Riscos;
  - Análise (Avaliação dos Riscos);
  - Mitigação dos Riscos;
  - Monitoração dos Riscos;
  - Comunicação dos Riscos; e
  - Registro em Sistemas de controle e acompanhamento.

### **Bibliografia de apoio:**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 31000, de 28 de março de 2018. Gestão de Riscos – Diretrizes. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

\_\_\_\_\_. ABNT NBR ISO/IEC 31010, de 04 de abril de 2012. Gestão de riscos – Técnicas para o processo de avaliação de riscos. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

BARBOSA, P. F. T. et al. Unidade 03 – Risco Sanitário: Percepção, Avaliação, Gerenciamento e Comunicação. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2015.

MARINHOS, A. M. C. P. et al. Módulo 3 – Risco sanitário, controle e monitoramento em vigilância sanitária. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública, 2017.

NAVARRO, M. V. T. Risco, radiodiagnóstico e vigilância sanitária. Salvador: EDUFBA, 2009.

#### **Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

#### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.41 Riscos Sanitários em Serviços de Odontologia**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Cirurgiões Dentistas, acadêmicos em Odontologia, Auxiliares em Saúde Bucal (ASB) e Técnicos em Saúde Bucal (TSB).

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadores:** Cláudia Beatriz Freitas de Mattos Serodio – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7188507985047274>.

**Organização:** Coordenadoria Geral Executiva – CGEX e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

#### **Objetivos:**

- Sensibilizar os profissionais quanto à relevância da adoção de medidas de controle e prevenção de riscos em odontologia.
- Propor uma revisão de práticas profissionais, disponibilizando conhecimentos acerca da legislação vigente.

#### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos a reconhecer como valor intrínseco as ações de controle e prevenção de riscos, promovendo a revisão de práticas profissionais relacionadas principalmente à biossegurança, de acordo com a legislação vigente.

**Conteúdo programático:**

- Evolução da Vigilância Sanitária no Brasil.
- Licenciamento Sanitário.
- Inspeção Sanitária.
- Classificação dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde Odontológicos.
- Requisitos Arquitetônicos de Conforto e Segurança.
- Prevenção da transmissão de infecções em Odontologia.
- Gerenciamento de Resíduos.
- Proteção Radiológica.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 63 de 25 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 36, de 25 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária.. Resolução RDC nº 611 de 09 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária.. Resolução RDC nº 222 de 28 de março de 2018.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 45.585 de 27 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. Resolução SES nº 1219 de 31 de julho de 2015.

**Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

**■ 2.1.42 Riscos Sanitários em Serviços de Imagens Veterinários**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Gerentes administrativos e profissionais dos serviços de imagem.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadores:** Leonardo Curvello de Castro – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7965233644474761>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Interesse à Saúde – CVS, Coordenação de Vigilância de Zoonoses – CVZ, Coordenadoria Geral Executiva – CGEX e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

- Conceituar e identificar os riscos sanitários nos Serviços Veterinários.
- Difundir conceitos de riscos em Serviços Veterinários agregado aos potenciais de danos à saúde do trabalhador e do paciente, assim como aos potenciais danos à integridade da imagem dos profissionais e/ou da instituição.
- Dar acesso à informação sobre as necessidades da adoção do processo de gestão de risco nos Serviços Veterinários na forma sistêmica, contínua e adequada aos procedimentos de controle dos possíveis eventos adversos.
- Apresentar as etapas de tratamento dos riscos nos Serviços Veterinários incluindo no processo de gestão de risco as contínuas necessidades de capacitação da equipe e realização das manutenções (preventivas e corretivas) dos equipamentos.

### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos a reconhecer as principais noções de boas práticas e qualidade nos serviços de radiologia veterinária.

### **Conteúdo programático:**

- A composição dos serviços de imagem e vulnerabilidades.
- Conceitos sobre Riscos Sanitários em Serviços Veterinários.
- Etapas do tratamento do Risco Sanitário:
  - Identificação dos Riscos;
  - Análise (Avaliação dos Riscos);
  - Mitigação dos Riscos;
  - Monitoração dos Riscos;
  - Comunicação dos Riscos; e
  - Registro em Sistemas de controle e acompanhamento.

### **Bibliografia de apoio:**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 31000, de 28 de março de 2018. Gestão de Riscos – Diretrizes. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

\_\_\_\_\_. ABNT NBR ISO/IEC 31010, de 04 de abril de 2012. Gestão de riscos – Técnicas para o processo de avaliação de riscos. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

BARBOSA, P. F. T. et al. Unidade 03 – Risco Sanitário: Percepção, Avaliação, Gerenciamento e Comunicação. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2015.

MARINHOS, A. M. C. P.; COVEN, E. M.; GONDIM, G. M. M.; MARTINS, L. C. R.; BARBOSA, P. F. T. Módulo 3 – Risco sanitário, controle e monitoramento em vigilância sanitária. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública, 2017.

NAVARRO, M. V. T. Risco, radiodiagnóstico e vigilância sanitária. Salvador: EDUFBA, 2009.

### **Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.43 Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Profissionais de saúde da Secretaria Municipal de Saúde – SMS e do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS.

**Número de vagas:** 30 vagas.

**Carga horária:** 6 horas.

**Facilitadora:** Kátia Dantas Figueiredo Mendes- Nutricionista – Gerente NAP. Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2340221123556871>.

**Organização:** Coordenação de Fiscalização em Vigilância Sanitária, Laboratório de Saúde Pública – LASP e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

- Compreender as informações nutricionais presentes nos rótulos dos alimentos.
- Conhecer a nova rotulagem nutricional para os alimentos embalados.

### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos a aplicar conhecimentos da área de rotulagem nutricional de alimentos embalados, de acordo com as legislações brasileiras e realizar escolhas alimentares mais conscientes.

### **Conteúdo programático:**

- Rotulagem nutricional dos alimentos embalados.
- Tabela de informação nutricional.
- Rotulagem nutricional frontal.
- Alegações nutricionais.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 727, de 1º de julho de 2002.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 429, de 08 de outubro de 2020.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa nº 75, de 08 de outubro de 2020.

**Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

**2.1.44 Segurança do Paciente na Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN)**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Profissionais de saúde de hospitais e clínicas com internações públicas e privadas; nutricionistas e acadêmicos de Nutrição.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadora:** Priscila Rodrigues de Jesus – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4505370791763209>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Conhecer a legislação vigente que regula a segurança do paciente na UAN de hospitais e clínicas com internações públicas e privadas.
- Subsidiar a implementação de normas e rotinas de segurança do paciente na UAN.
- Colaborar para a elaboração de estratégias de avaliação e controle sistemático da segurança do paciente na UAN.
- Contribuir para a definição de atribuições da equipe envolvida no processo da segurança do paciente.

## **Resultados esperados:**

Profissionais aptos a promover a melhoria das ações de segurança do paciente na UAN, em prol da qualidade e segurança da assistência à saúde.

## **Conteúdo programático:**

- Legislação sanitária.
- Definição de segurança do paciente.
- Comissão de segurança do paciente.
- Atividades internas para a promoção da segurança do paciente.
- Mecanismos de identificação do paciente e das dietas hospitalares.
- Normas, procedimentos e rotinas técnicas escritas e atualizadas de todos os processos de trabalho.
- Qualidade Nutricional e Segurança dos alimentos.
- Ambiente e Avaliação da Segurança do paciente em casos extremos.
- Recursos humanos e suas atribuições.

## **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 216 de 15 de Setembro de 2004.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 171, de 4 de setembro de 2006.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.377, de 9 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 36, de 25 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.095, de 24 de setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 503, de 27 de maio de 2021.

RIO DE JANEIRO. Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. Decreto Rio nº 45.585, de 27 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária, IVISA-Rio. Portaria "N" S/IVISA-Rio nº 002, de 11 de novembro de 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária, IVISA-Rio. Portaria "N" S/IVISA-Rio nº 86, de 25 de maio de 2021.

#### **Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

#### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### **2.1.45 Serviços de Alimentação em Creches e Escolas: O Que o Gestor Escolar Precisa Saber**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Gestores (proprietários, diretores, administradores) de creches e escolas privadas.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadores:** Monica Teixeira Ferreira – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9241053563141664>; Patrícia Afonso Maia – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0505768119264958>; Cristiane Jordão de Santana Mota – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2959632418455496>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Alimentos – CVA e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

#### **Objetivos:**

- Capacitar o público alvo quanto aos aspectos sanitários legais para o funcionamento regular do estabelecimento.
- Informar sobre a importância das boas práticas de manipulação para prevenir, eliminar e/ou mitigar riscos sanitários advindos da produção e fornecimento de alimentos/refeições.
- Orientar os gestores escolares do seu papel frente aos serviços de alimentação a fim de garantir a produção e fornecimento de alimentos seguros.

#### **Resultados esperados:**

Participantes aptos a garantir o atendimento das normas sanitárias, bem como na execução dos procedimentos operacionais, de modo a preservar a segurança dos alimentos e a saúde dos alunos e funcionários.



### **Conteúdo programático:**

- Habilidade de Gestão: apresentação do curso, legislação sanitária, documentação obrigatória para funcionamento exigida pela vigilância sanitária.
- Responsabilidade da gestão no planejamento e organização do trabalho no Serviço de Alimentação e Lactário em Creches e Escolas:
  - Edificação, instalações, equipamentos, móveis e utensílios;
  - Higienização de instalações, equipamentos, móveis e utensílios;
  - Controle integrado de pragas e vetores;
  - Abastecimento de água;
  - Manejo de resíduos; e
  - Higiene e saúde dos manipuladores.
- Alimentos: da aquisição à distribuição:
  - Fornecedores;
  - Qualidade dos alimentos (propriedades sensoriais, sanitárias e nutricionais);
  - Armazenamento de alimentos;
  - Pré preparo e preparo (sanitização de frutas e hortaliças, contaminação cruzada, entre outros); e
  - Distribuição (tempo X temperatura).

### **Bibliografia de apoio:**

RIO DE JANEIRO. Decreto-Rio nº 45.585, de 27 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 197, de 27 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Portaria "N" S/IVISA-Rio Nº 002 de 11 de novembro de 2020.

\_\_\_\_\_. Resolução CONJUNTA SME/SMS Nº 02, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021.

\_\_\_\_\_. DECRETO RIO Nº 49766 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos. Brasília : Ministério da Saúde, 2019.

### **Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.1.46 Supervisão de Manipulação de Alimentos em Serviços de Alimentação**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Responsáveis pelas atividades de manipulação – proprietários ou funcionários designados e devidamente habilitados\* – em estabelecimentos como bares, restaurantes, lanchonetes, casas de chá, sucos ou similares.

\*Entende-se como funcionários devidamente habilitados aqueles que já participaram do Curso de Noções Básicas de Higiene e Boas Práticas de Manipulação de Alimentos do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadora:** Elisabete Rocha de Melo – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0779669421859159>.

**Organização:** Coordenação de Fiscalização em Vigilância Sanitária – CFS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Conhecer as principais legislações que regem a produção de alimentos seguros e a sua aplicação.
- Compreender os principais conceitos relacionados às condições higiênico-sanitárias e de boas práticas em alimentos.
- Identificar os principais parâmetros avaliados durante inspeção higiênico-sanitária.

**Resultados esperados:**

Profissionais aptos a supervisionar a atividade de manipulação de alimentos de forma adequada para que produtos e serviços ofertados à população atendam aos requisitos de qualidade e segurança.

**Conteúdo programático:**

- Higiene de alimentos: principais conceitos e sua importância para a saúde.
- Causas de contaminação dos alimentos: fatores intrínsecos e extrínsecos, risco físico, químico e biológico.
- Doenças transmitidas por alimentos: principais microrganismos envolvidos.

- Conjunto de ações que visam à garantia de alimentos seguros: cuidados com o ambiente, matéria-prima, manipulação, armazenamento e transporte.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 216, de 15 de setembro de 2004.

ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. Curso Técnico em Agroindústria. Higiene e Legislação dos Alimentos.

FORSYTHE, S. J. Microbiologia da segurança dos alimentos. Porto Alegre: Editora Artmed, 2013. 607 p.

FRANCO, B.D.G.M., LANDGRAF, M. Microbiologia de alimentos. São Paulo: Editora Atheneu, 2008. 182 p.

MELO, E.S. et al. Doenças transmitidas por alimentos e principais agentes bacterianos envolvidos em surtos no Brasil: revisão. Paraná: Pubvet, 2018.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Decreto-Rio nº 45.585, de 27 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Portaria IVISA-Rio Nº 2-N, de 11 de novembro de 2020.

TANCREDI, Rinaldini C. P.; MARINS, Bianca Ramos. Evolução da higiene e do controle de alimentos no contexto da saúde pública. Rio de Janeiro: EPSJV, 2014.

### **Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final do curso.

## **2.1.47 Termo de Referência – Noções Elementares para Área da Saúde**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Gestores, servidores e colaboradores vinculados a procedimentos licitatórios, fiscalização de contratos administrativos na área da saúde da administração pública municipal.

**Número de vagas:** 30 vagas.

**Carga horária:** 8 horas.

**Facilitadores:** Ana Paula Monteiro Baptista de Andrade Araújo – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8872725629768470>.

**Organização:** Coordenadoria Técnica de Avaliação de Tecnologia em Saúde e Insumos Estratégicos – CTATS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Qualificar servidores públicos e colaboradores no conhecimento de técnicas, normas e boas práticas sobre a elaboração de termo de referência.
- Possibilitar reflexões sobre a gestão no processo de aquisição de bens e contratação de serviços para Administração Pública e suas relações com macro funções da organização, em especial planejamento e suprimento.
- Identificar os elementos necessários para a caracterização da demanda atendendo as especificações técnicas adequadas às normas técnicas e em conformidade com a legislação vigente.

**Resultados esperados:**

Profissionais aptos a compreender os princípios e diretrizes das normas de licitação à luz da Lei 14.133/2021 e decretos relacionados ao tema aplicando na elaboração do termo de referência para contratação pública na área de saúde.

**Conteúdo programático:**

- Compras públicas: aquisição e contratação.
- Licitação e suas modalidades.
- Etapas do processo licitatório.
- Termo de Referência ou Projeto Básico: conceitos, diferenças e legislação aplicável.
- Elaboração de Termo de Referência: aspectos fundamentais e acessórios.
- Definição de objeto.
- Abrangência da justificativa.
- Qualificação da aquisição e contratação.
- Princípios da padronização.
- Possibilidade de indicação de marca.
- Pré- qualificação.
- Descritivo e definições para bens e serviços.
- Métodos e estratégias de quantificação da demanda.
- DFD e interface com Termo de Referência.
- Especificação e as vivências da área:
  - Produtos para saúde;

- Medicamentos e saneantes;
- Terapêutico – Assistencial;
- Laboratório;
- Alimentação e nutrição; e
- Equipamentos.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 185 de 22 de outubro de 2001.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU. 4. ed. rev., atual. e ampl.

\_\_\_\_\_. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Oliveira, Rafael Carvalho Rezende, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos comparada e comentada. Rio de Janeiro: Forense, 3ª ed. 2022.

### **Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## ■ 2.2 CURSOS INTERNOS

Os cursos internos são uma estratégia de formação em serviço para os profissionais do IVISA-Rio, com o objetivo de atualizar e aprofundar conhecimentos e compartilhar experiências profissionais.

Assim, em 2023/2024, serão oferecidos um total de 24 cursos internos, sendo 4 na modalidade on-line, 1 na modalidade híbrida (on-line e presencial) e 19 presenciais. Os cursos terão duração de mínima de 4 horas e serão facilitados por técnicos do próprio IVISA-Rio e por convidados com comprovada experiência no setor, com a seguinte programação:

### ■ 2.2.1 A Arte de se Comunicar Bem – Dicas Poderosas

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Auditores Fiscais Sanitários do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 40 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadora:** Micheli da Silva Ferreira – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0967385465385579>.

**Organização:** Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

#### **Objetivos:**

Fornecer técnicas práticas para aprimorar a comunicação e as apresentações em público, com assertividade e segurança.

#### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos em técnicas básicas para melhoria da comunicação no cotidiano no âmbito pessoal e profissional.

#### **Conteúdo programático:**

- Introdução ao tema: comunicação x oratória.
- Técnicas básicas de comunicação: consciência, objetivo, postura, respiração, impostação da voz, ritmo e dicção.
- Técnicas complementares para apresentação: apresentação pessoal, apresentação do tema, tópicos, organização, entusiasmo, conexão, efeitos visuais, demonstração, treino, encerramento.

## **Bibliografia de apoio:**

FILHO, Clóvis de Barros; MEUCCI, Arthur. A vida que vale a pena ser vivida. 12. ed. Petrópolis: Vozes Nobilis, 2009.

PEASE, Allan; PEASE, Barbara. Desvendando os segredos da linguagem corporal. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

SHINYASHIKI, Roberto. Os segredos das apresentações poderosas: pessoas de sucesso sabem vender ideias, projetos e produtos para qualquer plateia. 13. ed. São Paulo: Gente, 2012.

WEIL, Pierre; TOMPAKOW, Roland. O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal. 74. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

A Janela de Johari em 2 Minutos. Publicado pelo canal Volney Faustini, 2018. 1 vídeo (3 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AHAOQ2nTuQU>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Análise não verbal. Declaração de Neymar Jr. Publicado pelo canal Não minta para mim, 2019. 1 vídeo (18 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y51GrILH2TA>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Análise não verbal. Suzane von Richthofen. Publicado pelo canal Não minta para mim, 2016. 1 vídeo (22 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=232QzIH00DA>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Análise não verbal. Camila Pitanga fala sobre morte de Domingos. Publicado pelo canal Não minta para mim, 2016. 1 vídeo (38 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pbcb6QGycCXc>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Filtro Solar Sunscreen Legendado. Publicado pelo canal Rodrigo Ledo, 2011. 1 vídeo (5 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yBkphgaZmoU>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Mario Sergio Cortella – Como Aprendi a Falar Bem Em Público. Publicado pelo canal do Cortella, 2018. 1 vídeo (3 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZnO-37EyF6yg>. Acesso em: 13 nov. 2022.

Meditações com Tadashi Kadomoto. Canal Tadashi Kadomoto. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/TadashiKadomotooficial>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Metas SMART: O que é, como definir metas inteligentes. Publicado pelo canal Desenvolvimento Pessoal e Profissional José Passos, 2019. 1 vídeo (3 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KunLGvobZws>. Acesso em: 15 nov. 2022.

O menestrel. Publicado pelo canal Jemerson Silva, 2012. 1 vídeo (6 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s82tY7axleY>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Olhar empresarial. Publicado pelo canal João Francisco, 2016. 1 vídeo (1 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mdo0b8Jglpg>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Os Segredos de Tony Robbins Para Traçar e Atingir Metas e Objetivos de Forma Eficiente. Publicado pelo canal Zona de Progresso, 2019. 1 vídeo (7 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ulAkQK59RXM>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Palestra TED. Como falar de um jeito que as pessoas queiram ouvir. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D236cCikGmA>. Acesso em: 15 nov. 2022.

People are awesome 2015. Publicado pelo canal People are awesome, 2015. 1 vídeo (1 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vLT3A0a3hoQ>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Poetoterapia por Lázaro Ramon. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCYBQTi2KSI8nOaxlkpSSWQA>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Respiração das narinas alternadas. Publicado pelo canal Arte de viver, 2013. 1 vídeo (2 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1mYwMyoh9sl>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Timidez – Olga Tessari. Publicado pelo canal Olga Tessari, 2016. 1 vídeo (10 m). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EdMCS5i2Myg>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Yoga com Leandro Castello Branco. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCqws2Yhyl9F1MoPuNPKS8Cg>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Yoga Mudra Raissa Zoccal. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCTqp-r2W0r2cC3wefoUrxftQ>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Yoga para Você. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCm3vAALOavIH-DxbMb9rG-Pw>. Acesso em: 15 nov. 2022.

## **MATERIAIS DE APOIO:**

### **• FILMES E SÉRIES**

Lie to Me. Produção de Brian Grazer, David Nevins e Samuel Baum. Estados Unidos, 2009. Série (3 temporadas, 48 episódios).

Mãos Talentosas– A História de Ben Carson. Produção de Thomas Carter, David A. Rosemont, Dan Angel. Estados Unidos, 2009. Filme (86 min).

O Discurso do Rei. Produção de Iain Canning, Emile Sherman e Gareth Unwin. Reino Unido, 2010. Filme (118 min).

A Teoria de Tudo. Produção de Tim Bevan, Lisa Chasin, Eric Fellner e Anthony McCarten. Reino Unido, 2014. Filme (123 min).

100 Metros. Produção de MGN Filmes; Castela Pictures; AIE. Espanha, 2016. Filme (108 min).

### **• WEBSITES**

Revista Exame.com. 12 erros que matam qualquer apresentação. São Paulo: Abril, 2013 Disponível em: <https://exame.abril.com.br/carreira/12-erros-que-matam-qualquer-apresentacao>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Arte de viver. Disponível em: <http://www.artofliving.org/br-pt>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Associação Viva e Deixe Viver. Curso de contação de histórias. Viva por dentro – Seja um voluntário Viva. Disponível em: <http://www.vivaedeixeviver.org.br/>. Acesso em: 15 nov. 2022.



Letras.mus.br. Verge (feat. Aloe Blacc). Letra da música do vídeo People are awesome (com tradução), 2015. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/owl-city/verge/traducao.html>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Oratória Rogéria Guida. Disponível em: <https://oratoriarogeriaguida.com.br/>. Acesso em: 13 nov. 2022.

Textos trava-língua. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/trava-linguas/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

### **Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.2.2 Atualização das Metodologias do Ensaio da Pesquisa de *Listeria monocytogenes***

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Funcionários do Laboratório Municipal de Saúde Pública do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 40 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadora:** Maria Carmela Kasnowski Holanda Duarte – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4784792242339859>.

**Organização:** Coordenação de Fiscalização em Vigilância Sanitária, Laboratório Municipal de Saúde Pública – LASP e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

- Compreender a importância da *Listeria monocytogenes* como microrganismo patogênico.
- Conhecer as etapas da análise conforme referências compendiais.
- Conhecer o perfil bioquímico da *Listeria monocytogenes*.

### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos na identificação das colônias bacterianas características nos meios seletivos e Identificar o comportamento bioquímico de colônias sugestivas de *Listeria monocytogenes*.

**Conteúdo programático:**

- Panorama e importância da *Listeria monocytogenes*.
- Classificação taxonômica.
- Epidemiologia.
- Metodologia.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC n.º 724, de 1º de julho de 2022.

\_\_\_\_\_. Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa – IN nº 161, de 1º de julho de 2022.

FORSYTHE, S. J. Microbiologia da segurança alimentar. Porto Alegre: Artmed, 2005.

FRANCO, B. D. G. M.; LANDGRAF, M. Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Atheneu, 2008.

FRANCO, R. M. Agentes etiológicos de doenças alimentares. Niterói: Editora da UFF, 2012.

JAY, J. M. Microbiologia de alimentos. Trad. Eduardo Cesar Tondo [et al.]. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SILVA, N. et al.. Manual de Métodos de Análise Microbiológica de Alimentos e Água. 5. ed. São Paulo: Blucher, 2017.

**Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.2.3 Atualização das Metodologias do Ensaio da Pesquisa de *Salmonella* spp**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Funcionários do Laboratório Municipal de Saúde Pública do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 40 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadora:** Karen Signori Pereira – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4822892758694707>.

**Organização:** Coordenação de Fiscalização em Vigilância Sanitária, Laboratório de Saúde Pública – LASP e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Compreender a importância da *Salmonella* spp. como microrganismo patogênico.
- Conhecer as etapas da análise conforme referências compendiais.
- Entender o perfil bioquímico da *Salmonella* spp.

**Resultados esperados:**

Profissionais aptos na identificação de colônias bacterianas características em cada tipo de meio seletivo e o comportamento de colônias sugestivas de *Salmonella* spp. nas etapas de triagem bioquímica e bioquímica seriada.

**Conteúdo programático:**

- Panorama e importância da *Salmonella* spp.
- Classificação taxonômica.
- Classificação sorológica.
- Epidemiologia.
- Metodologia.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC n° 724, de 1° de julho de 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa - IN n° 161, de 1° de julho de 2022.

FORSYTHE, S. J. Microbiologia da segurança alimentar. Porto Alegre: Artmed, 2005.

FRANCO, B. D. G. M.; LANDGRAF, M. Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Atheneu, 2008.

FRANCO, R. M. Agentes etiológicos de doenças alimentares. Niterói: Editora da UFF, 2012.

JAY, J. M. Microbiologia de alimentos. Trad. Eduardo Cesar Tondo [et al.]. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SILVA, N. et al.. Manual de Métodos de Análise Microbiológica de Alimentos e Água. 5. ed. São Paulo: Blucher, 2017.

**Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## 2.2.4 Campanha Antirrábica – Atualização para Coordenadores e Supervisores

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Coordenadores gerais e coordenadores locais que atuarão na campanha de vacinação antirrábica 2023/2024.

**Número de vagas:** 30 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitador:** Vagner de Araújo Monteiro – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0562538607406123>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância de Zoonoses – CVZ. e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### Objetivos:

Atualizar os conhecimentos acerca das boas práticas e processos de trabalho que fazem parte da campanha de vacinação antirrábica. Apresentar e discutir os protocolos e procedimentos padrão, bem como suas atualizações, com vistas a constante qualificação de todos os processos.

### Resultados esperados:

Profissionais aptos a coordenar e supervisionar as equipes de vacinadores na campanha de vacinação antirrábica, com a correta aplicação dos procedimentos padrão e das boas práticas em vacinação animal.

### Conteúdo programático:

- Introdução.
- Apresentação dos resultados da última campanha de vacinação.
- Potencialidades e fragilidades nos processos de trabalho.
- Apresentação de discussão dos Procedimentos Operacionais Padrão e suas atualizações.

### Bibliografia de apoio:

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 222, de 28 de março de 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de rede de frio do Programa Nacional de Imunizações. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

SÃO PAULO. Manual Técnico do Instituto Pasteur. Vacinação contra raiva de cães e gatos. São Paulo, SP: Instituto Pasteur, 1999.

#### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

#### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final do curso.

## **2.2.5 Como Verificar a Regularidade de Produtos Durante a Inspeção**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Auditores Fiscais Sanitários do IVISA-Rio,

**Número de vagas:** 100 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitador:** Wilenes Souza – Currículo Lattes disponível em <http://lattes.cnpq.br/9003902414272274>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Interesse à Saúde - CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

#### **Objetivos:**

- Compreender os requisitos de regularidade de produtos sujeitos a controle sanitário.
- Identificar produtos irregulares durante a inspeção.
- Compreender e adotar o fluxo de análise e de medidas administrativas no caso de produtos irregulares ou suspeitos.

#### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos em intervir de forma adequada durante as ações de inspeção sanitária, para a retirada de produtos irregulares do mercado, assim como para a adequação dos estabelecimentos que utilizam ou comercializam produtos sujeitos ao controle sanitário.

#### **Conteúdo programático:**

- Relação entre controle de riscos e a regularização dos produtos.
- Categorias de produtos sujeitos ao controle sanitário.
- Como identificar a regularidade dos produtos durante a inspeção.
- Autorização para uso de produtos importados.

- Restrição de uso e comércio.
- Exemplos de produtos verificados durante a inspeção em estabelecimentos de estética, de assistência à saúde, consultórios e comércio:
  - utilizados na prestação de serviços;
  - destinados ao comércio; e
  - de uso interno.
- Fluxo de análise e de medidas administrativas no caso de produtos irregulares ou suspeitos.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Conceitos e Definições. Disponível em: <http://antigo.anvisa.gov.br/produtos/conceitos-e-definicoes>. Acesso em: 18 de janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Consultas. Disponível em: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Importação de produtos. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/importacao/importacao-de-produtos>. Acesso em: 18 de janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Regularização de produtos e serviços. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao>. Acesso em: 18 de janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Uso e Reprocessamento de Produtos em Serviços de Estética. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dbJkigu0Pig>. Acesso em: 18 de janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Decreto Nº 8.077, de 14 de agosto de 2013.

### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.2.6 Curso Introdutório de Investigação de Surtos nas Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA)**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Auditores Fiscais Sanitários do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadora:** Carla Côrte Real – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3400982911518713>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Alimentos – CVA e da Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária CGIPE.

**Objetivos:**

Executar a investigação de surtos de doenças transmitidas por alimentos (DTA) oportunamente e de forma coordenada.

**Resultados esperados:**

Participantes com capacidade de resposta coordenada e oportuna a surtos de doenças transmitidas por alimentos (DTA), alinhando as ações relacionadas à investigação de surtos de DTA pelas equipes do IVISA-Rio.

**Conteúdo programático:**

- Doenças Transmitidas por Alimentos:
  - Distribuição Geográfica;
  - Modo de Transmissão;
  - Dados de DTA's no Brasil;
  - Notificação; e
  - Investigação integrada.
- Investigação de surtos de DTA:
  - Passos na investigação de surtos;
  - Fichas de Investigação de Campo para as DTA; e
  - Conduta na Investigação Epidemiológica de Surtos de DTA.
- Vigilância Sanitária:
  - Características dos alimentos que influenciam a multiplicação dos microrganismos;
  - Controle sanitário dos principais agentes causadores de DTA;
  - Ações de Vigilância Sanitária; e
  - Procedimentos de investigação sanitária.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância em saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual integrado de vigilância, prevenção e controle de doenças transmitidas por alimentos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.

#### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

#### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.2.7 Curso Introdutório de Preceptoria em Residência Multiprofissional**

**Modalidade:** Híbrido (presencial + on-line).

**Público-alvo:** Preceptores dos Programas de Residência Multiprofissional em Vigilância Sanitária e Medicina Veterinária, da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

**Número de vagas:** 20 vagas.

**Carga horária:** 20 horas.

**Facilitadora:** Juliana Loureiro da Silva de Queiroz Rodrigues – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5681731106037884>.

**Organização:** Coordenação Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

#### **Objetivos:**

- Ofertar subsídios teóricos necessários para aprimorar a condução do preceptor no processo de ensino aprendizagem, referente ao campo de atuação da Vigilância Sanitária no âmbito do SUS.
- Apresentar estratégias e ferramentas de suporte pedagógico para o desenvolvimento, aperfeiçoamento e fortalecimento das atividades teóricas, teórico-práticas e práticas no contexto da formação em Vigilância Sanitária.
- Conhecer as principais legislações e normativas que regulamentam os programas de residência multiprofissional em saúde em escala nacional e local.

#### **Conteúdo programático:**

- Módulo I: O ser preceptor em Programas de Residência Multiprofissional em Saúde:
  - O processo de ensino aprendizagem no contexto da Residência em saúde;
  - O papel estratégico do preceptor e o exercício da preceptoria em saúde; e
  - normas e legislações que regulamentam as atividades em programas de residência.



- Módulo II: Planejamento e gestão do processo de ensino-aprendizagem:
  - Concepções teóricas de planejamento;
  - O planejamento educacional na dinâmica do trabalho do preceptor;
  - Aspectos introdutórios à gestão do tempo no processo de ensino-aprendizagem; e
  - Desenvolvimento de "agenda padrão de atividades" dos residentes.
- Módulo III: Estratégias tecnológicas e pedagógicas:
  - Metodologias ativas: Conceitos e princípios.
  - O uso de novas estratégias tecnológicas na prática pedagógica: desafios e potencialidades.
  - Recursos digitais e tecnológicos utilizados no processo de ensino-aprendizagem: Google Classroom, o Google meet, Google Drive, Plataforma Zoom, Moodle e Microsoft Teams.
- Módulo IV: Metodologias de avaliação:
  - Concepções teóricas de avaliação da aprendizagem.
  - O ato de avaliar a aprendizagem.
  - Conceito e estruturação de feedback.

### **Resultados esperados:**

Profissionais preceptores aptos na condução e no desenvolvimento de atividades e estratégias pedagógicas junto aos residentes nos cenários de prática. Uso de ferramentas pedagógicas como estratégia de fortalecimento e aprimoramento das atividades práticas e teórico-práticas desenvolvidas pelos preceptores nos cenários de prática. Conhecimento acerca das principais legislações e normativas que regulamentam os programas de residência multiprofissional e a atuação dos preceptores durante o processo de formação dos residentes.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNRMS Nº 2, de 13 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução CNRMS, Nº 5, de 7 de novembro de 2014.

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento pedagógico: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

RÊGO, Luciane Borges; LIMA, Maria Vitória Ribas de Oliveira. Didática. Recife: Universidade de Pernambuco, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## 2.2.8 Ferramentas Essenciais ao Processo Educativo: Criatividade, Planejamento e Execução

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Facilitadores dos cursos do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 30 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitador:** Ana Lucia de Moraes Barros – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7470053021431302>.

**Organização:** Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Conhecer as ferramentas pedagógicas para elaboração do planejamento de curso.
- Apropriar-se de elementos para desenvolver uma comunicação empática na aula.
- Planejar e operacionalizar aulas, utilizando ferramentas capazes de aperfeiçoar estratégias de aprendizagem, de gestão do tempo, de avaliação de conteúdos e de participação do grupo.

**Resultados esperados:**

Profissionais aptos na elaboração de planos de curso e aulas artesanais, utilizando ferramentas pedagógicas e de comunicação que proporcionem maior aprendizagem.

**Conteúdo programático:**

- Principais conceitos e ferramentas para elaboração de planos de capacitação.
- Ferramentas de planejamento e operacionalização da aula para controle do tempo e escolha de estratégias de aprendizagem, de avaliação de conteúdos e de participação do grupo.
- Elementos necessários para a criação de uma aula artesanal.
- Elementos necessários para desenvolver uma comunicação empática.

**Bibliografia de apoio:**

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LEMOV. Doug. Aula nota 10: 49 técnicas para ser um professor campeão de audiência. São Paulo: Data Boa Prosa: Fundação Lemann, 2011.

LIBANEO, Jose Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez Editora, 1999. (p. 15 a 34).

### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.2.9 Formação de Facilitadores para o Curso de Noções Básicas de Higiene e Boas Práticas de Manipulação de Alimentos**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Profissionais de saúde do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 30 vagas.

**Carga horária:** 6 horas.

**Facilitadoras:** Andréa Mendonça Dantas de Matos – Currículo Lattes disponível em <http://lattes.cnpq.br/4958321762945863> e Patrícia Maria de Sousa Rocca – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0345539351722342>.

**Organização:** Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

- Conhecer os principais aspectos teórico-metodológicos do curso, a saber: os objetivos, a finalidade, a metodologia e o conteúdo do curso – Doenças Transmitidas por Alimentos; contaminação dos alimentos; boas práticas de manipulação de alimentos; procedimentos operacionais padronizados; e biossegurança.
- Compreender a importância dos facilitadores na transmissão do saber e sua relação com os participantes do curso.
- Compreender a Lei 1.662/91.
- Apropriar-se dos aspectos operacionais do curso.

**Resultados esperados:**

Participantes aptos a ministrar o curso Noções Básicas de Higiene e Boas Práticas de Manipulação de Alimentos (MA), a fim de que os conteúdos sejam repassados de forma simples e acessível aos manipuladores de alimentos de diversas modalidades dos serviços de alimentação.

**Conteúdo programático:**

- Medidas de proteção à vida.
- Modelo teórico-prático do curso de manipulação de alimentos do IVISA-Rio: objetivos, finalidade, metodologia e conteúdo do curso – Doenças Transmitidas por Alimentos; contaminação dos alimentos; boas práticas de manipulação de alimentos; procedimentos operacionais padronizados; e biossegurança.
- Conceitos centrais para a manipulação de alimentos.
- Instrumentos operacionais.

**Bibliografia de apoio:**

FAJERSZTAJN, L.; SALDIVA, PHN; VERAS, M.; Como as cidades podem favorecer ou dificultar a promoção da saúde de seus moradores? Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Data Rio.

KEINERT, MM; VITTE, CCS. Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas. Bertrand Brasil: 2009.

**Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação ao final do curso.

## **2.2.10 Fundamentos de Geoprocessamento: Aplicações em Vigilância Sanitária**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Auditores Fiscais Sanitários do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 4 vagas.

**Carga horária:** 8 horas.

**Facilitador:** Fabrício Marini Fusco; Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8373609184342150>.

**Organização:** Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Compreender a importância de dados estruturados e georreferenciados para o planejamento e monitoramento de políticas públicas.
- Conhecer ferramentas básicas de geoprocessamento do software ArcGis.
- Conhecer os resultados de estudo exploratório sobre zoonoses.

**Resultados esperados:**

Profissionais capacitados a estruturar e gerenciar seus dados a partir de uma perspectiva espacial e a utilizar ferramentas básicas de geoprocessamento.

**Conteúdo programático:**

- Noções gerais de cartografia, banco de dados e geoprocessamento.
- Introdução ao ArcGis.
- Zoonoses: um estudo de caso.
- Atividade: elaboração de projeto em todas as suas etapas principais.

**Bibliografia de apoio:**

DATA RIO: <https://www.data.rio/>

IBGE: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>

INPE: <http://www.inpe.br/>

UERJ/LABGIS: <https://www.labgis.uerj.br/>

GILBERTO CÂMARA, G. et al. Introdução à ciência da geoinformação. São José dos Campos, SP: INSPE, 2001.

**Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## ■ 2.2.11 Gestão Urbana e Geoinformação em Vigilância Sanitária

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Auditores Fiscais Sanitários do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 20 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitador:** Fabrício Marini Fusco – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8373609184342150>.

**Organização:** Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Construir uma visão sistêmica da cidade, trabalhando conceitos como produção social do espaço urbano e território.
- Introduzir noções gerais sobre a importância de indicadores e da análise espacial dos dados.

**Resultados esperados**

Participantes identificando a problemática urbana como elemento indissociável da vigilância sanitária, da qualidade de vida e da saúde pública, a partir de uma perspectiva territorial; e compreendendo a importância dos indicadores como um elemento essencial para a condução de políticas públicas de saúde mais eficientes.

**Conteúdo programático:**

- A conceituação do espaço urbano.
- Um olhar sobre a saúde urbana.
- Rio em síntese: indicadores e análise espacial de dados.
- Exploração de dados produzidos pelo IVISA-Rio.

**Bibliografia de apoio:**

FAJERSZTAJN, Lais et al. Como as cidades podem favorecer ou dificultar a promoção da saúde de seus moradores?. [S.L. : s.n.], 2016.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Data Rio. Disponível em: <https://www.data.rio/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

KEINERT, T.M.M.; VITTE, C.C.S.. Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico metodológicas.[S.L.]: Bertrand Brasil, 2009.

**Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## 2.2.12 Inspeção Sanitária no Controle de Produtos Derivados do Tabaco em Grandes Eventos

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Auditores Fiscais Sanitários do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 40 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadores:** Ana Luisa Quadros dos Santos Mauro – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9266851131111922>.

**Organização:** Coordenadoria Geral Executiva – CGEX e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### Objetivos:

Identificar os possíveis riscos sanitários envolvidos nas ações de controle dos produtos derivados do tabaco e seus pontos de venda, em relação à exposição com segurança, em estruturas montadas para eventos temporários.

### Resultados esperados:

Profissionais aptos a realizar inspeções em eventos com presença de stands de venda de produtos derivados do tabaco com conhecimento para desenvolver atividades com segurança, minimizando riscos e possíveis danos à saúde dos profissionais e clientes.

### Conteúdo programático:

- Ações da Anvisa no controle dos produtos derivados do tabaco;
- Desafios na regulação do controle do tabaco no Brasil e no mundo;
- Legislações no controle do tabaco;
- Controle dos produtos derivados do tabaco (demonstração dos produtos);
- Restrição da propaganda nos pontos de venda;
- Promoção dos Ambientes Livres do Tabaco (experiências locais);
- Ação fiscal da Vigilância Sanitária no controle do tabaco: produtos, propaganda e ambientes livres.

### Bibliografia de apoio:

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 63 de 25 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 36, de 25 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 222 de 28 de março de 2018.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 45.585 de 27 de dezembro de 2018.

#### **Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

#### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final do curso.

## **2.2.13 Inspeção Sanitária nos Segmentos de Embelezamento/ Tatuagem/Piercing em Grandes Eventos**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Auditores Fiscais Sanitários do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 40 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadoras:** Ana Luisa Quadros dos Santos Mauro – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9266851131111922>.

**Organização:** Coordenadoria Geral Executiva – CGEX e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

#### **Objetivos:**

Identificar os possíveis riscos sanitários envolvidos nas ações de embelezamento/tatuagem/piercing, para que os profissionais envolvidos executem procedimentos com segurança, em estruturas montadas para eventos temporários.

#### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos a realizar inspeções em eventos no segmento de embelezamento/tatuagem/piercing com conhecimento para desenvolver atividades com segurança, minimizando riscos e possíveis danos à saúde dos profissionais e clientes.

#### **Conteúdo programático:**

- Conceito de risco em eventos de massa nas atividades de embelezamento/tatuagem/piercing: risco aos trabalhadores – ergonômicos, biológicos, exposição à substâncias tóxicas, extremos de temperatura e stress; e riscos aos clientes – biológicos, químicos, acidentes perfurocortantes.



- Conceito de biossegurança: prevenção de doenças infectocontagiosas (AIDS, Hepatites B e C, dermatoses e micoses).
- Estrutura e organização dos serviços que compõem o stand de embelezamento, tatuagem, piercing.
- Noções básicas de boas práticas para os profissionais: higienização pessoal, uso do uniforme, redução de adornos, caderneta de vacinação conforme Programa Nacional de Imunização (PNI) e uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI).
- Produtos e equipamentos utilizados: classificação, informações obrigatórias no rótulo (modo de uso, especificidade, compatibilidade, validade, composição e registro ANVISA/MS).
- Definição de limpeza, desinfecção e esterilização.
- Esterilização por calor úmido sob pressão (autoclave).
- Procedimento de limpeza e desinfecção de pentes, escovas e toalhas.
- Procedimento de limpeza, desinfecção e esterilização de instrumentais (alicates, espátulas, pinças e afins).
- Gerenciamento de resíduos sólidos: classificação dos resíduos; símbolos universais; tipos de lixeiras; Equipamentos de Proteção Individual (EPI); e descarte, acondicionamento e recolhimento.

#### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 63 de 25 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Agência de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 36, de 25 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. Agência de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 222 de 28 de março de 2018.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 45.585 de 27 de dezembro de 2018.

#### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

#### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final do curso.

## **2.2.14 Introdução ao Manejo dos Resíduos Sólidos e dos Resíduos de Serviço de Saúde**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Auditores Fiscais Sanitários do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 20 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadores:** Leonardo Nascimento Cerqueira – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9944493249252893>; Marcelo Salek – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3833095661649546> e Raimundo Glauco Amorim Celestino Teixeira Junior – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7569120316079747>.

**Organização:** Coordenação de Engenharia Sanitária – CES e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

Fornecer aos participantes as ferramentas teóricas sobre o assunto e apresentar casos concretos para consolidar os temas abordados.

**Resultados esperados:**

Profissionais aptos a reconhecer relevância do assunto bem como domínio dos temas tratados no curso.

**Conteúdo programático:**

- Resíduos sólidos.
- Resíduos de serviços de saúde.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 216, 15 DE SETEMBRO DE 2004.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 222, de 28 de março de 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Normas da Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB do Município do Rio de Janeiro.

**Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## 2.2.15 Vigilância Sanitária na Comercialização de Alimentos para Lactantes e Crianças de Primeira Infância

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Auditores Fiscais Sanitários do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 25 vagas.

**Carga horária:** 8 horas.

**Facilitadoras:** Carla Côrte Real – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3400982911518713>; Geila Cerqueira Felipe – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9559281044885059> e Márcia Regina Cardoso Coelho – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5985168251106173>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância de Alimentos – CVA e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### Objetivos:

- Capacitar os auditores fiscais das respectivas Coordenações acerca das atribuições que envolvam ações fiscalizatórias para monitoramento do cumprimento da NBCAL.
- Contribuir para a proteção da prática de aleitamento materno e da alimentação infantil adequada.

### Resultados esperados:

Profissionais aptos a identificar as diversas infrações às normas específicas e indicar as medidas corretivas pertinentes, divulgando a NBCAL e aplicando sanções quando for houver desrespeito às políticas de proteção do aleitamento, alinhando as ações relacionadas ao monitoramento da NBCAL nas equipes do IVISA-Rio.

### Conteúdo programático:

- Conceito.
- Apresentação da base legal e Infrações.
- Produtos regulados pela NBCAL – Como deve ser a promoção comercial?
- Produtos cuja promoção comercial é proibida.
- Agosto Dourado – Histórico das Circulares da Vigilância Sanitária do Rio de Janeiro.
- Como o IVISA-Rio pode ajudar o aleitamento materno.

### Bibliografia de apoio:

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 221, de 5 de agosto de 2002.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 222, de 5 de agosto de 2002.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 11.265, de 3 de janeiro de 2006.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Decreto-Rio nº 45.585, de 27 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Lei Complementar nº 197, de 27 de dezembro de 2018.

### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **■ 2.2.16 Noções Básicas de Epidemiologia**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Profissionais de saúde de nível superior atuantes no IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 10 vagas.

**Carga horária:** 8 horas.

**Facilitadora:** Carla de Oliveira Castro – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7996996282131730>.

**Organização:** Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

- Introduzir os conceitos básicos da epidemiologia.
- Ampliar a compreensão dos principais indicadores de saúde.
- Incrementar o uso das ferramentas epidemiológicas em ações operacionais.

### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos a utilizar o conhecimento básico da epidemiologia em seus processos de trabalho.

**Conteúdo programático:**

- História da Epidemiologia.
- Conceitos de Epidemiologia: incidência, prevalência, surto, etc.
- Indicadores de saúde.
- Sistema de informação.
- Tipos de estudos epidemiológicos.
- Epidemiologia como ferramenta nas zoonoses.

**Bibliografia de apoio:**

BOING, F.; D'ORSI, E.; JUNIOR, CR. Curso de Especialização Multiprofissional na Atenção Básica. Epidemiologia [Recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina; Florianópolis, 2013.

BONTA, R et al. Epidemiologia básica – 2a edição. São Paulo: OMS, 2006.

LARA, JM. et al. Leptospirose no município de Campinas, São Paulo, Brasil 2007 a 2014. São Paulo, SP: Revista Brasileira de Epidemiologia, 2019.

MEDRONHO, R.A. Epidemiologia – 2ª Edição . São Paulo: Atheneu, 2008.

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Curso Básico de Vigilância Epidemiológica. Brasília, DF: Editora MS, 2005.

**Declaração de conclusão de curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação ao final do curso.

**2.2.17 Noções de Prevenção e Combate a Princípios de Incêndio**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Funcionários do Laboratório Municipal de Saúde Pública – LASP do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 20 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitador:** Sergio Madeira da Costa – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7135772881388150>.

**Organização:** Coordenação de Fiscalização em Vigilância Sanitária – CFS, Laboratório de Saúde Pública – LASP e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

Capacitar os funcionários acerca dos riscos, as técnicas e as instruções seguras de prevenção e combate a princípios de incêndios, e como proceder nessas situações.

**Resultados esperados:**

Profissionais aptos a identificar os potenciais riscos de incêndio, reconhecer as características dos focos de incêndio e dos equipamentos de combate, assim como o uso correto dos extintores e os procedimentos básicos em situações de incêndio.

**Conteúdo programático:**

- Teoria básica do fogo.
- Formas de propagação do fogo.
- Pontos e temperaturas importantes do fogo.
- Métodos de extinção do fogo.
- Classes de incêndio.
- Tipos de extintores de incêndio.
- Instruções gerais em caso de emergências.

**Bibliografia de apoio:**

GOIÁS. Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. Fundamentos de Combate a Incêndio: Manual de Bombeiros. Goiás: [s.n.], 2016.

PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. Manual de Prevenção e Combate a princípios de incêndio – Módulo VI. Paraná: [s.n.], 2013.

RIO DE JANEIRO. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Defesa Civil. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Disponível em: [https://www.cbmerj.rj.gov.br/images/cartilha/bombeiros\\_rj\\_cartilha\\_acidentes\\_domesticos\\_1\\_.pdf](https://www.cbmerj.rj.gov.br/images/cartilha/bombeiros_rj_cartilha_acidentes_domesticos_1_.pdf). Acesso em: 16 jan. 2023.

**Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## ■ 2.2.18 Microscopia de Alimentos

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Profissionais do Laboratório Municipal de Saúde Pública – LASP do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 30 vagas.

**Carga horária:** 60 horas.

**Facilitador:** André Luís de Alcântara Guimarães – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2463958807139401>.

**Organização:** Coordenação de Fiscalização em Vigilância Sanitária, Laboratório de Saúde Pública – LASP, Faculdade de Farmácia (Laboratório de Farmacobotânica) e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

- Analisar a morfologia e anatomia de amostras vegetais coletadas pela fiscalização de alimentos;
- Analisar a histoquímica de amostras vegetais;
- Identificar, detalhar e catalogar as características diagnósticas de contaminantes de origem animal com risco à saúde humana;
- Otimizar e validar procedimentos operacionais padrão preparativos de amostras para análise de alimentos;
- Otimizar e validar procedimentos operacionais padrão para análise microscópica de alimentos;

### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos em realizar a padronização de técnicas para análise de alimentos; aperfeiçoar e validar novos métodos preparativos; compreender e identificar a composição dos produtos alimentícios; aumento do escopo analítico.

### **Conteúdo programático:**

- Identificação de amidos.
- Diferenciação de pelos de animais.
- Identificação de insetos. Célula vegetal, parede celular e inclusão celular.
- Histologia vegetal.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Curso Básico de Vigilância Epidemiológica. Secretaria de BISSING, D. R. Haupt's gelatin adhesive mixed with formalin for affixing paraffin section to slides. [S.L.]: Stain Technology, 1974.

BUKATSCH, F. Bemerkugen zur Doppelfärbung: Astrablau-Safranin. [S.L.]: Mikrokosmos, 1972.

CLARK, G. Staining Procedures. 4. ed. Baltimore: Williams & Wilkins, 1981.

FRANKLIN, G. L. Preparation of thin sections of synthetic resins and wood-resin composites, and a new macerating method for wood. [S.L.]: Nature, 1945.

INSTITUTO ADOLFO LUTZ. Normas Analíticas do Instituto Adolfo Lutz: Métodos Químicos e Físico Químicos para análise de Alimentos. São Paulo: IMESP, 2008.

JENSEN, W. A. Botanical histochemistry. San Francisco : H. H. Freeman and Co., 1942.

JOHANSEN, D. A. Plant microtechnique. New york: McGraw-Hill Book Co. 1940.

JUDD, W. S.; CAMPBELL, C. S.; KELLOGG, E. A.; STEVENS, P.F.; DONOGHUE, M. J. Sistemática Vegetal, um enfoque filogenético. Porto Alegre: ArtMed Editora S.A., 2009.

KARNOVSKY, M. J. A. A formaldehyde-glutaraldehyde fixative of high osmolality for use in electron microscopy. [S.L.]: The Journal of Cell Biology, 1965.

KRAUS, J. E.; ARDUIN, M. Manual básico de métodos em morfologia vegetal. Rio de Janeiro: EDUR, 1997.

#### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

#### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.2.19 Orientações Técnicas e Boas Práticas em Imunização**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Auditores Fiscais Sanitários do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 30 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadora:** Marcia Melo – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0480574507793595>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

#### **Objetivos:**

- Promover atualização sobre fundamentos de imunização e processos técnicos para vacinação.



- Orientar sobre as boas práticas de sala de vacinação.
- Esclarecer sobre boas práticas no preparo e administração de vacinas.
- Apresentar procedimentos para gerenciamento de resíduos em vacinação.

### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos nos mecanismos de vigilância sanitária em relação ao cumprimento de orientações técnicas e boas práticas para as atividades de imunização e vacinação humana.

### **Conteúdo programático:**

- Fundamentos em imunização.
- Preparo e organização do posto/ sala de vacinação.
- Boas práticas para preparo e administração de vacinas.
- Rede de frio e conceitos básicos.
- Gerenciamento de resíduos em vacinação.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 197, de 26 de dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.2.20 Orientações Técnicas e Boas Práticas em Serviços de Endoscopia**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Auditores Fiscais Sanitários do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 30 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadora:** Marcia Melo – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0480574507793595>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Conhecer sobre os requisitos de funcionamento para os Serviços de Endoscopia.
- Conhecer as normas sanitárias relacionadas aos Serviços de Endoscopia.
- Conhecer as Boas Práticas em Serviços de Endoscopia.

**Resultados esperados:**

Profissionais aptos nos mecanismos de vigilância sanitária em relação ao cumprimento de orientações técnicas e boas práticas para os Serviços de Endoscopia.

**Conteúdo programático:**

- Orientações sobre licenciamento sanitário e legislações específicas aplicadas ao serviço de endoscopia;
- Medidas de proteção à segurança e à saúde do trabalhador;
- Normas sanitárias e boas práticas em serviços de endoscopia, com abordagem sobre estrutura física, equipamentos, insumos, processamento de artigos e superfícies e biossegurança.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Assistência e Promoção à Saúde. Processamento de Artigos e Superfícies em Estabelecimentos de Saúde. 2ª ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1994.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 15, de 15 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 06, de 10 de março de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Previdência. Norma Regulamentadora – NR 32.

**Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## ■ 2.2.21 Orientações Técnicas em Serviços de Ambulância e Eventos

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Auditores Fiscais Sanitários do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 30 vagas.

**Carga horária:** 6 horas.

**Facilitadora:** Marcia Melo – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0480574507793595>.

### **Organização:**

Coordenação de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

- Conhecer sobre os requisitos de funcionamento para os serviços de remoção de pacientes em ambulância.
- Conhecer as normas sanitárias relacionadas aos eventos.
- Conhecer as boas práticas em postos de atendimento médico.

### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos nos mecanismos de vigilância sanitária em relação ao cumprimento de orientações técnicas e boas práticas para os serviços de ambulância.

### **Conteúdo programático:**

- Orientações sobre licenciamento sanitário e legislações específicas aplicadas aos serviços de ambulâncias e eventos.
- Medidas de proteção à segurança e à saúde do trabalhador.
- Normas sanitárias e boas práticas em serviços de ambulância e eventos, com abordagem sobre estrutura física dos postos médicos, equipamentos, insumos, processamento de artigos e superfícies e biossegurança.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Assistência e Promoção à Saúde. Processamento de Artigos e Superfícies em Estabelecimentos de Saúde. 2ª ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1994.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 15, de 15 de março de 2012.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Defesa Civil. Resolução SEDEC nº 83, de 05 de janeiro de 2016.

**Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.2.22 Práticas Integrativas e Complementares para Serviços de Saúde - Aprendendo em Ação**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Profissionais de saúde do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 20 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadora:** Rosália Guimarães Cova Meneses Ribeiro – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4200888272276127>.

**Organização:** Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Discutir a inserção de práticas integrativas e complementares em grupos de atenção à saúde.
- Introduzir métodos e estratégias para dinâmicas em grupo.

**Resultados esperados:** Profissionais aptos a utilizar as dinâmicas próprias e específicas para alcançar uma maior interação em sua equipe.

**Conteúdo programático:**

- Introdução aos métodos de integração em grupo e saber coletivo.
- Ensaio sobre as técnicas apresentadas.

**Bibliografia de apoio:**

WINNICOTT, Donald W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Alexander, Gerda. Eutonia: um caminho para percepção corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VIANNA, Angel. Conscientização do movimento: Uma prática corporal. São Paulo: Caioá, 1998.

VIANNA, Klauss. A dança. São Paulo: Summus Editorial, 2005

Canguilhem, Georges. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MILLER, Jussara. A escuta do corpo: abordagem da sistematização da técnica Klauss Viana. São Paulo, Summus Editorial, 2007.

WINNICOTT, Donald W. A mente e sua relação com o psicossoma. Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento emocional primitivo. Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

### **Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **2.2.23 Vigilância Epidemiológica da Leishmaniose Visceral Canina – LVC: Atualizações e Perspectivas**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Servidores do IVISA-Rio

**Número de vagas:** 10 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadores:** Carla Castro – Médica veterinária, lotada S/IVISA/CGIPE/AEP. Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7996996282131730> e Silvio Pimentel – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4873473438859063>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância de Zoonoses – CVZ e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

- Atualizar quanto ao panorama epidemiológico da LVC no município do Rio de Janeiro.
- Contribuir para o debate da LVC entre os pares e propor medidas de controle.

### **Resultados esperados:**

Participantes aptos a utilizar o conhecimento advindo do curso em seus processos de trabalho, contribuindo para o seu aprimoramento profissional.

**Conteúdo programático:**

- Dados epidemiológicos da LV no Município do Rio de Janeiro.
- Fluxo de investigação dos casos de LVC.
- Medidas preventivas e controle da LVC.
- Desafios do controle da LVC.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Curso Básico de Vigilância Epidemiológica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

MEDRONHO, R. A.; BLOCH, K. V.; LUIZ, R. R.; WERNECK, G. L. Epidemiologia. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado Da Saúde. Guia de Orientação para a Vigilância da Leishmaniose Visceral Canina (LVC). Santa Catarina: Material Elaborado pelo Grupo Técnico Intersetorial – DIVE/SES/SC, 2018.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. Manual de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral Americana do Estado de São Paulo. São Paulo, SP: A Secretaria, 2006.

**Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus a certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencheram a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

**■ 2.2.24 Zoonoses de Importância no Município do Rio de Janeiro**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Servidores do IVISA-Rio que atuem no atendimento clínico do Centro de Controle de Zoonoses Paulo Dacorso Filho, Centro de Medicina Veterinária Jorge Vaitsmann.

**Número de vagas:** 10 vagas.

**Carga horária:** 4 horas.

**Facilitadora:** Carla Castro – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7996996282131730>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância de Zoonoses – CVZ e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

Promover um debate e ampliar o conhecimento sobre as principais zoonoses de ocorrência no município do Rio de Janeiro.

**Resultados esperados:**

Participantes com maior conhecimento das principais zoonoses de ocorrência no município do Rio de Janeiro e as suspeitas diagnósticas no momento do atendimento clínico.

**Conteúdo programático:**

- Principais zoonoses de importância em saúde pública em pequenos animais.
- Avanços em relação ao controle de zoonoses de importância em saúde pública em pequenos animais.
- Diagnósticos diferenciados das principais zoonoses de importância em saúde pública em pequenos animais.
- Fluxo de notificação referente às principais zoonoses de importância em saúde pública em pequenos animais.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Curso Básico de Vigilância Epidemiológica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Vigilância, prevenção e controle de zoonoses: Normas técnicas e operacionais. Brasília, DF: 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Normas Técnicas para estrutura Físicas de Unidades de Vigilância de Zoonoses. Brasília, DF: 2017.

**Declaração de conclusão do curso:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## 3. PALESTRAS

---

### 3.1 PALESTRAS EXTERNAS

As palestras externas se propõem a apresentar, de forma objetiva, conhecimentos de interesse dos profissionais da saúde e demais profissionais que atuam em atividades relacionadas à vigilância sanitária, atualizando conceitos e/ou incentivando boas práticas.

Em 2023/2024, serão ofertadas 21 palestras externas, sendo 19 na modalidade on-line e 2 presenciais, com duração de 2 horas, facilitadas por técnicos do próprio IVISA-Rio, conforme programação a seguir:

#### 3.1.1 A Importância da Cosmetovigilância

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Responsáveis técnicos e/ou responsáveis legais de empresas distribuidoras, comercializadoras e compradoras de produtos de higiene, cosméticos e perfumes.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadores:** Angelo Saboia Borsatto – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6176334064684925> e Rebecca Gabriel – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3925919515997594>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

#### Objetivos:

- Conhecer as definições e relevância de cosmetovigilância.
- Conhecer os principais critérios de seleção de fornecedores e produtos de acordo com a legislação sanitária vigente.
- Compreender o passo a passo da notificação de efeitos adversos e queixas técnicas decorrentes do uso de produtos de higiene, cosméticos ou perfumes.

#### Resultados esperados:

Profissionais aptos a classificar os produtos cosméticos, qualificar fornecedores e notificar produtos de acordo com as boas práticas e legislação sanitária vigente.



**Conteúdo programático:**

- Definição de produtos de higiene, cosméticos e perfumes.
- Classificação dos produtos cosméticos.
- Critérios de seleção de fornecedores de produtos.
- Sistema de Cosmetovigilância: eventos adversos e queixas técnicas, sistema de notificação e sua relevância.
- Legislações pertinentes.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 332, de 10 de dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 48, de 25 de agosto de 2013.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 16, de 1º de abril de 2014.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 7, de 10 de fevereiro de 2015.

**Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### **3.1.2 Animais de Companhia Suspeitos de Raiva - Orientações aos Médicos Veterinários**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Médicos veterinários.

**Número de vagas:** 40 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadoras:** Juliana Oaskis – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8790727819700717> e Juliana Macedo – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5682486010061690>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância de Zoonoses – CVZ e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

Orientar aos profissionais médicos veterinários como identificar, abordar e notificar um caso de suspeita de raiva em animais de companhia.

**Resultados esperados:**

Profissionais aptos sobre as condutas adequadas frente a um caso suspeito de raiva.

**Conteúdo programático:**

- Saúde Única.
- Aspectos gerais sobre o vírus da raiva.
- Transmissão.
- Período de incubação e transmissibilidade.
- Animais envolvidos.
- Sinais e sintomas clínicos.
- Diagnóstico laboratorial.
- Epidemiologia da raiva no Brasil e Rio de Janeiro.
- Monitoramento da raiva no município do Rio de Janeiro.
- Procedimentos a serem adotados diante de um cão ou gato com suspeita de raiva.
- Casos clínicos e abordagens.
- Vigilância e prevenção.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Diagnóstico Laboratorial da Raiva. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Nota Técnica nº 19/2012 – CGDT/DEVEP/SVS/MS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Vigilância, prevenção e controle de zoonoses: Normas técnicas e operacionais. Brasília, DF: [s.n.], 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria nº 782, de 15 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Vigilância em saúde no Brasil 2003|2019: da criação da Secretaria de Vigilância em Saúde aos dias atuais. Boletim Epidemiológico. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Nota Informativa nº 13/2019 – CGDT/DEVIT/SVS/MS.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Brasília, DF: 2021.

**Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

**■ 3.1.3 Aspectos Terapêuticos da Esporotricose Felina**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Médicos veterinários.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitador:** André Felipe Pedrazzi Chacon – Currículo Lattes disponível em: Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0555232183128997>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância de Zoonoses – CVZ e Coordenadoria Geral de Inovação, Projeto, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Compreender a situação epidemiológica da Esporotricose Felina com foco no âmbito do município do Rio de Janeiro;
- Compreender os aspectos terapêuticos da doença, medicamentos e protocolos utilizados para o tratamento dos animais;
- Conhecer os estudos atuais realizados e seus resultados.

**Resultados esperados:**

Profissionais com maior conhecimento sobre a epidemiologia e evolução clínica da esporotricose felina, e melhor compreendam as opções disponíveis para o tratamento dos animais acometidos pela doença.

**Conteúdo programático:**

- Introdução.
- Etiologia.
- Transmissão.
- Situação epidemiológica.
- Aspectos clínicos.

- Diagnóstico.
- Tratamento.
- Desafios encontrados.
- Situação atual: estudos, artigos e avanços.

### **Bibliografia de apoio:**

GREMIÃO, I. D. F. et al. Geographic Expansion of Sporotrichosis, Brazil. Emerging Infectious Diseases. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32091376/#:~:text=Brazil%20has%20experienced%20geographic%20expansion,disease%20in%20animals%20and%20humans>. Acesso em: 12 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. Guideline for the management of feline sporotrichosis caused by *Sporothrix brasiliensis* and literature revision. [S.L.]: Brazilian Journal of Microbiology, 2021.

\_\_\_\_\_. Advances and challenges in the management of feline sporotrichosis. Espanha: Revista Iberoamericana de Micología, 2022.

RODRIGUES A. M. et al. The threat of emerging and re-emerging pathogenic *Sporothrix* species. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32052359/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

### **Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **3.1.4 Boas Práticas Sanitárias em Serviços de Atividades Relacionadas**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Gestores de empresas prestadoras de serviços de embelezamento – salão de beleza, podologia, massagista, depilação (exceto laser), manicure/pedicure.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadores:** Jonathan Henrique Anjos de Almeida – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7504316768708233> e Lilian Kao Yien – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0509951695512582>.

**Organização:** Coordenação de Fiscalização em Vigilância Sanitária – CFS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Apresentar a legislação vigente associada às boas práticas sanitárias nos serviços de atividades relacionadas.
- Capacitar os profissionais do ramo quanto às boas práticas a serem adotadas nos serviços de Atividades Relacionadas visando à prevenção, eliminação ou mitigação dos riscos sanitários advindos de tais atividades.
- Compreender a necessidade da adoção de medidas corretivas indispensáveis dentro da rotina e realidade de cada estabelecimento.

**Resultados esperados:**

Profissionais aptos a reconhecer a relevância das boas práticas sanitárias e capazes de realizar as adequações necessárias em seus ambientes de trabalho.

**Conteúdo programático:**

- Definição das Atividades Relacionadas.
- Licença Sanitária de Atividades Relacionadas.
- Aspectos Gerais:
  - Instalações físicas;
  - Sanitários de uso coletivo;
  - Vestiários;
  - Refeitórios;
  - Depósito de Material e Limpeza (DML); e
  - Gerenciamento de Resíduos.
- Abastecimento de água e esgotamento sanitário:
  - Qualidade da água; e
  - Bebedouros.
- Sistemas de climatização e qualidade do Ar.
- Legislação Antifumo.

**Bibliografia de apoio:**

RIO DE JANEIRO. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Lei complementar nº 197, de 27 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Decreto-Rio nº 45.585, de 27 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Portaria "N" S/SUBVISA 398, de 12 de abril de 2019.

**Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### **3.1.5 Como Segregar Corretamente os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS)**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Profissionais da área da saúde da rede municipal da cidade do Rio de Janeiro.

**Número de vagas:** 15 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadora:** Madalena Martins Sant'Ana Barroso – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0671244568399561>.

**Organização:** Coordenadoria Técnica de Avaliação de Tecnologia em Saúde e Insumos Estratégicos – CTATS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

Orientar como segregar corretamente os diferentes tipos de resíduos gerados nas unidades de saúde.

**Resultados esperados:**

Profissionais capazes de entender todas as etapas da gestão de resíduos, reconhecer os tipos de resíduos de serviços de saúde (RSS), segregar corretamente cada tipo de resíduo e acondicionar adequadamente cada tipo de RSS.

**Conteúdo programático:**

- Introdução à Gestão de Resíduos.
- Definição dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS).
- A segregação dos RSS.
- O acondicionamento dos RSS.
- Os tipos de tratamentos de RSS.
- Considerações finais sobre impacto ambiental.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Lei N° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

\_\_\_\_\_. Lei N° 12.305, de 02 de agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. ABNT. NBR. No 12.809, de 19 de abril de 2013.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC N° 222, de 28 de março de 2018.

#### **Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

#### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### **3.1.6 Controle de Vetores e Pragas Urbanas: Funcionamento e Documentação**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Responsáveis técnicos, profissionais de nível superior que atuam na atividade, administradores, colaboradores e responsável legal dos serviços de controle de pragas e vetores urbanos.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadoras:** Maria Emília Canciano Gombarovits – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5748485560110457> e Natalia Ferreira Barros – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5207578726242470>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Interesse à Saúde - CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

#### **Objetivos:**

- Conhecer o funcionamento destes serviços no quesito técnico e de boas práticas os serviços saneantes.
- Compreender os riscos do uso inapropriado de produtos desinfetantes e informações dos centros de notificação toxicológicos.
- Conhecer as principais legislações relacionadas.

#### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos a compreender as legislações sanitárias que regem e determinam as boas práticas nos serviços, promovendo a mitigação de riscos sanitários na execução das atividades destes serviços.

**Conteúdo programático:**

- Serviços e práticas desenvolvidas com suas complexidades e atribuições.
- Natureza dos produtos utilizados e mecanismos de ação.
- Riscos para os manipuladores e ambientes coletivos nos quais são aplicados.
- Sintomas de intoxicação e serviços que devem ser procurados nestes casos.

**Bibliografia de apoio:**

RIO DE JANEIRO. Lei Estadual 7806, de dezembro de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei 6360/76, de 23 de setembro de 1976.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 79.094, de 5 de janeiro de 1977

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 622, de 9 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 390, de 26 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004.

**Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### ■ 3.1.7 Entendendo o Resultado dos Laudos Insatisfatórios

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Responsáveis pela atividade de manipulação de alimentos, proprietários.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadores:** Kátia Dias de Araújo – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5892781304886849>; Elisabete Rocha de Mello – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0779669421859159> e Marcelo Gonçalves Pereira de Mello – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2150806727099055>.

**Organização:** Coordenação de Fiscalização em Vigilância Sanitária – CFS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.



**Objetivos:**

- Conhecer as principais legislações que regem a produção de alimentos seguros e sua aplicação.
- Compreender os principais conceitos relacionados às condições higiênico-sanitárias e de boas práticas em alimentos.
- Identificar os principais possíveis pontos de contaminação pelos microorganismos responsáveis pelos laudos insatisfatórios, objetivando mitigar e/ou eliminar essa possível contaminação.

**Resultados esperados:**

Profissionais aptos a reconhecer e eliminar os possíveis pontos onde ocorre a contaminação dos alimentos.

**Conteúdo programático:**

- Causas de contaminação dos alimentos: fatores intrínsecos e extrínsecos, riscos biológicos.
- Doenças transmitidas pelos alimentos.
- Principais microorganismos responsáveis pela contaminação e identificados nos laudos insatisfatórios.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 216, de 15 de setembro de 2004.

FORSYTHE, S. J. Microbiologia da segurança dos alimentos. Porto Alegre: Editora Artmed, 2013.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Decreto-Rio nº 45.585, de 27 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Portaria IVISA-Rio Nº 2-N, de 11 de novembro de 2020.

**Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### 3.1.8 Esporotricose no Município do Rio de Janeiro – Conhecer para Controlar

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Médicos veterinários.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadoras:** Bárbara Maria Padão Montes do Amaral – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1079405731425653> e Jane Marques de Carvalho – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4394306620214976>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância de Zoonoses – CVZ e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

#### **Objetivos:**

Descrever a situação epidemiológica da Esporotricose no município do Rio de Janeiro, os fatores determinantes da ocorrência da doença e as medidas de vigilância e controle implantadas.

#### **Resultados esperados:**

Participantes compreendendo a dinâmica da esporotricose e as medidas de vigilância e controle, além da importância da atuação do médico veterinário como um agente de educação e informação para a população sobre a doença e as medidas de prevenção.

#### **Conteúdo programático:**

- Introdução.
- Contexto atual.
- A Esporotricose no MRJ- 2010 a 2022.
- Ações Implantadas.
- Pontos Críticos .
- Desafios.

#### **Bibliografia de apoio:**

BARROS, M. B. L. et al. Esporotricose: a evolução e os desafios de uma epidemia. [S.L.]: Revista Panamericana de Salud Publica, 2010.

\_\_\_\_\_. Sporotrichosis: an emergent zoonosis in Rio de Janeiro. [S.L.]: Epidemiology. Memorial do Instituto Oswaldo Cruz, 2001.

CRUZ, L. C. H. Complexo Sporothrix schenckii. Revisão de parte da literatura e considerações sobre o diagnóstico e a epidemiologia. [S.L.]: Veterinária e Zootecnia, 2013.

FREITAS, Dayvison Francis Saraiva. Avaliação de fatores epidemiológicos, micológicos, clínicos e terapêuticos associados à esporotricose. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, 2014.

MACÊDO-SALES, P. A. et al. Domestic feline contribution in the transmission of *Sporothrix* in Rio de Janeiro State, Brazil: a comparison between infected and non-infected populations. [S.L.]: BMC Veterinary Research, 2018.

PEREIRA, S. A. et al. The epidemiological scenario of feline sporotrichosis in Rio de Janeiro, State of Rio de Janeiro, Brazil. [S.L.]: Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, 2014.

SILVA, M. B. T. et al. Esporotricose urbana: uma epidemia negligenciada no Rio de Janeiro, Brasil. [S.L.]: Cadernos de Saúde Pública – Fiocruz, 2012.

#### **Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

#### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### **3.1.9 Higienização de Ambientes em Serviços de Diálise**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Gestores, encarregados de equipe e auxiliares de serviços gerais de serviços de diálise.

**Número de vagas:** 50 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadora:** Joyce Vasconcellos – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0578728372479540>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

#### **Objetivos:**

- Relacionar os aspectos inerentes à limpeza ambiental com a prevenção das Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS) em serviços de diálise.
- Apresentar os conceitos básicos de limpeza e desinfecção de ambientes, e a classificação de risco das áreas em serviços de saúde.
- Elucidar os fatores de risco à contaminação ambiental nos serviços de diálise e as estratégias para prevenção das IRAS.

**Resultados esperados:**

Profissionais aptos a desenvolver melhorias nas ações de higienização do ambiente hospitalar, em prol da qualidade e segurança da assistência à saúde.

**Conteúdo programático:**

- Fatores de risco ambiental inerentes à contaminação.
- Conceitos básicos (IRAS, limpeza e desinfecção).
- Classificação de risco das áreas em serviços de saúde.
- Equipamentos de Proteção Individual.
- Estratégias para o monitoramento da limpeza.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies. Brasília: Anvisa, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Saúde. Melhores Práticas para Higiene e Limpeza em Ambiente Hospitalar. São Paulo: [s.n.], 2019.

PORTAL CONASS. Ambiente de Práticas Inovadoras: Manual de Higienização e Limpeza. Página inicial. Disponível em <https://www.conass.org.br/liacc/manual-de-higienizacao-e-limpeza/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

**Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### **3.1.10 Laboratório de Análises Clínicas com Ênfase em Testes Laboratoriais Remotos (TLR)**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Profissionais de nível superior de laboratórios de análises clínicas e de farmácias.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadoras:** Maria Emília Canciano Gombarovits – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5748485560110457> e Natalia Ferreira Barros – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5207578726242470>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Fornecer ou aprofundar conhecimentos do funcionamento destes serviços no quesito técnico e prático para as abordagens do IVISA e funcionamento dos serviços.
- Enfatizar a importância do uso das novas tecnologias com responsabilidades visando a oferecer resultados laboratoriais que permitam um diagnóstico preciso, além de garantir segurança e eficiência no cuidado com o paciente.

**Resultados esperados:**

Profissionais aptos nas boas práticas nos serviços laboratoriais clínicos, na necessidade do uso de todos os cuidados e parâmetros laboratoriais nos serviços prestados que utilizam os TLR em prol da mitigação de riscos sanitários na execução dos serviços de testes laboratoriais remotos.

**Conteúdo programático:**

- Apresentação dos serviços e práticas desenvolvidas com suas complexidades e atribuições.
- A importância de conhecimento e controle no uso da tecnologia e utilização dos parâmetros da qualidade para obtenção de resultados seguros no diagnóstico.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005.

RIO DE JANEIRO. Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. Lei Complementar nº 197 de 27 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto Rio nº 45.585, de 27 dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Subsecretaria de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses. Portaria "N" S/SUBVISA nº 384, de 14 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Subsecretaria de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses. Portaria "N" S/SUBVISA nº 385, de 16 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Subsecretaria de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses. Portaria "N" S/SUBVISA nº 398, de 12 de abril de 2019.

**Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### **3.1.11 Leishmaniose Visceral Canina – LVC: Orientações aos Médicos Veterinários no Rio de Janeiro**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Médicos veterinários da iniciativa privada do município do Rio de Janeiro, assim como os médicos veterinários do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitador:** Marco Antonio Senise – Currículo lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2263256282173937>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância de Zoonoses – CVZ e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE

#### **Objetivos:**

- Discursar sobre a situação epidemiológica da Leishmaniose Visceral Canina no âmbito do município do Rio de Janeiro.
- Orientar o correto preenchimento da notificação dos casos de Leishmaniose Visceral Canina atendidos no município do Rio de Janeiro.
- Apresentar as ações realizadas pelas equipes técnicas do S/IVISA-Rio/CVZ/CCZ nas investigações epidemiológicas dos casos positivos de Leishmaniose Visceral Canina, no município do Rio de Janeiro.

#### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos a aprimorar seus processos de trabalho com possibilidades de aperfeiçoar medidas de controle e prevenção para a Leishmaniose visceral canina.

#### **Conteúdo programático:**

- Introdução.
- Etiologia.
- Transmissão.
- Ciclo de vida do agente etiológico.
- Ações do IVISA-Rio.
- Diagnóstico.
- Notificação.
- Panorama epidemiológico atual da Leishmaniose Visceral Canina.
- Bases Legais.
- Mapeamento dos casos de Leishmaniose Visceral Canina do ano de 2020 aos dias atuais.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº1.426, de 11 de julho de 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério da Saúde. Nota Técnica conjunta nº 001/2016 MAPA/MS. Brasília, DF: 2016.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Saúde. Nota Técnica S/SUBVISA nº 01/2019.

\_\_\_\_\_. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Saúde. Resolução SMS nº 3784, de 21 de agosto de 2018.

**Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

**3.1.12 Licença Sanitária de Atividade Transitória – Evento Legal para Todos**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Organizadores, expositores, fornecedores, legalizadores, contadores, despachantes, representantes de firmas.

**Número de vagas:** 100 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadora:** Mônica Freire Vallim de Mello – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5001134437650591>.

**Organização:** Coordenadoria Geral Executiva – CGEX e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Conscientizar o setor regulado e seus prepostos sobre a obrigatoriedade da Licença Sanitária de Atividade Transitória de Eventos (LSAT Eventos).
- Informar sobre as documentações necessárias à concessão da LSAT Eventos.
- Orientar acerca das etapas e modo de solicitação da LSAT, desde a autuação do requerimento até a concessão.
- Definir Eventos de Interesse Sanitário – EIS, bem como sobre graus de complexidade e risco das atividades submetidas ao Licenciamento de Eventos.

**Conteúdo programático:**

- Obrigatoriedade da Licença LSAT Eventos.
- Documentações necessárias à concessão da LSAT Eventos.
- Etapas e modo de solicitação da LSAT Eventos.
- Definição de Eventos de Interesse Sanitário – EIS e graus de complexidade e risco das atividades.

**Resultados esperados:**

Profissionais com conhecimento de Legislações Sanitárias inerentes à sua área de atuação em Eventos, consciente das diversas gradações de riscos à saúde coletiva que os Eventos envolvem, e multiplicador das informações.

**Bibliografia de apoio:**

RIO DE JANEIRO. DECRETO RIO Nº 45585, DE 27 DEZEMBRO DE 2018 (CÓDIGO SANITÁRIO MUNICIPAL)

\_\_\_\_\_. Lei Complementar Nº 197, DE 27 DEZEMBRO DE 2018.

\_\_\_\_\_. Resolução SEDEC Nº 83, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

**Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### ■ 3.1.13 Manejo de Morcegos Caídos – Orientações para a População

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** População em geral.

**Número de vagas:** 40 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadores:** Douglas Marques de Macedo – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9279578365923087>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância de Zoonoses – CVZ e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.



## **Objetivos:**

Minimizar os riscos do contato e transmissão do vírus da raiva entre morcegos, potenciais veiculadores do vírus, e seres humanos.

## **Resultados esperados:**

Participantes aptos a agir ao encontrarem morcegos caídos vivos ou mortos no ambiente, realizando o acondicionamento para envio ao laboratório de análise.

## **Conteúdo programático:**

- O que é a raiva.
- Transmissão.
- Animais envolvidos.
- Biologia de morcegos.
- Técnicas de isolamento.

## **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Diagnóstico Laboratorial da Raiva. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Nota Técnica nº 19/2012 – CGDT/DEVEP/SVS/MS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 03 mai 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Vigilância, prevenção e controle de zoonoses: Normas técnicas e operacionais. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria nº 782, de 15 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Vigilância em saúde no Brasil 2003|2019: da criação da Secretaria de Vigilância em Saúde aos dias atuais. Boletim Epidemiológico. Brasília, DF: 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Nota Informativa nº 13/2019 – CGDT/DEVIT/SVS/MS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 26 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Brasília, DF: 2021.

## **Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

## **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### 3.1.14 Manipulação de Preparações Magistrais e Oficinas para Uso Humano em Farmácias

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Farmacêuticos atuantes em farmácias com manipulação.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadoras:** Eliane Brito - Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9900989528111679>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos de Interesse à Saúde - CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária - CGIPE.

#### **Objetivos:**

Apresentar os principais pontos técnicos da legislação vigente ( RDC 67/07 - ANVISA) em relação às boas práticas de manipulação de preparações magistrais e oficinais para uso humano em farmácias.

#### **Resultados esperados:**

Profissionais com conhecimento do arcabouço legal e técnico exigido.

#### **Conteúdo programático:**

- Apresentação das modalidades de Licenciamento Sanitário.
- Apresentação dos Documentos legais e técnicos exigidos durante a inspeção.
- Avaliação da estrutura física.
- Equipamentos (manutenção, calibração e verificação).
- Matérias primas e materiais de embalagens.
- Qualificação de fornecedores.
- Aquisição e Recebimento, Armazenamento, Manipulação.
- Controle de qualidade (insumos, água e produto final).
- Monitoramento do processo magistral.
- Rotulagem e Embalagem.
- Conservação e Transporte.
- Garantia da qualidade.
- Auditoria interna.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Farmácias e drogarias. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/sectorregulado/regularizacao/farmacias-e-drogarias>. Acesso em: 19 de janeiro de 2023.

MATO GROSSO DO SUL. Conselho Regional de Farmácia de Mato Grosso do Sul, CRF-MS. Boas Práticas Farmacêuticas em farmácias e drogarias. Mato Grosso do Sul: CRF-MS, 2019.

PARANÁ. Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná, CRM-PR. Anvisa publica documento sobre substâncias anorexígenas. Paraná: CRM-PR, 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul, CRF-RS. Procedimentos farmacotécnicos privativos da farmácia com manipulação. Rio Grande do Sul: CRF-RS, 2020.

SÃO PAULO. Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, CRF-SP. Produtos que podem ser manipulados sem obrigatoriedade de receita médica. São Paulo: CRF-SP, 2016.

\_\_\_\_\_. Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, CRF-SP. Manual Prático de Dispensação. Manual de orientação ao farmacêutico: aspectos legais da dispensação. São Paulo: CRF-SP, 2017.

\_\_\_\_\_. Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, CRF-SP. Intermediação de Fórmulas e captação de receitas. São Paulo: CRF-SP, 2017.

### **Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **3.1.15 Medicamentos de Alta Vigilância em Serviços de Diálise**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Responsáveis técnicos de enfermagem e medicina e gestores dos serviços de diálise.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadoras:** Rebecca Gabriel – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3925919515997594> e Joyce Vasconcellos – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0578728372479540>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Apresentar os conceitos e classes dos medicamentos de Alta Vigilância em uso nos serviços de diálise.
- Abordar as estratégias e recomendações para a prevenção de Erros na prescrição e administração de Medicamentos Potencialmente Perigosos (MPP).

**Resultados esperados:**

Profissionais aptos acerca das classes de MPP em uso nos serviços de diálise, das estratégias para a prevenção de erros na prescrição e administração dos MPP no contexto dos serviços de diálise.

**Conteúdo programático:**

- Contextualização dos eventos adversos relacionados ao uso de MPP em serviços de diálise.
- Abordagem aos conceitos de medicamentos de Alta Vigilância.
- Apresentação das classes de MPP.
- Estratégias de segurança para prescrição e administração de MPP.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.095, de 24 de setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Farmácia, Resolução nº 672, de 18 de setembro de 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto para Práticas Seguras no Uso de Medicamentos. Erros de medicação, riscos e práticas seguras na terapia com insulinas. Belo Horizonte, MG: SMP Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. Instituto para Práticas Seguras no Uso de Medicamentos. Nomes de medicamentos com grafia ou som semelhantes: como evitar os erros? Belo Horizonte, MG: SMP Brasil, 2014.

\_\_\_\_\_. Instituto para Práticas Seguras no Uso de Medicamentos. Medicamentos potencialmente perigosos de uso hospitalar e ambulatorial: Listas atualizadas 2015. Belo Horizonte, MG: SMP Brasil, 2015.

\_\_\_\_\_. Instituto para Práticas Seguras no Uso de Medicamentos. Medicamentos potencialmente perigosos de uso hospitalar – Lista atualizada 2019. Belo Horizonte, MG: SMP Brasil, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, WHO. Collaborating Centre for Patient Safety Solutions. Control of Concentrated Electrolyte Solutions. [S.L.]: Patient Safety Solutions, 2007.

\_\_\_\_\_. Conceptual Framework for the International Classification for Patient Safety. Patient Safety. A World Alliance for Safer Health Patient Safety: Final Technical Report, January 2009. Disponível em: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/70882/WHO\\_IER\\_PSP\\_2010.2\\_eng.pdf](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/70882/WHO_IER_PSP_2010.2_eng.pdf). Acesso em: 19 de janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_. World Alliance for Patient Safety: forward programme 2008 – 2009. 1 st ed. Paris: WHO, 2008.

#### **Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

#### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### **3.1.16 Orientações para Solicitação do Registro de Estabelecimentos de Produção de Origem Animal (REPA) para Adesão ao SIM-RIO/POA**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Responsáveis técnicos, gerentes, responsáveis pelos estabelecimentos com autosserviço ou agroindústrias de pequeno porte.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadoras:** Alana Gonçalves Galhardo – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0257427050943112> e Ana Paula Alexandre Freixo – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3402552861793867>.

**Organização:** Coordenação de Inspeção Agropecuária – CIA e da Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

#### **Objetivos:**

Conhecer e entender o processo de solicitação do registro de estabelecimentos de produção animal (REPA) para obtenção do selo do SIM-RIO/POA.

#### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos a solicitar o registro dos estabelecimentos com autosserviço ou de agroindústrias de pequeno porte para obter o selo do SIM-RIO/POA.

#### **Conteúdo programático:**

- Conceitos:
  - Industrialização;
  - Autosserviço; e

- Produto artesanal.
- Legislação aplicada ao Registro de Estabelecimentos.
- Requisitos Técnicos:
  - Plantas / croqui;
  - Lay-out;
  - Fluxo de Produção;
  - Elaboração do Memorial Técnico Sanitário do Estabelecimento (MTSE); e
  - Plano de gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).
- Fluxograma do processo de registro de estabelecimentos de produto de origem animal:
  - Documentação necessária; e
  - Passo a passo para a solicitação do registro.

#### **Bibliografia de apoio:**

RIO DE JANEIRO. Portaria "N" S/SUBVISA 553 de 08 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_. Portaria "N" S/SUBVISA 558 de 08 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_. Portaria "N" S/SUBVISA 560 de 08 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_. Portaria "N" S/SUBVISA 561 de 08 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_. Portaria "N" S/SUBVISA 568 de 08 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_. Portaria "N" S/IVISA-Rio N° 081, de 07 de maio de 2021.

#### **Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

#### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### **3.1.17 Orientações para Solicitação do Registro e Comunicado de Início de Fracionamento de Produtos no SIM-RIO/POA**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Responsáveis técnicos, gerentes, responsáveis pelos estabelecimentos com autosserviço ou agroindústrias de pequeno porte.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadoras:** Juliana de Castro Beltrão da Costa – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2153373343078872> e Renata Cristina Scarlato – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5102861982116385>.

**Organização:** Coordenação de Inspeção Agropecuária – CIA e da Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

Conhecer e entender o processo de solicitação de Registro e Comunicado de Início de Fabricação de Produtos de Origem Animal no SIM-RIO/POA.

### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos a solicitar o registro e comunicar o início de fracionamento de produtos de origem animal após a obtenção do registro do estabelecimento no SIM-RIO/POA.

### **Conteúdo programático:**

- Legislação aplicada ao Registro de Produtos:
  - Produtos Regulamentados (RTIQ); e
  - Produtos Fracionados.
- Rotulagem:
  - Informações Obrigatórias (legislação federal, estadual e municipal); e
  - Lay-out.
- Fluxograma do processo de registro de produtos de origem animal e de comunicado de início de fracionamento:
  - Documentação necessária; e
  - Passo a passo para a solicitação.

### **Bibliografia de apoio:**

RIO DE JANEIRO. Portaria "N" S/SUBVISA 553 de 08 de junho de 2020

\_\_\_\_\_. Portaria "N" S/SUBVISA 558 de 08 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_. Portaria "N" S/SUBVISA 560 de 08 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_. Portaria "N" S/SUBVISA 561 de 08 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_. Portaria "N" S/SUBVISA 568 de 08 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_. Portaria "N" S/IVISA-Rio Nº 081, de 7 de maio de 2021.

### **Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### **3.1.18 Regulamento Técnico para o Funcionamento de Bancos de Leite Humano**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Profissionais envolvidos com Banco de Leite Humano e com ensino médio completo, no mínimo.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadora:** Mônica Armada – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5210177288245703>.

**Organização:**

Coordenadoria Técnica de Avaliação de Tecnologia em Saúde e Insumos Estratégicos – CTATS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Conhecer os critérios para instalação e funcionamento do Banco de Leite Humano.
- Identificar as atividades, competências e ações na promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno.
- Entender os processos operacionais da doação ao controle de qualidade.

**Resultados esperados:**

Profissionais com conhecimento do arcabouço legal e técnico exigido para o funcionamento do Banco de Leite Humano – BLH.

**Conteúdo programático:**

- Organização de BLH.
- Estrutura física.
- Atividades e competências.
- Processos operacionais.
- Controle de qualidade.
- Avaliação do BLH.
- Notificação de eventos adversos.



**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC Nº 171, de 4 de setembro de 2006.

**Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

**3.1.19 Segurança do Paciente – Conhecendo a Legislação Sanitária**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Responsáveis e componentes dos núcleos de segurança do paciente – NSP de hospitais públicos e privados e clínicas de Terapia Renal Substitutiva.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadores:** Angelo Saboia Borsatto – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6176334064684925>; Joyce Vasconcellos – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0578728372479540> e Rebecca Gabriel – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3925919515997594>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Fornecer conhecimentos acerca das legislações sanitárias que norteiam a segurança do paciente no Brasil, normas e protocolos, que visam garantir a qualidade dos serviços de saúde;
- Apresentar a relevância da cultura de segurança do paciente.
- Apresentar as atribuições do NSP nos estabelecimentos de saúde
- Auxiliar na elaboração dos planos de segurança do paciente – PSP nos estabelecimentos de saúde.

**Resultados esperados:**

Profissionais aptos a conhecer as legislações sanitárias que norteiam as ações de segurança do paciente no Brasil, obtendo conhecimentos básicos acerca das questões relacionadas à segurança do paciente e mitigação de riscos sanitários nos estabelecimentos de saúde.

### **Conteúdo programático:**

- Histórico da Segurança do Paciente no mundo e no Brasil.
- Definições e principais metas.
- Principais legislações que determinam as ações de segurança do paciente no Brasil.
- Atribuições do NSP e cadastro no NOTIVISA.
- Pontos principais para elaboração do plano de segurança do paciente em estabelecimentos de saúde.
- Notificação de eventos adversos no NOTIVISA.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gerência de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde. Gerência Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde. Implantação do Núcleo de Segurança do Paciente e Serviços de Saúde. Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. Brasília, DF: ANVISA, 2016.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gerência de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde. Gerência Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde. Plano Integrado para a Gestão Sanitária da Segurança do Paciente em Serviços de Saúde 2021–2025. Brasília, DF: ANVISA, 2021.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº36, de 25 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Documento de Referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

PROQUALIS. Centro Colaborador para a Qualidade do Cuidado e Segurança do Paciente. Disponível em: [https://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/Cie%CC%82ncia%20da%20Melhoria\\_webinar\\_proqualis\\_0.pdf](https://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/Cie%CC%82ncia%20da%20Melhoria_webinar_proqualis_0.pdf). Acesso em: 22 de janeiro de 2023.

REIS, C.T. Cultura de segurança em organizações de saúde, in: SOUSA, P. (org.) Segurança do paciente: criando organizações de saúde seguras. Rio de Janeiro, RJ: CDEAD, ENSP, Fiocruz, 2019.

### **Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### 3.1.20 Transporte Seguro de Alimentos em Mercados e Supermercados

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Pessoas que exercem atividades em mercados e supermercados e pessoas que transportam e comercializam alimentos para mercados e supermercados.

**Número de vagas:** 60 vaga.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadoras:** Ana Luísa Perrone Poerner – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9930625379574331> e Volerita Fernandes Tavares de Oliveira – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1633192653663837>.

**Organização:** Coordenação de Inspeção Agropecuária – CIA e da Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

#### **Objetivos:**

Conhecer e entender como o transporte pode interferir na qualidade dos alimentos comercializados nos estabelecimentos e consumidos pela população.

#### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos nas normas sanitárias referentes ao transporte e recebimento de alimentos, de modo a preservar a segurança dos mesmos e garantir a saúde do consumidor.

#### **Conteúdo programático:**

- Introdução.
- Categorias de Alimentos a serem transportados:
  - Hortifrutigranjeiros;
  - Alimentos refrigerados;
  - Alimentos congelados;
  - Alimentos não perecíveis;
  - Refeições prontas para o consumo; e
  - Bebidas.
- Tipos de Transporte:
  - Abertos com proteção;
  - Fechados à temperatura ambiente; e
  - Isotérmicos refrigerados/congelados.
- Boas práticas gerais:
  - Conservação do veículo;
  - Higienização do veículo;

- Controle integrado de pragas;
  - Licenciamento do veículo; e
  - Funcionários (hábitos, higiene e saúde).
- Principais problemas verificados no transporte dos alimentos.
  - Importância do transporte na segurança dos alimentos.

#### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Cartilha de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília, DF: Editora MS, 2004.

RIO DE JANEIRO. Resolução SMG "N" Nº 604 de 11 de setembro de 2002.

\_\_\_\_\_. IVISA-Rio. Portaria nº002-N, de 11 de novembro de 2020.

#### **Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

#### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### **3.1.21 Uso Racional de Antimicrobianos em Serviços de Diálise**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Responsáveis técnicos de enfermagem e medicina e gestores dos serviços de diálise.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadoras:** Rebecca Gabriel – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3925919515997594> e Joyce Vasconcellos – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0578728372479540>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

#### **Objetivos:**

- Contextualizar a problemática da Resistência Microbiana (RM) no cenário mundial e os fatores de risco inerentes aos serviços de diálise;

- Apresentar os microrganismos de importância epidemiológica mundial, com ênfase nos de prevalência em serviços de diálise;
- Abordar os fatores que favorecem o desenvolvimento da RM, as medidas de prevenção, vigilância e monitoramento dos microrganismos multirresistentes (MDR);
- Apresentar as estratégias voltadas ao uso de antimicrobianos em serviços de diálise (Antibiotic Stewardship in Hemodialysis).

### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos a receber a fiscalização, conhecendo o arcabouço legal e técnico exigido.

### **Conteúdo programático:**

- Panorama mundial da RM.
- Microrganismos de importância epidemiológica.
- Fatores de risco à RM em serviços de diálise.
- Fatores de contribuintes ao desenvolvimento da RM.
- Medidas de prevenção, vigilância e monitoramento dos MDR.
- Estratégias para o uso racional de antimicrobianos.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Diretrizes Clínicas para o Cuidado ao Paciente com Doença Renal Crônica – DRC no Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gerência de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde. Gerência Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde. Diretriz Nacional para Elaboração de Programa de Gerenciamento do Uso de Antimicrobianos em Serviços de Saúde. Brasília, DF: ANVISA, 2017.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gerência de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde. Gerência Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde. Prevenção de infecções por microrganismos multirresistentes em serviços de saúde. Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. Brasília, DF: ANVISA, 2021.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gerência de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde. Gerência Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde. Nota Técnica GVIMS/GGTES/DIRE3/ANVISA nº 04, de 02 de janeiro de 2023.

### **Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## ■ 3.2 PALESTRAS INTERNAS

As palestras internas, como estratégia de formação em serviço dos servidores do IVISA-Rio, pretendem apresentar, de forma objetiva, um conteúdo específico capaz de contribuir para o aprimoramento profissional.

Ao longo dos anos de 2023/2024, serão realizadas 10 palestras sendo 6 na modalidade presencial e 4 na modalidade on-line, com duração de 2 horas, facilitadas por técnicos do próprio IVISA-Rio, detalhadas a seguir:

### ■ 3.2.1 Biossegurança e Boas Práticas Laboratoriais

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Profissionais do Laboratório Municipal de Saúde Pública – LASP do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 30 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

Facilitadoras: Kátia de Paula Alves – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4207206509376762> e Elid Fernandes da Costa Lima Chaves – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6906290178110411>.

**Organização:** Coordenação de Fiscalização em Vigilância Sanitária, Laboratório Municipal de Saúde Pública – LASP e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

#### **Objetivos:**

- Compreender as regras básicas de Biossegurança, incluindo identificação de riscos biológicos, químicos, físicos, ergonômicos e acidentes.
- Identificar Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo.
- Conhecer as diretrizes do Plano de Gerenciamento de Resíduos.
- Compreender o plano de emergência laboratorial.

#### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos a executar regras básicas de biossegurança nas ações cotidianas.

#### **Conteúdo programático:**

- Regras básicas em biossegurança;
- Avaliação de riscos biológicos, químicos, físicos, ergonômicos e de acidentes;
- Sinalização de risco;

- Níveis de biossegurança;
- Equipamento de Proteção Individual;
- Equipamento de Proteção Coletiva;
- Gerenciamento de Resíduos;
- Introdução ao Plano de Emergência Laboratorial.

#### **Bibliografia de apoio:**

ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Biossegurança. Revista de Saúde Pública. São Paulo: ANVISA, 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho. Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 306, de 07 de dezembro de 2004.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 222, de 28 de agosto de 2018.

#### **Declaração de participação:**

Farão jus à certificação de conclusão do curso todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecida durante a realização da capacitação.

#### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### **3.2.2 Biossegurança em Laboratório Clínico**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Auditores Fiscais Sanitários do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadora:** Maria Emília Canciano Gombarovits – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5748485560110457>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Fornecer conhecimentos de biossegurança.
- Compreender os cuidados com relação aos riscos aos quais os trabalhadores são expostos em sua função e ambiente de trabalho.
- Orientar quanto às medidas e normas sobre a segurança de agentes biológicos, riscos físicos e químicos presentes nos serviços de saúde.
- Reconhecer os riscos no uso inapropriado de produtos que podem causar danos à saúde.

### **Resultados esperados:**

Profissionais com conhecimento e compreensão das legislações que determinam as boas práticas no serviços e mitigação de risco.

### **Conteúdo programático:**

- Principais definições de biossegurança em relação aos agentes biológicos, riscos físicos e químicos nos serviços auditados pelo IVISA-Rio.
- Natureza dos produtos utilizados em serviços de saúde.
- Identificação dos rótulos em relação às autorizações e registros na ANVISA.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Presidência da República. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Previdência. Norma Regulamentadora – NR 32.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Diretrizes gerais para o trabalho em contenção com agentes biológicos. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. Resolução Normativa nº 16, de 15 de janeiro de 2018 – CTNBio. Brasília, DF: MCTI, 2018.

RIO DE JANEIRO. Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. Lei Complementar nº 197, de 27 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. Decreto Rio nº 45.585, de 27 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Subsecretaria de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses. Portaria "N" S/SUBVISA nº 384 de 14 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Subsecretaria de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses. Portaria "N" S/SUBVISA nº 385, de 16 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Subsecretaria de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses. Portaria "N" S/SUBVISA nº 398, de 12 de abril de 2019.



**Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### **3.2.3 Capacitação Sobre a Raiva para os Servidores do Setor de Avaliação de Cães e Gatos com Suspeita de Raiva – Protocolo de Ação**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Profissionais administrativos do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 5 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadora:** Juliana Roberts Oaskis – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8790727819700717>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância de Zoonoses – CVZ e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

Padronizar formas de atendimento, orientações ao contribuinte, atribuições do S/IVISA-Rio/CCZ em caso de cães e gatos com suspeita de raiva.

**Resultados esperados:**

Participantes capazes de compreender informações gerais sobre o vírus da raiva, sinais e sintomas clínicos que os animais apresentam, informações necessárias de serem repassadas aos contribuintes, atribuições da Unidade quanto ao atendimento, protocolo de abordagem em casos de animais em contato com morcegos.

**Conteúdo programático:**

- Saúde Única.
- Aspectos gerais sobre o vírus da raiva.
- Transmissão.
- Período de incubação e transmissibilidade.
- Animais envolvidos.
- Sinais e sintomas clínicos.

- Diagnóstico laboratorial.
- Epidemiologia da raiva no Brasil e Rio de Janeiro.
- Monitoramento da raiva no município do Rio de Janeiro.
- Diante de um cão ou gato com suspeita de raiva: o que fazer?
- Casos clínicos e abordagens.
- Vigilância e prevenção.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Diagnóstico Laboratorial da Raiva. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Nota Técnica nº 19/2012 – CGDT/DEVEP/SVS/MS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 03 mai 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Vigilância, prevenção e controle de zoonoses: Normas técnicas e operacionais. Brasília, DF: 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria nº 782, de 15 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Vigilância em saúde no Brasil 2003|2019: da criação da Secretaria de Vigilância em Saúde aos dias atuais. Boletim Epidemiológico. Brasília, DF: 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Nota Informativa nº 13/2019 – CGDT/DEVIT/SVS/MS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 26 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Brasília, DF: 2021.

### **Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **3.2.4 Controle de Vetores e Pragas Urbanas: Funcionamento e Documentos**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Auditores Fiscais Sanitários do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadora:** Maria Emília Canciano Gombarovits – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5748485560110457> e Natalia Ferreira Barros – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5207578726242470>.

**Organização:**

Coordenação de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

- Fornecer ou aprofundar conhecimentos do funcionamento dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas no quesito técnico e prático para as abordagens do IVISA e funcionamento dos serviços.
- Enfatizar riscos de uso inapropriados de produtos desinfestantes e informações dos centros de notificação toxicológicos.
- Apresentar as atualizações das legislações.

**Resultados esperados:**

Profissionais conhecedores das legislações sanitárias que regem e determinam as boas práticas nos serviços, mitigando riscos sanitários na execução das atividades destes serviços e diminuindo o quantitativo de não conformidades relacionadas às atividades desenvolvidas.

**Conteúdo programático:**

- Apresentação dos serviços e práticas desenvolvidas com suas complexidades e atribuições.
- Natureza dos produtos utilizados e mecanismos de ação.
- Riscos para os manipuladores e ambientes coletivos nos quais são aplicados. Sintomas de intoxicação e serviços que devem ser procurados nestes casos.

**Bibliografia de apoio:**

RIO DE JANEIRO. Lei Estadual 7806, de dezembro de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei 6360/76, de 23 de setembro de 1976.

BRASIL. Decreto Nº 79.094, de 5 de janeiro de 1977

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 622, de 9 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 390, de 26 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004.

**Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## **3.2.5 Desmistificando o SISVISA**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Auditores Fiscais Sanitários e Agentes de Inspeção Sanitária do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 30 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadores:** Lilian Kao Yien – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0509951695512582>; Marcelo Gonçalves Pereira de Mello – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2150806727099055> e Simone Machado de Siqueira – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9046383055088762>.

**Organização:** Coordenação de Fiscalização em Vigilância Sanitária – CFS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

- Sensibilizar o público-alvo quanto à importância do registro das inspeções sanitárias no Sistema de Informação da Vigilância Sanitária (SISVISA).
- Atualizar os profissionais quanto às rotinas de lavratura e registro de termos oriundos da ação fiscalizatória.

### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos a realizar o registro correto das ordens de serviço no SISVISA, diminuindo, dessa forma, os possíveis erros e não-conformidades que podem ser inseridas no sistema.

### **Conteúdo programático:**

- Execução do registro das Ordens de Serviço.
- Importância da atualização de dados dos estabelecimentos.
- Lançamento dos termos no SISVISA.
- Rotinas para os termos de intimação.
- Rotinas para os editais de interdição.
- Realização de despachos finais.
- Situações especiais.

**Bibliografia de apoio:**

RIO DE JANEIRO. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Decreto-Rio nº 45585, de 27 de Dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Lei complementar nº 197, de 27 de dezembro de 2018..

\_\_\_\_\_. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Portaria "N" S/SUBVISA nº 385, de 16 de Janeiro de 2019.

**Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### ■ 3.2.6 Dicas para uma Comunicação Eficaz

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Profissionais técnicos e administrativos do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 25 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadora:** Ana Patrícia Albuquerque da Conceição. Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3252951042961441>.

**Organização:** Coordenação de Administração – CAD e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

Desenvolver habilidades para uma comunicação eficaz no cotidiano da organização institucional, minimizando os ruídos existentes nesse processo.

**Resultados esperados:**

Participantes aptos a desenvolver processos de trabalhos alinhados para comunicação interna mais eficaz e melhoria no atendimento e comunicação com o público.

**Conteúdo programático:**

- O que é comunicação? – A diferença entre informar e comunicar.

- Tipos de comunicação – comunicação verbal e não verbal.
- Principais canais da comunicação.
- Principais barreiras à comunicação.
- Benefícios da comunicação eficaz.

#### **Bibliografia de apoio:**

KOCH, Ingedore Villaça. A inter-ação pela linguagem. São Paulo: Contexto, 1998.

VALENTE, André. A linguagem nossa de cada dia. Petrópolis: Vozes, 1998.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. Cultura da Conexão. São Paulo: Aleph, 2014.

#### **Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

#### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### **3.2.7 Laboratório de Análises Clínicas com Ênfase em Testes Laboratoriais Remotos (TLR)**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Auditores Fiscais Sanitários do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadora:** Maria Emília Canciano Gombarovits – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5748485560110457> e Natalia Ferreira Barros – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5207578726242470>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância Sanitária de Serviços e Produtos de Interesse à Saúde – CVS e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária - CGIPE.

#### **Objetivos:**

- Fornecer ou aprofundar conhecimentos do funcionamento destes serviços no quesito técnico e prático para as abordagens do IVISA e funcionamento dos serviços;
- Enfatizar a importância do uso das novas tecnologias com responsabilidades visando a oferecer resultados laboratoriais que permitam um diagnóstico preciso, além de garantir segurança e eficiência no cuidado com o paciente.

**Resultados esperados:**

Profissionais aptos das boas práticas em serviços laboratoriais e identificação dos riscos sanitários na execução de exames e nos diagnósticos.

**Conteúdo programático:**

- Apresentação dos serviços e práticas desenvolvidas com suas complexidades e atribuições.
- A importância de conhecimento e controle no uso da tecnologia e utilização dos parâmetros da qualidade para obtenção de resultados seguros no diagnóstico.

**Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005.

RIO DE JANEIRO. Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. Lei Complementar nº 197 de 27 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. Decreto Rio nº 45.585, de 27 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Subsecretaria de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses. Portaria "N" S/SUBVISA nº 384, de 14 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Subsecretaria de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses. Portaria "N" S/SUBVISA nº 385, de 16 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Subsecretaria de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses. Portaria "N" S/SUBVISA nº 398, de 12 de abril de 2019.

**Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### **3.2.8 O papel do Educador Sanitário na Consolidação dos Princípios do Sistema Único de Saúde – SUS**

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Profissionais administrativos do IVISA-Rio.

**Número de vagas:** 30 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadoras:** Andréa Mendonça Dantas de Matos – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4958321762945863>; Patrícia Maria de Sousa Rocca – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0345539351722342>.

**Organização:** Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

### **Objetivos:**

- Identificar a vigilância sanitária como parte indissociável do SUS.
- Compreender a importância da prática de educação sanitária nas atividades de inspeção sanitária.
- Identificar o conhecimento como elemento fundamental de proteção à saúde.
- Reconhecer a necessidade de formular um modelo educativo de vigilância sanitária.

### **Resultados esperados:**

Participantes compreendendo a importância da atuação dos Auditores Fiscais Sanitários como educadores sanitários, estruturando suas ações em um modelo educativo e orientador do setor regulado e da população na identificação, prevenção e mitigação de riscos e danos à saúde.

### **Conteúdo programático:**

- Educação Sanitária na atuação do Auditor Fiscal Sanitário.
- Conhecimento como elemento fundamental de proteção à saúde e os novos rumos da educação sanitária.

### **Bibliografia de apoio:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Educação em Vigilância Sanitária: textos e contextos: caderno 2. Brasília, DF: Editora MS, 2021.

RIO DE JANEIRO. Lei municipal No 6.787/2020.

\_\_\_\_\_. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Decreto-RIO No 45.585 de 27 de dezembro de 2020.

### **Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da palestra.



### ■ 3.2.9 Treinamentos de Acidentes com Produtos Químicos

**Modalidade:** Presencial.

**Público-alvo:** Profissionais do Laboratório Municipal de Saúde Pública – LASP.

**Número de vagas:** 40 vagas.

**Carga horária:** 3 horas.

**Facilitadora:** Cristiane Gimenes de Souza – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4630729226018844>.

**Organização:** Coordenação de Fiscalização em Vigilância Sanitária, Laboratório de Saúde Pública – LASP e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

#### **Objetivos:**

- Compreender as regras básicas de segurança para a manipulação de produtos químicos.
- Identificar Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva utilizados na manipulação de produtos químicos.
- Reconhecer potenciais riscos de acidentes com produtos químicos.
- Compreender os procedimentos de contenção de um acidente com produtos químicos.

#### **Resultados esperados:**

Profissionais aptos na execução das regras básicas de segurança para a manipulação de produtos químicos, avaliação de riscos e contenção de acidentes.

#### **Conteúdo programático:**

- Substâncias químicas tóxicas.
- Laboratório seguro – organização física.
- Equipamentos de proteção individual e boas práticas.
- Armazenagem de produtos químicos.
- Fichas de segurança química, incêndio e entidades que atuam na segurança de laboratório.

#### **Bibliografia de apoio:**

AMERICAN INSTITUTE OF CHEMICAL ENGINEERS (AIChE). Guidelines for chemical process quantitative risk analysis. . New York, US: AICHE/CCPS, 2000.

#### **Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

**Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

### **3.2.10 Vigilância Epidemiológica da Esporotricose – Atualizações e Perspectivas**

**Modalidade:** On-line.

**Público-alvo:** Médicos veterinários da CVZ – CCZ e CJV, incluindo contratados e residentes.

**Número de vagas:** 60 vagas.

**Carga horária:** 2 horas.

**Facilitadora:** Bárbara Maria Padão Montes do Amaral – Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1079405731425653>.

**Organização:** Coordenação de Vigilância de Zoonoses – CVZ e Coordenadoria Geral de Inovação, Projetos, Pesquisa e Educação Sanitária – CGIPE.

**Objetivos:**

Descrever a situação epidemiológica da esporotricose no município do Rio de Janeiro, os fatores determinantes da ocorrência da doença e medidas de vigilância e controle implantadas.

**Resultados esperados:**

Profissionais aptos a aprimorar seus processos de trabalho, com possibilidades de aperfeiçoar medidas de controle e prevenção para a esporotricose animal.

**Conteúdo programático:**

- Introdução.
- Contexto atual.
- A esporotricose no MRJ – 2010 a 2022.
- Ações implantadas.
- Pontos críticos.
- Desafios.

**Bibliografia de apoio:**

BARROS, M. B. L. et al. Esporotricose: a evolução e os desafios de uma epidemia. [S.L.]: Revista Panamericana de Salud Publica, 2010.

BARROS, M. B. L. et al. Sporotrichosis: an emergent zoonosis in Rio de Janeiro. [S.L.]: Epidemiology. Memorial do Instituto Oswaldo Cruz, 2001.

CRUZ, L. C. H. Complexo *Sporothrix schenckii*. Revisão de parte da literatura e considerações sobre o diagnóstico e a epidemiologia. Disponível em: [https://www.bvs-vet.org.br/vetindex/periodicos/veterinaria-e-zootecnia/20-\(2013\)/complexo-sporothrix-schenckii-revisao-de-parte-da-literatura-e-conside/](https://www.bvs-vet.org.br/vetindex/periodicos/veterinaria-e-zootecnia/20-(2013)/complexo-sporothrix-schenckii-revisao-de-parte-da-literatura-e-conside/). Acesso em: 12 jan. 2023.

FREITAS, Dayvison Francis Saraiva. Avaliação de fatores epidemiológicos, micológicos, clínicos e terapêuticos associados à esporotricose. 2014. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, 2014.

MACÊDO-SALES, P. A. et al. Domestic feline contribution in the transmission of *Sporothrix* in Rio de Janeiro State, Brazil: a comparison between infected and non-infected populations. [S.L.]: BMC Veterinary Research, 2018.

PEREIRA, S. A. et al. The epidemiological scenario of feline sporotrichosis in Rio de Janeiro, State of Rio de Janeiro, Brazil. Rio de Janeiro: Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, 2014.

SILVA, M. B. T. et al. Esporotricose urbana: uma epidemia negligenciada no Rio de Janeiro, Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

#### **Declaração de participação:**

Farão jus à declaração todos os participantes inscritos e que preencherem a lista de presença fornecido durante a realização da capacitação.

#### **Avaliação de satisfação:**

Os participantes deverão preencher um formulário padronizado de avaliação de satisfação disponibilizado ao final da capacitação.

## 4. CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

---

### 4.1 Programa de Residência Multiprofissional em Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde - S/IVISA-RIO

**Modalidade:** Ensino de pós-graduação *lato sensu* sob a forma de curso de especialização, caracterizado por ensino em serviço.

**Público-alvo:** Enfermeiros, Farmacêuticos e Nutricionistas, brasileiro ou estrangeiro com visto permanente no país, graduado por Instituição de Ensino Superior oficializada e reconhecida pelo Ministério da Educação, registrado no Conselho Profissional respectivo da formação e com disponibilidade para cumprir carga horária semanal de 60 horas, em regime de dedicação exclusiva, não podendo estar cursando programa de pós-graduação *Lato Sensu* ou *Stricto Sensu* (Lei Federal nº 11.129 de 30 de junho de 2005 e Resolução CNRMS nº 2 de 13 de abril de 2012).

**Carga horária:** A carga horária total do Programa de Residência Multiprofissional em Vigilância Sanitária é de 5.760 (cinco mil, setecentos e sessenta) horas, distribuídas em 24 (vinte e quatro) meses, sendo 60 (sessenta) horas semanais.

**Facilitadores:** As atividades educacionais teóricas são ministradas pelo corpo docente e tutores do IVISA-Rio e as atividades educacionais práticas são supervisionadas pelo corpo de preceptores do IVISA-Rio.

**Organização:** S/IVISA-RIO/CGIPE – Coordenação do Programa de Residência Multiprofissional em Vigilância Sanitária do S/IVISA-RIO.

#### Objetivos:

O Programa de Residência Multiprofissional em Vigilância Sanitária integra a política de formação e educação permanente do Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária – IVISA-Rio, da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e tem como objetivos:

- Promover o aperfeiçoamento do desempenho profissional através do acesso a novos conhecimentos teóricos e as práticas de vigilância sanitária, sob supervisão;
- Formar profissionais de excelência para atuarem no Sistema Único de Saúde, de forma interdisciplinar e multiprofissional;
- Desenvolver grupos de estudo e de pesquisa, que fomentem a produção de projetos de pesquisa e de intervenção capazes de contribuir para a educação permanente e qualificação das ações do S/IVISA-Rio; e
- Favorecer a inserção qualificada de profissionais da saúde no mercado de trabalho, com uma visão ampliada de saúde, sustentada nos princípios e diretrizes do SUS e com competência para atuar no gerenciamento e controle de riscos sanitários.

## **Resultados esperados:**

- A formação de recursos humanos qualificados, capazes de atuarem no gerenciamento de riscos e sistema de gestão da qualidade em serviços, ambientes e produtos, desenvolvendo competências para contribuir na segurança do paciente, prevenção de danos e agravos à saúde da população e profissionais.
- O fortalecimento do trabalho interdisciplinar, fomentando a transversalidade, com sustentação nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.
- Produzir e difundir conhecimentos técnicos e científicos para o campo de atuação da Vigilância Sanitária.

## **Conteúdo programático:**

### **• POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS**

1. Sistema Único de Saúde 2. Princípios, diretrizes e organização 3. Modelos de atenção à saúde 4. Redes de Atenção em Saúde 5. Políticas de Saúde e Programas Nacionais de Saúde.

### **• VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

1. Vigilância em saúde no Brasil 2. As Vigilâncias do campo da saúde: Epidemiológica, ambiental, sanitária e do trabalhador 3. O território nas ações de vigilância em saúde 4. Determinantes Sociais da Saúde 5. O conceito de risco e sua operacionalização pelas vigilâncias 6. A promoção da saúde: intersetorialidade 6. Emergências em saúde pública 7. Sistemas de Informação em Saúde

### **• VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

1. Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. 2. Vigilância Sanitária: marcos históricos, conceituais, metodologia de trabalho e formas de intervenção no território. 3. Fundamentos e Diretrizes das Ações de Vigilância Sanitária. 4. Código de Vigilância Sanitária do Município. 4.1. Atividades de Interesse da Vigilância Sanitária. 4.2. Medidas de Transparência nas Ações Fiscais. 4.3. Taxa de Licenciamento Sanitário. 5. Regulamento Administrativo do Código. 5.1. Licenciamento Sanitário. 5.2. Procedimentos Fiscalizatórios. 6. Epidemiologia e Avaliação da Qualidade em Vigilância Sanitária. 7. Noções de Risco e Prevenção. 8. Normas básicas e o controle de alimentos no Brasil. 8.1. Controle higiênico-sanitário de estabelecimentos produtores e/ou que comercializam alimentos. 8.2. Doenças veiculadas por alimentos e água. 9. Competências sobre os serviços e produtos de interesse para a saúde.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA CATEGORIA PROFISSIONAL**

### **• ENFERMEIRO**

1. Medidas de prevenção das Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde com foco nas ações de educação e treinamento da equipe e vigilância dos processos. 2. Boas práticas para o processamento de produtos para a saúde, definições, processos de desinfecção química e esterilização, monitoramento de validação dos processos. 3. Ações para Segurança do Paciente nos serviços de saúde, conceitos gerais, Núcleo de Segurança do Paciente e Plano de Segurança do Paciente, Vigilância, monitoramento e notificação de eventos adversos. 4. Boas Práticas de Funcionamento para os serviços de saúde, definições, Prontuário do paciente,

Proteção à saúde do trabalhador, Gestão de tecnologias em saúde. 5. Noções e processos gerais de limpeza e desinfecção de superfícies, fatores que favorecem a contaminação, classificação de áreas dos serviços de saúde, medidas de biossegurança. 6. Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, conceitos, Plano de gerenciamento de Resíduos, classificação e identificação dos resíduos de saúde. 7. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, princípios fundamentais, Direitos e Deveres, Infrações e Penalidades.

#### • FARMACÊUTICO

1. Legislação farmacêutica. 2. Boas Práticas de Manipulação e controle de qualidade em Farmácia. 3. Boas Práticas Farmacêuticas: controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias. 4. Exercício e fiscalização das atividades farmacêuticas. 5. Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. 6. Código de Ética Farmacêutica.

#### • NUTRICIONISTA

1. Normas, Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição no Brasil. 2. Educação alimentar e nutricional. 3. Microbiologia e legislação de alimentos. 4. Serviços de Alimentação e Nutrição, gestão, organização e funcionamento. 5. Rotulagem nutricional. 6. Controle higiênico sanitário do ambiente, do alimento e do manipulador. 7. Doenças transmitidas pelos alimentos, investigação de surtos. 8. Terapia de Nutrição Enteral.

#### Bibliografia de apoio:

##### • POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Artigos 196 a 200. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) (acesso em 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Brasília: MS, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm) (acesso em 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: MS, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm) (acesso em 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília: MS, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm) (acesso em 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. PORTARIA Nº 2.446, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília: MS, 2014. Disponível em [https://bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446\\_11\\_11\\_2014.html](https://bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html).

\_\_\_\_\_. PORTARIA Nº 4.279, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279\\_30\\_12\\_2010.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html).

\_\_\_\_\_. Portaria de Consolidação nº 01 de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001\\_03\\_10\\_2017.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001_03_10_2017.html) (acesso em: 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. Portaria de Consolidação nº 02 de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002\\_03\\_10\\_2017.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html) (acesso em 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. Portaria de Consolidação nº 03 de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003\\_03\\_10\\_2017.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html) (acesso em: 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. Portaria de Consolidação nº 05 de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0005\\_03\\_10\\_2017.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0005_03_10_2017.html) (acesso em 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/LEIS/LCP/Lcp141.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/LCP/Lcp141.htm) (acesso em: 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/financiamento/portarias/prt\\_2979\\_12\\_11\\_2019.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/financiamento/portarias/prt_2979_12_11_2019.pdf) (acesso em: 28/09/2021).

## • VIGILÂNCIA EM SAÚDE

BRASIL. Resolução nº 588, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde. Política Nacional de Vigilância em Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso588.pdf>.

CARMO, Eduardo Hage; PENNA, Gerson; OLIVEIRA, Wanderson Kleber de. Emergências de saúde pública: conceito, caracterização, preparação e resposta. Estudos avançados, v. 22, p. 19-32, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/TdDMvxctcgRt8PGL5WNSjZ-8d/?lang=pt&format=pdf>.

DE SETA, Marismary Horsth; PEPE, Vera Lúcia Edais; ODWYER, Gisele. gestão e Vigilância Sanitária: modos atuais do pensar e fazer. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006



GARCIA, Márcia; PEPE, Vera Lucia Edais; ANDRADE, Célia Regina de; PONTES JÚNIOR, Durval Martins. Vigilância em saúde. Rio de Janeiro: Escola de Governo Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, FIOCRUZ, 2004

GRABOIS, Victor; MENDES, Walter V.; GONDIM, R. Qualificação de Gestores do SUS. 2ª ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

MEDRONHO, Roberto A. Epidemiologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2003

## • VIGILÂNCIA SANITÁRIA

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9782.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9782.htm).

\_\_\_\_\_. Resolução Nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Disponível em [https://www.bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216\\_15\\_09\\_2004.html](https://www.bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216_15_09_2004.html).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual integrado de vigilância, prevenção e controle de doenças transmitidas por alimentos/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_integrado\\_vigilancia\\_doencas\\_alimentos.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_integrado_vigilancia_doencas_alimentos.pdf)

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC Nº 331, de 23 de dezembro de 2019. Dispõe sobre os padrões microbiológicos de alimentos e sua aplicação. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-331-de23-de-dezembro-de-2019-235332272>.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa Nº 60, de 23 de dezembro de 2019. Estabelece as listas de padrões microbiológicos para alimentos. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-60-de-23-de-dezembro-de-2019-235332356>.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021. Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-888-de-4-de-maio-de-2021-318461562>.

\_\_\_\_\_. Agência nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 727, de 1º de julho de 2022- Dispõe sobre a rotulagem dos alimentos embalados. Brasília: ANVISA, MS, 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-727-de-1-de-julho-de-2022-413249279>.

GONDIM, GMM. Do Conceito de Risco ao da Precaução: entre determinismos e incertezas entre determinismos e incertezas. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/39207/2/O%20territ%C3%B3rio%20e%20o%20processo%20sa%C3%Bade-doen%C3%A7a%20-%20Do%20Conceito%20de%20Risco%20ao%20da%20Precau%C3%A7%C3%A3o.pdf>.



BRASIL. Ministério da Saúde. Agência nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Regulamenta o Planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos para estabelecimentos de saúde. Brasília: ANVISA, MS, 2002

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Lei 1662/91 | Lei nº 1662 de 23 de janeiro de 1991- Torna obrigatória que empregados e titulares de estabelecimentos que lidem diretamente com gêneros alimentícios frequentem o curso de noções de higiene a ser administrado pela Secretaria Municipal de Saúde. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5125403/4221804/Lei1662de23dejaneirode1991.pdf>.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Saúde. Lei complementar nº 197, de 27 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Código de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária do Município do Rio de Janeiro e acrescenta dispositivos ao Título V do Livro Primeiro da Lei nº 691, de 24 de dezembro de 1984 – Código Tributário Municipal. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5118607/4227862/LeiComplementar19718CodigodeVigilanciaSanitaria.pdf>.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Saúde. Decreto-Rio nº 45.585, de 27 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o regulamento administrativo do Código de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária, de que trata a Lei Complementar nº 197, de 27 de dezembro de 2018, no tocante ao licenciamento sanitário e aos procedimentos fiscalizatórios, e dá outras providências. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/10308893/4263216/DecretoRio455852018CONSOLIDADO06122019.pdf>.

SETA, MH; OLIVEIRA, CVS; PEPE, VLE. Proteção à saúde no Brasil: o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Ciênc. saúde colet. 2017, 22(10). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4YsWrRkhDc9vBb959FtxbPd/?lang=pt#:~:text=A%20regula%C3%A7%C3%A3o%20pela%20Vigil%C3%A2ncia%20Sanit%C3%A1ria,no%20mercado%20da%20sa%C3%BAde%2021>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente / Ministério da Saúde/ Fundação Oswaldo Cruz/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento\\_referencia\\_programa\\_nacional\\_seguranca.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf) (acesso em: 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária Assistência Segura: Uma Reflexão Teórica Aplicada à Prática Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosde-saude/publicacoes/publicacoes/caderno-1-assistenciasegura-uma-reflexao-teorica-aplicada-a-pratica.pdf/view> (acesso em: 28/09/2021).

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA CATEGORIA PROFISSIONAL**

### **• ENFERMEIRO**

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde, Brasília: Anvisa, 2017. <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/caderno-4-medidas-de-prevencao-de-infeccao-relacionada-a-assistencia-a-saude.pdf/view>.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 15, de 13 de março de 2012. Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências. [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2012/rdc0015\\_15\\_03\\_2012.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2012/rdc0015_15_03_2012.html).

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036\\_25\\_07\\_2013.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.pdf).

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011. Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde. [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2011/rdc0063\\_25\\_11\\_2011.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2011/rdc0063_25_11_2011.html).

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies / Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2012. [https://www.pncq.org.br/uploads/2018/Manual\\_Limpeza\\_e\\_Desinfeccao\\_2012\\_\(1\).pdf](https://www.pncq.org.br/uploads/2018/Manual_Limpeza_e_Desinfeccao_2012_(1).pdf).

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222\\_28\\_03\\_2018.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf).

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Resolução nº 564 de 2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Cofen, 2017. [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017\\_59145.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html).

## • FARMACÊUTICO

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 67/2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiniais para Uso Humano em Farmácias. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/rdc0067\\_08\\_10\\_2007.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/rdc0067_08_10_2007.html).

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 44/2009. Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/legislacao#/visualizar/28425>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.991/1973. Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5991.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5991.htm).

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.360/1976. Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, cosméticos, Saneantes e outros produtos, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6360.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6360.htm).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria n.º 344/1998 (e suas atualizações). Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344\\_12\\_05\\_1998\\_rep.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html). Acesso em 05/02/2019.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 8077/2013. Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/decreto/d8077.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/decreto/d8077.htm).

\_\_\_\_\_. Lei n.º 13.021/2014. Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/l13021.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13021.htm).

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Resolução n.º 711/2021. Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares. Brasília. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-711-de-30-julho-de-2021-%20337525053#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20C%C3%B3digo%20de,de%20aplica%C3%A7%C3%A3o%20%20das%20san%C3%A7%C3%B5es%20disciplinares>.

#### • NUTRICIONISTA

BRASIL. Lei n.º 11.265, de 3 de janeiro de 2006. Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos. Diário Oficial da União, 4 jan. 2006; Seção 1, p. 1-3. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/l11265.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11265.htm).

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC 503, de 27 de maio de 2021. Dispõe sobre os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Enteral. Diário Oficial da União, 31 mai. 2021; Seção 1, p. 113. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-rdc-n503-de-27-de-maio-de-2021-322985331>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 84p. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_alimentacao\\_nutricao.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014a. 156p. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf).

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. 68p. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/caisan/Publicacao/Educacao\\_Alimentar\\_Nutricional/1\\_marcoEAN.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Educacao_Alimentar_Nutricional/1_marcoEAN.pdf).

MARINS, B.R. et al. Segurança alimentar no contexto da vigilância sanitária: reflexões e práticas. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), 2014. Disponível em: [https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/seguranca\\_alimentar\\_vigilancia\\_0.pdf](https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/seguranca_alimentar_vigilancia_0.pdf).

SILVA JÚNIOR, E.A. da. Manual de controle higiênico sanitário em serviços de alimentação. Editora Varela. 7. ed., 2014.

TEIXEIRA, S.M.F.G. et al. Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição. Parte 3: Aspectos Físicos das Unidades de Alimentação e Nutrição; Parte 5: Funcionamento das Unidades de Alimentação e Nutrição. São Paulo: Editora Atheneu, 2007.

### **Declaração de conclusão de curso:**

Os requisitos para a obtenção do certificado de especialista em Vigilância Sanitária, englobam:

I. o cumprimento da frequência pelos profissionais da saúde residentes, de acordo com o estabelecido no artigo 4º, incisos I e II, da Resolução CNRMS nº 3, de 4 de maio de 2010:

- a. cumprimento integral da carga horária exclusivamente prática e teórico-prática do programa;
- b. cumprimento de um mínimo de 85% (oitenta e cinco por cento) da carga horária teórica;

II. aprovação nas disciplinas ministradas durante o Programa, obtida por meio de valores ou critérios adquiridos pelo somatório dos resultados das avaliações realizadas durante o Programa, com nota média mínima de 7 (sete).

III. a apresentação e aprovação do Trabalho de Conclusão de Residência.

## **4.2 Programa de Residência Profissional em Medicina Veterinária da Secretaria Municipal de Saúde - S/IVISA-RIO**

**Modalidade:** Ensino de pós-graduação *lato sensu* sob a forma de curso de especialização, caracterizado por ensino em serviço.

**Público-alvo:** Médicos veterinários brasileiros ou estrangeiros com visto permanente no país, graduado por Instituição de Ensino Superior oficializada e reconhecida pelo Ministério da Educação, registrado no Conselho Profissional respectivo da formação e com disponibilidade para cumprir carga horária semanal de 60 horas, não podendo estar cursando programa de pós-graduação *Lato Sensu* ou *Stricto Sensu* (Lei Federal nº 11.129 de 30 de junho de 2005 e Resolução CNRMS nº 2 de 13 de abril de 2012).

**Carga horária:** A carga horária total do Programa de Residência Profissional em Medicina Veterinária é de 5.760 (cinco mil, setecentos e sessenta) horas distribuídas em 24 (vinte e quatro) meses, sendo 60 (sessenta) horas semanais.

**Facilitadores:** As atividades educacionais teóricas são ministradas pelo corpo docente e tutores do IVISA-Rio. Já as atividades educacionais práticas são supervisionadas pelo corpo de preceptores do IVISA-Rio.

**Organização:** S/IVISA-RIO/CGIPE – Coordenação do Programa de Residência Profissional em Medicina Veterinária do S/IVISA-RIO.

### **Objetivos:**

O Programa de Residência Profissional em Medicina Veterinária integra a política de formação e educação permanente do Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária – IVISA-Rio da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e tem como objetivos:

- Promover o aperfeiçoamento do desempenho profissional, através da oportunidade de acesso a novos conhecimentos teóricos e a práticas de vigilância sanitária, sob supervisão;
- Formar profissionais de excelência para uma atuação diferenciada no Sistema Único de Saúde, de forma interdisciplinar e multiprofissional;
- Desenvolver grupos de estudo e de pesquisa, que fomentem a produção de projetos de pesquisa e de intervenção capazes de contribuir para a educação permanente e qualificação das ações do S/IVISA-Rio;
- Favorecer a inserção qualificada de profissionais da saúde no mercado de trabalho, com uma visão ampliada de saúde, e com competência na área de vigilância sanitária e vigilância de zoonoses, sustentada nos Princípios e Diretrizes do SUS.

### **Resultados esperados:**

- A formação de recursos humanos qualificados, capazes de atuarem em diferentes espaços da saúde pública, no gerenciamento de riscos, no campo de fiscalização de abrangência da vigilância sanitária em alimentos, na área de atuação em surtos de doenças transmitidas por alimentos, na área de vigilância em zoonoses sob a perspectiva da saúde única.
- O fortalecimento do trabalho interdisciplinar, fomentando a transversalidade, as redes de conversação entre trabalhadores, com sustentação nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.
- Produzir e difundir conhecimentos técnicos e científicos para o campo de atuação da Vigilância Sanitária e vigilância de zoonoses.

### **Conteúdo programático:**

#### **• POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS**

1. Sistema Único de Saúde 2. Princípios, diretrizes e organização 3. Legislação estruturante do SUS 4. Regulação em Saúde 5. Políticas de Saúde e Programas Nacionais de Saúde.

#### **• VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

1. Vigilância em saúde no Brasil 2. O território nas ações de vigilância em saúde 3. Determinantes Sociais da Saúde 4. Modelo de atenção à saúde 5. Redes de atenção à saúde. 6. Emergências em saúde pública 7. Sistemas de Informação em Saúde

#### **• VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

1. Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. 2. Vigilância Sanitária: marcos históricos, conceituais, metodologia de trabalho e formas de intervenção no território. 3. Fundamentos e

Diretrizes das Ações de Vigilância Sanitária. 4. Código de Vigilância Sanitária do Município. 4.1. Atividades de Interesse da Vigilância Sanitária. 4.2. Medidas de Transparência nas Ações Fiscais. 4.3. Taxa de Licenciamento Sanitário. 5. Regulamento Administrativo do Código. 5.1. Licenciamento Sanitário. 5.2. Procedimentos Fiscalizatórios. 6. Epidemiologia e Avaliação da Qualidade em Vigilância Sanitária. 7. Noções de Risco e Prevenção. 8. Normas básicas e o controle de alimentos no Brasil. 8.1. Controle higiênico-sanitário de estabelecimentos produtores e/ou que comercializam alimentos. 8.2. Doenças veiculadas por alimentos e água. 9. Competências sobre os serviços e produtos de interesse para a saúde.

#### • CONTROLE DE ZONOSSES

1. Conceito e Classificação das Zoonoses 2. Clínica Médica e Cirúrgica no Controle de Zoonoses 3. Diagnóstico Laboratorial e Abordagem terapêutica das Zoonoses 4. Epidemiologia no Controle de Zoonoses 4.1 Esporotricose 4.2 Raiva 4.3 Leishmaniose Visceral Canina. 4.4 Leishmaniose Tegumentar Americana 4.5 Leptospirose 4.6 Toxoplasmose 4.7 Larva migrans visceral e cutânea 4.8 Dirofilariose 4.9 Febre Maculosa 4.10 Doença de Chagas 4.11 Doença de Lyme 4.12 Febre Amarela 4.13 Hantavirose 4.14 COVID 19 5. Principais Vetores envolvidos na Transmissão de Zoonoses 6. Doenças Emergentes e Reemergentes 7. Estratégias de controle populacional animal, guarda responsável e princípios de bem-estar animal.

#### Bibliografia de apoio:

##### • POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Artigos 196 a 200. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) (acesso em 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Brasília: MS, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm) (acesso em 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: MS, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm) (acesso em 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília: MS, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm) (acesso em 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. PORTARIA Nº 2.446, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília: MS, 2014. Disponível em [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446\\_11\\_11\\_2014.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html).



\_\_\_\_\_. PORTARIA Nº 4.279, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279\\_30\\_12\\_2010.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html).

\_\_\_\_\_. Portaria de Consolidação nº 01 de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001\\_03\\_10\\_2017.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001_03_10_2017.html) (acesso em: 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. Portaria de Consolidação nº 02 de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002\\_03\\_10\\_2017.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html) (acesso em 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. Portaria de Consolidação nº 03 de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003\\_03\\_10\\_2017.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html) (acesso em: 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. Portaria de Consolidação nº 05 de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0005\\_03\\_10\\_2017.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0005_03_10_2017.html) (acesso em 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/LEIS/LCP/Lcp141.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/LCP/Lcp141.htm) (acesso em: 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/financiamento/portarias/prt\\_2979\\_12\\_11\\_2019.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/financiamento/portarias/prt_2979_12_11_2019.pdf) (acesso em: 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. Portaria nº 397, de 16 de março de 2020. Altera as Portarias de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, nº 5/GM/MS de 28 de setembro de 2017, e nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o Programa Saúde na Hora, no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica. Disponível em: [https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-397-de-16-de-marco-de-2020-\\*-248809238](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-397-de-16-de-marco-de-2020-*-248809238) (acesso em: 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária Assistência Segura: Uma Reflexão Teórica Aplicada à Prática Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosde-saude/publicacoes/publicacoes/caderno-1-assistenciasegura-uma-reflexao-teorica-aplicada-a-pratica.pdf/view> (acesso em: 28/09/2021).

## • VIGILÂNCIA EM SAÚDE

BRASIL. Resolução nº 588, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde. Política Nacional de Vigilância em Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso588.pdf>.

DE SETA, Marismary Horsth; PEPE, Vera Lúcia Edais; ODWYER, Gisele. *gestão e Vigilância Sanitária: modos atuais do pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006

GARCIA, Márcia; PEPE, Vera Lucia Edais; ANDRADE, Célia Regina de; PONTES JÚNIOR, Durval Martins. *Vigilância em saúde*. Rio de Janeiro: Escola de Governo Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, FIOCRUZ, 2004

GRABOIS, Victor; MENDES, Walter V.; GONDIM, R. *Qualificação de Gestores do SUS*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

MEDRONHO, Roberto A. *Epidemiologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2003

ARREAZA, Antônio Luís Vicente; MORAES, José Cássio de. *Vigilância da saúde: fundamentos, interfaces e tendências*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, p. 2215–2228, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/nC4LpHzs3bS7RVztSq8SZnc/?format=pdf&lang=pt>.

CARMO, Eduardo Hage; PENNA, Gerson; OLIVEIRA, Wanderson Kleber de. *Emergências de saúde pública: conceito, caracterização, preparação e resposta*. *Estudos avançados*, v. 22, p. 19–32, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/TdDMvxtcgRt8PGL5WNSjZ-8d/?lang=pt&format=pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente / Ministério da Saúde/ Fundação Oswaldo Cruz/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento\\_referencia\\_programa\\_nacional\\_seguranca.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf) (acesso em: 28/09/2021).

## • VIGILÂNCIA SANITÁRIA

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19782.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19782.htm).

\_\_\_\_\_. Resolução Nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Disponível em [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216\\_15\\_09\\_2004.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216_15_09_2004.html).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. *Manual integrado de vigilância, prevenção e controle de doenças transmitidas por alimentos*/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_integrado\\_vigilancia\\_doencas\\_alimentos.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_integrado_vigilancia_doencas_alimentos.pdf).



\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC Nº 331, de 23 de dezembro de 2019. Dispõe sobre os padrões microbiológicos de alimentos e sua aplicação. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-331-de23-de-dezembro-de-2019-235332272>.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa Nº 60, de 23 de dezembro de 2019. Estabelece as listas de padrões microbiológicos para alimentos. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativan-60-de-23-de-dezembro-de-2019-235332356>.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021. Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-888-de-4-de-maio-de-2021-318461562>.

\_\_\_\_\_. Agência nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 727, de 1º de julho de 2022- Dispõe sobre a rotulagem dos alimentos embalados. Brasília: ANVISA, MS, 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-727-de-1-de-julho-de-2022-413249279>.

\_\_\_\_\_. Agência nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Regulamenta o Planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos para estabelecimentos de saúde. Brasília: ANVISA, MS, 2002

GONDIM, GMM. Do Conceito de Risco ao da Precaução: entre determinismos e incertezas entre determinismos e incertezas. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/39207/2/O%20territ%C3%B3rio%20e%20o%20processo%20sa%C3%BAde-doen%C3%A7a%20-%20Do%20Conceito%20de%20Risco%20ao%20da%20Precau%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Lei 1662/91 | Lei nº 1662 de 23 de janeiro de 1991- Torna obrigatória que empregados e titulares de estabelecimentos que lidem diretamente com gêneros alimentícios frequentem o curso de noções de higiene a ser administrado pela Secretaria Municipal de Saúde. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5125403/4221804/Lein1662de23dejaneirode1991.pdf>.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Lei complementar nº 197, de 27 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Código de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária do Município do Rio de Janeiro e acrescenta dispositivos ao Título V do Livro Primeiro da Lei nº 691, de 24 de dezembro de 1984 – Código Tributário Municipal. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5118607/4227862/Lei-Complementar19718CodigodeVigilanciaSanitaria.pdf>.

\_\_\_\_\_. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Decreto-Rio nº 45.585, de 27 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o regulamento administrativo do Código de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária, de que trata a Lei Complementar nº 197, de 27 de dezembro de 2018, no tocante ao licenciamento sanitário e aos procedimentos fiscalizatórios, e dá outras providências. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/10308893/4263216/DecretoRio455852018CONSOLIDADO06122019.pdf>.

SETA, MH; OLIVEIRA, CVS; PEPE, VLE. Proteção à saúde no Brasil: o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Ciênc. saúde colet. 2017, 22(10). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4YsWrRkhDc9vBb959FtxbPd/?lang=pt#:~:text=A%20regula%C3%A7%C3%A3o%20pela%20Vigil%C3%A2ncia%20Sanit%C3%A1ria,no%20mercado%20da%20sa%C3%BAde%2021>.

VITERBO, LMF; DINIZ, MAP; SÁ, KN; MARQUES, CASC; NAVARRO, MVT; LEITE, HJD. Desenvolvimento de um instrumento quantitativo para inspeção sanitária em serviços de alimentação e nutrição, Brasil. Ciênc. saúde coletiva. 2020, 25(3):06. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020253.16372018>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente / Ministério da Saúde/ Fundação Oswaldo Cruz/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento\\_referencia\\_programa\\_nacional\\_seguranca.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf) (acesso em: 28/09/2021).

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária Assistência Segura: Uma Reflexão Teórica Aplicada à Prática Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosde-saude/publicacoes/publicacoes/caderno-1-assistenciasegura-uma-reflexao-teorica-aplicada-a-pratica.pdf/view> (acesso em: 28/09/2021).

#### • CONTROLE DE ZOONOSES

ANDRADE, A.F.S et al. Cães e Gatos – Controle Populacional por meio de Esterilização Cirúrgica e Posse Responsável. Centro de Ciências Agrárias/Departamento de Ciências Veterinárias/PROBEX 2012. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/enex/trabalhos/6C-CADVCPROBEX2012681.pdf> (ufpb.br).

BARROS, P. M. Técnicas de Ovariosalpingohisterectomia (OSH) em cadelas: Revisão de literatura. 2010. x, 34 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, 2010. Disponível em: Acervo Digital: Técnicas de ovariosalpingohisterectomia (OSH) em cadelas: revisão de literatura (unesp.br).

BRASIL, Ministério da Saúde. Guia de Vigilância de Epizootias em Primatas não Humanos e Entomologia Aplicada à Vigilância da Febre Amarela Ministério Da Saúde 2ª edição – Brasília – DF 2017. Disponível em: [http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/março/24/Guia\\_Epizootias\\_Febre\\_Amarela\\_2a\\_ed\\_a\\_tualizada\\_2017.pdf](http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/março/24/Guia_Epizootias_Febre_Amarela_2a_ed_a_tualizada_2017.pdf).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Vigilância da Leishmaniose Tegumentar Americana. 2ª edição, Atualizada. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília/DF: 2007. 180 p., Série A. Normas e Manuais Técnicos. Disponível em: Manual de Vigilância da Leishmaniose Tegumentar Americana (saude.gov.br)

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Volume único. 3ª edição atualizada. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília/DF: 2019. 741 p. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_vigilancia\\_saude\\_3ed.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_3ed.pdf).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses. Normas técnicas e operacionais. 2016. 123 p. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_vigilancia\\_prevencao\\_controle\\_zoonoses.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_prevencao_controle_zoonoses.pdf).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de Vigilância Epidemiológica. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 816 p. Disponível em: Guia de Vigilância em Saúde: volume único [recurso eletrônico] (saude.gov.br).

\_\_\_\_\_. Portaria Interministerial Nº 1.426, de 11 de Julho de 2008. Proíbe o Tratamento de Leishmaniose Visceral Canina com Produtos de uso Humano ou não Registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/pri1426\\_11\\_07\\_2008.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/pri1426_11_07_2008.html).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de Diagnóstico Laboratorial da Raiva. Brasília – DF, 1ª edição, 2008. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_diagnostico\\_laboratorial\\_raiva.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_diagnostico_laboratorial_raiva.pdf).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Morcegos em Áreas Urbanas – Manual de Controle e Manejo. Disponível em: <https://www.pt.scribd.com/doc/72930141/Morcegos-em-areas-urbanas-erurais-manual-de-manejo-e-controle#scribd>.

\_\_\_\_\_. Resolução CFMV Nº 1.374, de 2 de dezembro de 2020: Dispõe sobre a Responsabilidade Técnica, atividades clínico-laboratoriais, Estrutura e Funcionamento dos Laboratórios Clínicos de Diagnóstico Veterinário, Postos de Coleta, Laboratórios de Patologia Veterinária e dá outras providências.

CERUTTI, P.H.P; LOPES, C.G.; LOPES FILHO, F.G.; GUEDES, V.R. . Métodos Diagnósticos da Leishmaniose Tegumentar Americana: uma Revisão de Literatura. Revista de Patologia. 2017. Disponível em: <https://www.sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/patologia/article/view/4037>.

GARRIDO, P. M & BORGES-COSTA, J. Doença de Lyme: Epidemiologia e Manifestações Clínicas Cutâneas. Revista SPDV. V. 76(2), 2018. Disponível em: Doença de Lyme: Epidemiologia e Manifestações Clínicas Cutâneas – Bing

GREMIÃO, I.D.F. et al. Feline sporotrichosis: epidemiological and clinical aspects. Med Mycol. 2015, 53:15- 21. Disponível em: <https://www.academic.oup.com/mmy/article/53/1/15/992792>.

FALCÃO, E. M.M et al. Hospitalizações e Óbitos Relacionados à Esporotricose no Brasil (1992–2015). Cadernos de Saúde Pública. Comunicação Breve. 35(4). 2019. Disponível em: csp\_1092\_18\_Esporotricose.indd (scielo.br).

FELIX, D. A. S. et al. Toxocara spp., larva migrans visceral e saúde pública: Revisão. Pubvet. v.14, n.12, a719, p.1–8, 2020. Disponível em: Toxocara – Revisão – Parasitologia Veterinária (passeidireto.com).

FOSSUM, T. W. Cirurgia de Pequenos Animais. 4 ed. Editora Guanabara Koogan. São Paulo. 2014. Disponível em: [PDF] Livro – Cirurgia de Pequenos Animais – Fossum (Completo em Português BR) ([empdf.blogspot.com](http://empdf.blogspot.com)).

LOPES, O. F. M. et al. J. COVID-19 e os Animais Domésticos: Há alguma evidência de relação entre eles? Journal of Health & Biological Science (Online); v.8(1), p 1–6, 2020. Disponível em: COVID-19 e os animais domésticos: há alguma evidência de relação entre eles? J. Health Biol. Sci. (Online); 8(1):1–6, 2020. | LILACS ([bvsalud.org](http://bvsalud.org)).

MARTELI, A.N.; GENRO, L.V.; DIAMEM, D. T.; GUASSELLI, L.A. Análise Espacial da Leptospirose no Brasil. Saúde em Debate, 2020 – SciELO Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/tpgTM4R7YcFTrPMjJ3wKmyF/?lang=pt&format=html>.

MONTEIRO, K.J.L; ROZENTAL, T.; LEMOS, E.R.S. Diagnóstico diferencial entre a Febre Maculosa Brasileira e o Dengue no contexto das doenças febris agudas. Revista de Patologia. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/iptsp/article/view/32220>.

OPAS. Manual de procedimientos para vigilancia y control de las leishmaniasis en las Américas. 2019. 166 p. Disponível em: <http://www.iris.paho.org/xmlui/handle/123456789/50524>.

PEREZ, T.D.; FIGUEIREDO, F.B.; VELHO JUNIOR, A.A.M.; SILVA, V.L.; MADEIRA, M.F.; BRAZIL, R.P.; COURA, J.R. Prevalence of american trypanosomiasis and leishmaniasis in domestic dogs in a rural area of the municipality of São João do Piauí, Piauí State, Brazil. Rev. Inst. Med. trop. S. Paulo 58. 2016. <https://doi.org/10.1590/S1678-9946201658079>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rimtsp/a/p4j4ff3LGvspY7VkB7srZLy/?lang=en&format=html>.

RIBEIRO, A. C. A et al. Zoonoses e Educação em Saúde: Conhecer, Compartilhar e Multiplicar. Brazilian Journal of Health Review. Curitiba, v. 3, n. 5, p. 12785–12801. 2020. Rio de Janeiro. Lei Nº 6435 de 27 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a proteção e bem-estar dos animais, as normas para a criação e comercialização de cães e gatos e define procedimentos referentes a casos de maus tratos a animais no Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em: Lei Ordinária 6435 2018 de Rio de Janeiro RJ ([leismunicipais.com.br](http://leismunicipais.com.br))

RIO DE JANEIRO. Nota Técnica S/SUBVISA Nº 03/19. PROTOCOLO DE TRATAMENTO DA ESPOROTRICOSE ANIMAL S/SUBVISA. Souza, PNB; Perez, TD; Toledo, AG. Set/2019.

\_\_\_\_\_. Nota Técnica S/SUBVISA Nº 01/19. Leishmaniose Visceral no Município do Rio de Janeiro. Souza, PNB; Perez, TD; Toledo, AG. Set/2019. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/documents/4144698/256d55b8-972a-4423-9df8-fd64b4b4ff18>.

\_\_\_\_\_. Subsecretaria de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses. Morcegos. Centro de Controle de Zoonoses Paulo Dacorso Filho – CCZ. Junho 2020. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/documents/4144698/ab827bd3-96ef-4677-b71f-21d5d051521>.

\_\_\_\_\_. Decreto Municipal nº 14.010 de 06/07/1995: Dispõe sobre apreensão de animais no Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

RODRIGUES, M.C. Ovariosalpingohisterectomia em cadelas: comparação entre a técnica de tração uterina por via vaginal associada à celiotomia pelo flanco e a abordagem ventral mediana. Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias. RPCV (2012) 111 (583–584) 165–172. Disponível em: Hospital Veterinário da Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Agrárias,

Campus Universitário, Teresina, PI, Brasil – PDF Free Download (docplayer.com.br).

SCHRER, A. et al. Covid-19: zoonose transmitida por animais domésticos? v.15, n.04, a787, p.1-7, Pubvet, 2021. Disponível em: COVID-19: zoonose transmitida por animais domésticos? by Anderson Schrer, Diego Armene Romero, Igor Silva Silito, Julia Rosenberg Pearson, Raphaella de Marchi (lincoln.ac.uk).

SEVERIANO, N. C. et al. Comparação entre Orquiectomia Pré-escrotal e Escrotal, correlacionadas com o tempo Cirúrgico em Cães. ResearchGate. DOI: 10.4025/revcivet.v6i1.41978. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/331657216>.

SILVEIRA, A. R. F. Dirofilariose Canina: Revisão de uma Zoonose Emergente. Dissertação Mestrado Integrado em Medicina Veterinária. Universidade Vasco da Gama, Coimbra, 2018. (PDF) DIROFILARIOSE CANINA: REVISÃO DE UMA ZOONOSE EMERGENTE (researchgate.net)

SOUZA JUNIOR, A. S. et al. Análise espaço-temporal da doença de Chagas e seus fatores de risco ambientais e demográficos no município de Barcarena, Pará, Brasil. Revista Brasileira de Epidemiologia. V. 20 (4), p.742-755, 2017. Disponível em: SciELO – Brasil – Análise espaço-temporal da doença de Chagas e seus fatores de risco ambientais e demográficos no município de Barcarena, Pará, Brasil Análise espaço-temporal da doença de Chagas e seus fatores de risco ambientais e demográficos no município de Barcarena, Pará, Brasil.

TEIXEIRA, J. C & SOUZA ZAT, L. H. Esporotricose: Zoonose Negligenciada. Brazilian Journal of Development. Curitiba, v.7, n.8, p.81974-81968. 2021.

VARGAS, A.; ROMANO, A. P. M. e MERCHAN-HAMANN, E. Raiva humana no Brasil: estudo descritivo, 2000-2017. Revista de Epidemiologia e Serviços de Saúde. v.28, n.2, 2019. Disponível em: Epub 27-Jun-2019. ISSN 1679- 4974. <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742019000200001>.

### **Declaração de conclusão de curso:**

Os requisitos para a obtenção do certificado de especialista em Vigilância Sanitária, englobam:

I. o cumprimento da frequência pelos profissionais da saúde residentes, de acordo com o estabelecido no artigo 4º, incisos I e II, da Resolução CNRMS nº 3, de 4 de maio de 2010:

- a. cumprimento integral da carga horária exclusivamente prática e teórico-prática do programa;
- b. cumprimento de um mínimo de 85% (oitenta e cinco por cento) da carga horária teórica;

II. aprovação nas disciplinas ministradas durante o Programa, obtida por meio de valores ou critérios adquiridos pelo somatório dos resultados das avaliações realizadas durante o Programa, com nota média mínima de 7 (sete).

III. a apresentação e aprovação do Trabalho de Conclusão de Residência.





